



INSTITUTO FEDERAL BAIANO
CAMPUS CATU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

LUIZ ANTONIO COSTA NEVES

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MUNDO DO
TRABALHO: CONQUISTAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

CATU-BA

2024

LUIZ ANTONIO COSTA NEVES

|

**INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MUNDO DO
TRABALHO: CONQUISTAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Catu do Instituto Federal Baiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Professora Dra. Patrícia de Oliveira

CATU-BA
2024

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Catu
Setor de Biblioteca

- N518 Neves, Luiz Antonio Costa
 Inclusão da pessoa com deficiência física no mundo do trabalho:
 conquistas, desafios e oportunidades / Luiz Antonio Costa Neves. – 2024.
- 166 f.: il. Color.
- Orientador(a): Profa. Dra. Patrícia de Oliveira.
 Inclui proposta de curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) na
 modalidade EAD intitulado “Assistente administrativo”.
 Dissertação (mestrado), Instituto Federal de Educação, Ciência e
 Tecnologia Baiano, Programa de Pós Graduação Em Educação
 Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Catu, 2024.
1. Educação inclusiva. 2. Profissionalização do deficiente. 3.
 Deficiente físico. I. Oliveira, Patrícia de. II. Título.
- CDU: 37-056.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação – 37

Ana Paula Ribeiro – Bibliotecária – CRB5/1583



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica

Ata da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação Intitulada:

Inclusão do profissional com deficiência física no mundo do trabalho: conquistas, desafios e oportunidades

No dia 03 de maio de 2024, às 14 h 05 min, através da plataforma Google Meet, deu-se início a defesa de dissertação pelo discente **Luiz Antonio Costa Neves**, como requisito para conclusão do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, sediado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Catu. A Banca Examinadora foi presidida por Profa. Dra. Patricia de Oliveira e também contou com a participação de Prof. Dr. Calixto Junior de Souza (membro externo - IF Goiano) e Profa. Dra. Mirna Ribeiro Lima da Silva. Após a abertura da sessão de defesa, o(a) discente fez a exposição oral em 20 minutos; em seguida foi arguido pela banca que, logo após, reuniu-se reservadamente. A Banca decidiu por **aprovar** o discente. A concessão do título está condicionada ao cumprimento das demais exigências previstas no Regimento do programa.

Assinam os membros da banca:

Documento assinado eletronicamente por:

- **Mirna Ribeiro Lima da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** em 14/05/2024 09:21:58.
- **Patricia de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** em 14/05/2024 09:06:34.



Documento assinado digitalmente

CALIXTO JUNIOR DE SOUZA

Data: 16/07/2024 16:54:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/04/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 559816
Verificador: 68827d45a4
Código de Autenticação:



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

LUIZ ANTONIO COSTA NEVES

**INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MUNDO DO
TRABALHO: CONQUISTAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Baiano, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em dia de mês de ano.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Patricia de Oliveira
Instituto IF Baiano
Orientadora

Prof. Dr. Calixto Junior de Souza.
Instituto IF Goiano
Membro Externo

Profa. Dra. Mirna Ribeiro L. da Silva
Instituto IF Baiano
Membro Interno

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

LUIZ ANTONIO COSTA NEVES

**INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MUNDO DO
TRABALHO: CONQUISTAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Baiano, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em dia de mês de ano.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Patricia de Oliveira
Instituto IF Baiano
Orientadora

Prof. Dr. Calixto Junior de Souza
Instituto IF Goiano
Membro Externo

Profa. Dra. Mirna Ribeiro L. da Silva
Instituto IF Baiano
Membro Interno

Dedico este trabalho a minha querida mãe por estar ao meu lado nos meus desafios e conquistas. Aos professores que passaram pela minha vida ao longo da vida escolar e deixaram a semente do aprendizado e persistência. A todos o meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu Deus, dono do Universo, que tem feito grandes coisas por mim. Em especial a minha querida mãe, que mesmo não tendo oportunidade de estudar, sempre me reconheceu e me motivou para os estudos. Aos meus amigos que sempre estavam abertos a ouvir, e em especial a querida Jordana, que esteve ao meu lado e acreditou que iria dar certo. Ao amigo Jonas, que me incentivou a fazer a inscrição do mestrado. Agradeço a minha turma de mestrado pelas vivências durante esse período acadêmico. Por fim, agradeço minha estimada orientadora, “mãe de três”, que sempre me apoiou, desafiou e incentivou para a realização desse sonho. Agradeço a todos que colaboraram para minha pesquisa, que foi um presente.

“Trabalho para fazer parte da última geração das primeiras”

A. B.

RESUMO

De acordo com o IBGE, existem cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência (PcD) no Brasil em 2022, sendo que 12 milhões não estão inseridas em nenhum tipo de trabalho. Dos 5 milhões de PcD que estão empregados, mais da metade (55%) atua de forma informal. Esses dados ressaltam a desigualdade enfrentada por essa parcela da população em comparação com os não PcD. Diante desse cenário, um dos fatores que afetam a contratação dos PcD é a baixa escolaridade e pouca qualificação e experiência profissional. Nesse contexto, essa pesquisa objetivou investigar a maneira como um curso FIC de Auxiliar Administrativo pode contribuir para que deficientes físicos ingressem no mercado de trabalho. A presente pesquisa foi realizada em um município de pequeno porte na Bahia e foi caracterizada como aplicada, qualitativa, descritiva e exploratória. O método de pesquisa utilizado foi a História de Vida, onde foram entrevistadas 10 pessoas com deficiência física, 5 com deficiência congênita e 5 com deficiência adquirida, com o objetivo de analisar suas experiências no mercado de trabalho. A coleta de dados foi realizada virtualmente, seguindo as orientações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e a análise dos dados foi realizada utilizando a Análise Textual Discursiva. Para a análise dos dados foram criadas 6 categorias de análise: 1. Capacitismo, 2. Percepção sobre sua deficiência, 3. Dificuldades para o ingresso no mundo do trabalho, 4. O papel da família, 5. Experiência profissional x Capacitismo, e 6. Perspectivas para o futuro no mundo do trabalho. Com base nas categorias analisadas, ficou evidente que a experiência profissional das pessoas com deficiência é frequentemente afetada pelo capacitismo, manifestado por discriminação e preconceito. A falta de oportunidades de emprego, devido a barreiras físicas e crenças equivocadas de que elas não possuem habilidades necessárias é um dos maiores desafios enfrentados. A criação de políticas de inclusão e acessibilidade, além de educar e sensibilizar a sociedade sobre a importância de valorizar e respeitar as pessoas com deficiência demonstra ser um caminho para reduzir a discriminação enfrentada por PcD. Como produto educacional foi elaborado um curso FIC em Assistente Administrativo no formato virtual com carga horária de 50 horas, ofertado na plataforma Moodle.

Palavras-chave: Mundo do trabalho; Profissionalização; Inclusão; Acessibilidade; Deficiência Físico.

ABSTRACT

According to IBGE, there are around 18.6 million people with disabilities (PwD) in Brazil in 2022, of which 12 million are not involved in any type of work. Of the 5 million PwDs who are employed, more than half (55%) work informally. These data highlight the inequality faced by this portion of the population compared to non- PwD. Given this scenario, one of the factors that affect the hiring of PwD is low education and little qualifications and professional experience. In this context, this research aimed to investigate how a FIC Administrative Assistant course can contribute to enabling physically disabled people to enter the job market. The present research was carried out in a small municipality in Bahia and was characterized as applied, qualitative, descriptive and exploratory. The research method used was Life History, where 10 people with physical disabilities, 5 with congenital disabilities and 5 with acquired disabilities were interviewed, with the aim of analyzing their experiences in the job market. Data collection was carried out virtually, following the guidelines of the National Research Ethics Commission (CONEP) and data analysis was carried out using Discursive Textual Analysis. For data analysis, 6 categories of analysis were created: 1. Ableism, 2. Perception of their disability, 3. Difficulties in entering the world of work, 4. The role of the family, 5. Professional experience x Abilityism, and 6. Perspectives for the future in the world of work. Based on the categories analyzed, it became clear that the professional experience of people with disabilities is often affected by ableism, manifested by discrimination and prejudice. The lack of employment opportunities, due to physical barriers and mistaken beliefs that they do not have the necessary skills, is one of the biggest challenges faced. The creation of inclusion and accessibility policies, in addition to educating and raising awareness in society about the importance of valuing and respecting people with disabilities, proves to be a way to reduce the discrimination faced by PwD. As an educational product, a FIC course in Administrative Assistant was created in a virtual format with a workload of 50 hours, offered on the Moodle platform.

Keywords: World of work; Professionalization; Inclusion; Accessibility; Physical Disability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATD - Análise Textual Discursiva

CF - Constituição Federal

CNAIPD - Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes

CORDE - Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

FIC - Formação Inicial ou Continuada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF Baiano - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia baiano

IFMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

IFMS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

IFSertão - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

LBI - Lei Brasileira da Inclusão

Moodle - *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*

ONU - Organização das Nações Unidas

PCD - Pessoa com deficiência

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PROFEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 História da pessoa com deficiência no Brasil: inclusão social e escolar	19
2.2 História da pessoa com deficiência no mundo/ mercado de trabalho	25
2.3 Mundo do trabalho e Mercado de trabalho: confluências e associações às pessoas com deficiências	27
2.4 O trabalho como princípio educativo	29
3 METODOLOGIA	32
3.1 Caracterização da pesquisa	32
3.2 Tipo de pesquisa	32
3.3 Participantes	33
3.4 Coleta de dados	33
3.5 Análise dos dados	33
3.6 Local da Pesquisa	34
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1 Capacitismo	34
4.2 O papel da família.....	38
4.3 Percepção sobre sua deficiência.....	43
4.4 Escolarização.....	47
4.5 Dificuldade para ingresso no mundo do trabalho.....	54
4.6 Experiência profissional x capacitismo.....	59
4.7 Perspectivas para o futuro no mundo do trabalho.....	62
5 Produto educacional.....	66
6 Considerações finais.....	81
REFERÊNCIAS	823
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....	92
ANEXO I – ENTREVISTAS.....	109

APRESENTAÇÃO

Início este texto me apresentando a vocês e expondo os motivos pelos quais decidi me dedicar às pessoas com deficiência ao longo da minha trajetória. Isto porque desde muito jovem venho observando as lutas diárias destas pessoas para que seus direitos sejam reconhecidos e que suas necessidades básicas sejam compreendidas. Assisti em minha própria família o quão difícil é para uma pessoa com deficiência ser compreendida como um sujeito de direito em nosso país. Precisa ficar claro que pessoas com deficiência são, antes de tudo, pessoas. Pessoas comuns, iguais a todas as outras, com características, particularidades, peculiaridades, objetivos, contradições e singularidades. Indivíduos que merecem participar de uma sociedade que busca consolidar a inclusão social, pois são pessoas que lutam pelo respeito aos seus direitos, ao seu espaço e pela igualdade de oportunidades, pontuando que a deficiência nada mais é que uma característica inerente à condição humana.

Quando adolescente, um fato que marcou foi a história da minha tia Maria, mãe de seis filhos, viúva, que sempre foi uma mulher à frente do seu tempo - que hoje chamamos de mulher empoderada -, que sempre teve seu próprio negócio e apoiou a todos a sua volta e, certo dia, foi diagnosticada com uma doença que paralisou suas pernas e a deixou cadeirante, entristecendo a todos à sua volta que conviviam com ela. Minha tia teve que mudar toda sua vida e rotina, deixou de participar dos eventos sociais com amigos e família. Eventualmente era convidada, mas se tornava um constrangimento pois os locais não tinham acessibilidade e sempre era carregada nos braços, o que a deixava “fora da caixa”. Viveu assim até o fim da sua vida.

Outro fato importante que merece registro aconteceu quando tinha 14 anos. Minha mãe sempre esteve atenta para os meus estudos e sempre estudei em várias escolas. No entanto, minha mãe percebeu que eu não sabia ler e escrever. Preocupada com a situação, resolveu fazer um teste em uma escola de bairro indicada por uma amiga. Chegando na escola, a diretora constatou que eu não sabia ler. Meu mundo caiu, chorei muito e fui rebaixado da 4ª série do ensino fundamental para alfabetização. No primeiro dia de aula, me senti muito inferior às demais crianças, mas fui bem acolhido pelos professores, que sempre se dedicaram ao máximo para promover o meu aprendizado.

Iniciei na escola assim que o ano letivo começou e ao final do ano finalmente aprendi a ler e escrever. Estudei quatro anos na escola Janelinha do Saber e, no último

ano, chegou um colega de classe novo e logo fiz amizade com ele. Percebemos que ele tinha uma deficiência, mas nós interagíamos na sala de aula e foi um momento de aprendizado e amizade. Lembro muito bem que para finalizar o ano letivo, fomos todos para o sítio da casa da sua família. Foi um momento tão acolhedor que não tinha diferença entre quem tinha deficiência ou não. Éramos amigos e pessoas comuns. Todas essas vivências moldam nossa maneira de perceber as pessoas ao seu redor. Portanto, sempre fui sensível às várias questões sociais de nosso tempo, em especial às pessoas com deficiência (PcD).

Muitos anos depois, em 2012, eu gerenciava uma empresa que oferecia cursos de formação na área de segurança do trabalho. Mas sempre desejei fazer algo novo e que pudesse ajudar de fato as vidas das pessoas. Nesse ambiente profissional era claro o quanto havia discriminação na contratação de pessoas com deficiência que na maior parte das vezes não eram selecionados para as vagas. Ao conversar com uma amiga sobre essas questões fui incentivado a migrar para a área de educação e desenvolver um projeto voltado para capacitação de pessoas com deficiência para o mundo do trabalho. Diante disso, comecei a pesquisar sobre a diversidade e inclusão e assim surgiu a ideia da criação de uma empresa voltada para esse público. Ao adentrar nesse universo da educação inclusiva a partir de algumas experiências no âmbito educacional, surgiu uma oportunidade de participar de um processo de licitação em uma empresa privada para realização de cursos profissionalizantes para este público específico e foi assim que nasceu o projeto Mãos Que Ensinam.

Iniciei o Projeto Mãos Que Ensinam que oferece cursos e educação profissional para as pessoas com deficiência de forma presencial e a distância (EAD). O principal objetivo da oferta dos cursos é que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades que as pessoas sem deficiência. Essa causa me motivou a ingressar no meio educacional na perspectiva da pessoa com deficiência e fazer um curso de especialização em Educação Inclusiva. Posteriormente, para maior capacitação e expansão de meus conhecimentos realizei minha segunda graduação em pedagogia e ingressei no Mestrado Profissional do IF Baiano (PROFPT) para dar seguimento ao meu desenvolvimento acadêmico e profissional para poder contribuir de maneira mais aprimorada na causa da pessoa com deficiência. Diante disso, minha trajetória de vida, acadêmica e profissional estão entrelaçadas e colaboram para o meu desempenho

na luta da pessoa com deficiência, que é marcada por tantos desafios.

1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo venho tecendo reflexões sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência em nossa sociedade, especialmente no ambiente de trabalho, e sobre as lutas destas pessoas que trouxeram resultados positivos para garantir seu acesso a todos os espaços. Apesar dos avanços que ocorreram ao longo do tempo, ainda existem muitas barreiras a serem superadas, sejam elas atitudinais ou arquitetônicas que contribuem para a desigualdade e impossibilitam a sua inclusão no meio profissional.

Em primeiro lugar, é fundamental ressaltar a influência positiva que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, teve sobre a conscientização dos governos e da sociedade em relação à igualdade e não discriminação. Esse documento pioneiro solidificou o princípio de que todas as pessoas, independentemente de suas condições, merecem oportunidades iguais e justas. Desde então, essa ideia tem sido cada vez mais valorizada e respeitada ao redor do mundo.

Nos últimos anos, muitos países têm trilhado um caminho de inclusão ao implementarem políticas públicas que visam a inclusão das pessoas com deficiência em todos os setores da sociedade, inclusive no mundo do trabalho. Um exemplo notável em nosso país é a instituição de cotas de emprego para empresas, garantindo que uma porcentagem de suas vagas seja destinada a pessoas com deficiência (Brasil, 1991). Essa medida tem se mostrado eficaz na inclusão e valorização dessas pessoas no ambiente profissional.

No entanto, sempre é importante lembrar que ao longo da história, as pessoas com deficiência têm enfrentado desafios significativos para ingressar e se manter no mundo de trabalho. Durante muito tempo, essas pessoas foram tratadas com desrespeito e preconceito, sendo excluídas de oportunidades de emprego. No entanto, nos últimos anos, tem-se observado avanços no que diz respeito à inclusão e à valorização desses indivíduos, apoiados pela legislação brasileira, a exemplo da lei de cotas - Lei nº12.711/2012 (Brasil, 2012) - e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/ 2015 (Brasil, 2015) -, sendo esta última um grande marco na inclusão da

população PcD no meio profissional. Mas os desafios ainda são muitos.

De acordo com o IBGE (Brasil, 2022) existem cerca de 18,6 milhões de PcD no Brasil. Desse total, 12 milhões não estão inseridos em nenhum tipo de trabalho. Além disso, dos 5 milhões de trabalhadores ocupados, mais da metade (55%) estão atuando de maneira informal no mundo do trabalho. Esses dados evidenciam o quanto essa parcela encontra-se ainda em desigualdade em relação aos não PcD.

É fundamental que a sociedade continue a lutar por uma maior inclusão das PcD no mundo do trabalho. Todos têm o direito de serem tratados com igualdade e de terem as mesmas oportunidades de desenvolvimento profissional. A história das PcD no mundo de trabalho tem mostrado uma evolução positiva, mas ainda há um longo caminho a percorrer para garantir uma inclusão plena e efetiva, principalmente porque ainda existe uma grande parcela da população fora da atuação profissional formal. Entre as muitas justificativas dos empregadores, está o argumento de que falta qualificação profissional, o que se refletiria nas dificuldades de contratação de PcD.

Desta forma, considerando o que diz a literatura sobre as dificuldades enfrentadas pela população PcD em relação à inclusão social e escolar, sua qualificação profissional e ingresso no mundo do trabalho – considerando ainda o argumento dos empregadores – este estudo se debruçou sobre as possibilidades que a oferta de um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Auxiliar Administrativo pode trazer para o ingresso de deficientes físicos no mercado de trabalho.

A fim de atender à esta questão, teve por objetivo geral investigar a maneira como um curso FIC de Auxiliar Administrativo pode contribuir para que deficientes físicos ingressem no mercado de trabalho. Quanto aos objetivos específicos, este estudo buscou: a) Compreender como tem se dado a trajetória de escolarização e profissionalização destes sujeitos; b) Conhecer as possíveis dificuldades enfrentadas pelos sujeitos com deficiência física para ingressar no mundo de trabalho; e c) Analisar como um curso de auxiliar administrativo pode colaborar para o ingresso de deficientes físicos no mercado de trabalho.

Dito isto, no Referencial Teórico a seguir, na subseção 2.1, há uma breve revisão de literatura sobre a história da pessoa com deficiência no Brasil e sua inclusão social e escolar. Na subseção 2.2 será abordada a História da pessoa com deficiência no mundo de trabalho. A subseção 2.3 descreverá os conceitos relacionados ao trabalho como princípio educativo. Já a seção 3 abordará os aspectos metodológicos utilizados nessa pesquisa, enquanto a seção 4 descreve o produto

educacional que será desenvolvido na pesquisa.

A seção 5 descreve os resultados encontrados na pesquisa subdividindo-se em 7 subseções intituladas conforme a categorização dos dados: Capacitismo, Percepção sobre sua deficiência, Dificuldades para o ingresso no mundo do trabalho, O papel da família, Experiência profissional x Capacitismo, e Perspectivas para o futuro no mundo do trabalho. Por fim, a seção 6 apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História da pessoa com deficiência no Brasil: inclusão social e escolar

Nos primórdios da história brasileira, a trajetória das pessoas com deficiência permeava o conceito de “inferioridade”, oriundas tanto por parte dos indígenas quanto dos europeus. Este fato se deu a partir do início do século XVI, século esse marcado pela chegada dos europeus no solo brasileiro e pelo choque cultural entre as culturas europeia e indígena (Figueira, 2018). Nesse contexto, com a chegada do cristianismo trazido pela cultura europeia, acreditava-se que a deficiência era um castigo divino, pois a inquisição imposta pela igreja católica nesse período queimava na fogueira todas as pessoas que tinham algum tipo de deficiência ou aquelas que eram consideradas loucas (Tehzy, 2008). Apesar das divergências culturais entre os dois povos supracitados, havia algo em comum entre elas, que era a exclusão das pessoas com deficiência. Segundo antropólogos e historiadores, nas tribos indígenas, quando uma criança nascia com uma deformidade visível, seu futuro estava comprometido, sendo exposta aos maus tratos, abandono em florestas, montanhas e até poderia ser sacrificada em rituais religiosos, pois esses bebês eram considerados uma maldição para sua tribo (Figueira, 2018; Alves, 2021).

Ainda de acordo com os autores supracitados, com o processo colonizador no ano de 1530, seguido pelo ciclo do açúcar e a utilização de mão de obra escravizada inicialmente com os indígenas e posteriormente com os africanos, evidencia-se o árduo processo ao qual estes sujeitos eram submetidos, sendo expostos a longas jornadas de trabalho e castigos físicos cruéis. Assim, os escravizados ficavam suscetíveis a mutilações e outras atrocidades que ocasionavam deficiências. Por sua vez, os senhores de engenho desprezavam e abandonavam as pessoas escravizadas com deficiências, fazendo com que fossem submetidas ao mais baixo escalão da

sociedade colonial e sofressem todos os tipos de violência possível, realidade esta que predominou até o século XIX.

Com relação a escolarização nesse período no Brasil, Diniz e Oliveira (2022) afirmam que, desde o período Colonial até o século XIX, não havia nenhuma atenção à educação das pessoas com deficiência, sendo que foi a partir de 1543 que as Santas Casas de Misericórdia se encarregaram da população pobre, doente e crianças abandonadas - entre elas, crianças com deficiência. Portanto, nesse período vivenciava-se a fase de exclusão. Os autores ainda mencionam que:

[...] as primeiras iniciativas institucionais de uma educação para pessoas com deficiência datam do Império, com a criação do Instituto Imperial dos Meninos Cegos, em 1854, por Dom Pedro II (que, em 1891, recebeu o nome de Instituto Benjamin Constant – IBC); a criação, em 1857, do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos (que, em 1957, tornou-se o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), bem como o início do tratamento especializado para deficientes mentais no hospital psiquiátrico da Bahia (atualmente Hospital Juliano Moreira), em 1874 (Diniz; Oliveira, 2022, p. 325).

Contudo, essas iniciativas foram pontuais e eram destinadas para o atendimento de pessoas que não condizia com o comportamento socialmente aceito no período. Segundo Kassir (2013) a configuração começou a mudar após o período republicano e destaca-se o papel das instituições privadas de atendimento especializado que surgiram no início do século XX, como a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte.

No decorrer dos séculos XX e XXI, com o avanço da medicina, houve uma preocupação em relação às pessoas com deficiência no país, fazendo com que surgissem locais especializados para cuidar dessas pessoas como o Hospital das Clínicas de São Paulo em 1944. Neste período, acreditava-se que a deficiência estava ligada à saúde, então a pessoa deveria ser internada e cuidada à distância, segregada e afastada do convívio social em instituições especializadas a exemplo das Santas Casas de Saúde e Misericórdias (Sassaki, 2010; Alves, 2021).

Ao longo da história, muitas outras instituições foram sendo abertas para acolher e educar as PcD. Em 1926 é fundada a Pestalozzi no Rio de Janeiro (Kassar, 2011) e anos mais tarde, em 1954, surge a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – também no Rio de Janeiro, com a finalidade de encontrar alternativas para melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência (APAE

Brasil, 2014).

A legislação educacional brasileira também caminhou ao longo da história a fim de atender às necessidades educativas das PcD e buscar formas de incluí-las na sociedade, ainda que de formas muito distantes das potencialidades destes sujeitos. Em 1961 foi promulgada a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 4.024/1961 (Brasil, 1961) - destacando em seu artigo 88 que a educação de excepcionais¹ “[...] deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade [...]” e no artigo 89:

Tôda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (Brasil, 1961).

Na década de 1970 houve um grande movimento em relação a conscientização dos direitos das pessoas com deficiência (Maior, 2017), destacando-se nesse período a criação do Centro Nacional de Educação Especial, a ocorrência de eventos como o Seminário Latino-Americano voltado para deficientes mentais e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Jannuzzi, 2012).

Posteriormente, em 1971, a publicação da segunda Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) - assegurou em seu art. 9º que “Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial” (BRASIL, 1971), abrindo portas para maior visibilidade das pessoas com deficiência no contexto educativo.

Já a década de 1980 foi marcada por diversos decretos importantes para a inclusão das PcD, como a promulgação do Decreto nº 84.819, de 20 de junho de 1980 (Brasil, 1980), o qual criou a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (CNAIPD); do Decreto nº 91.827/1985 (Brasil, 1985), que criou o Comitê Nacional para traçar políticas de ação conjunta, destinada a aperfeiçoar a Educação Especial; e do Decreto nº 93.481/1986 (Brasil, 1986), que implementou a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE. Posteriormente, com a promulgação em 1988 da nova Constituição Federal (Brasil, 1988), os direitos da pessoa com deficiência foram incluídos em seu texto base,

¹ Terminologia utilizada na época para se referir às pessoas com deficiência.

representando outro grande marco legal. Nesse cenário a educação inclusiva e especial tomou espaços de discussão. Nesta constituição ficou estabelecido que a Educação era dever do Estado, bem como a preferência do atendimento educacional das pessoas com deficiência no âmbito do ensino regular (PLETSCH, 2014).

A partir dos anos de 1990, com as discussões acerca da educação inclusiva e especial em foco, principalmente após a criação da Política Nacional de Educação Especial, em 1994, buscou-se incentivar à inserção dos estudantes com deficiência em salas de ensino regular. Neste contexto, documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) e as Diretrizes Curriculares para a Educação Especial (Brasil, 2001) apresentam a ideia de um tratamento diversificado para atender as diferenças (Brasil, 1994; Garcia; Michels, 2018).

Ainda na década de 90, por meio da Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990) foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente que, em seu artigo Art. 54, inciso III, descreveu que o atendimento educacional especializado deveria ser ofertado aos portadores de deficiência², preferencialmente na rede regular de ensino. No ano seguinte foi promulgada a denominada Lei de Cotas para pessoas com deficiência - Lei 8213/91, de 24 de julho de 1991 (Brasil, 1991) - conhecida como lei de contratação de PcD nas empresas. A partir dela foram estabelecidos os planos de benefícios da previdência social e foram definidas cotas mínimas de contratação dessas pessoas. Assim, a lei mencionada contribuiu para a inclusão das pessoas com deficiências no mercado de trabalho formal, dispondo um percentual obrigatório a ser seguido pela empresa para contratação: a empresa que possuir “[...] 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção” (Brasil, 1991, p.33). Essa lei possibilitou a inclusão das PcD no mercado formal de trabalho como direito constitucional, representando inegavelmente um progresso no intuito de oferecer oportunidades mais efetivas para esse público (Ribeiro; Carneiro, 2009; Carmo *et al.*, 2020).

Ao longo de toda a década de 1990, os avanços foram cada vez maiores, principalmente com a publicação da Declaração de Salamanca em 1994 (Brasil, 1994), documento no qual a Organização das Nações Unidas (ONU) norteou os padrões sobre equalização de oportunidades para pessoas com deficiências, destacando a

² Terminologia utilizada na época para se referir às pessoas com deficiência.

importância da educação para todos, levando em consideração as especificidades de cada indivíduo. Entre os princípios defendidos na declaração, está o de como as escolas deveriam acolher os estudantes PcD:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras [...] (BRASIL 1994).

Em 1999, foi promulgado o Decreto nº 3.298/1999 (Brasil, 1999), o qual instituiu a Política Nacional da Pessoa com Deficiência. De acordo com Bodart *et al.* (2016), esse decreto regulamentou a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 (Brasil, 1989), a qual trata sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência³ e dispõe sobre o apoio e integração social, estabelecendo em seu artigo 2º que

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao **trabalho**⁴, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1989).

Para Bodart *et al.* (2016), esse decreto foi primordial para equalizar oportunidades profissionais por meio da formação, reabilitação e qualificação de PcD para as atividades profissionais.

Em 2001, a Resolução CNE/CEB nº 2 (Brasil, 2001) instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Em seu artigo 1º, parágrafo único, a citada resolução determinou que o atendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais⁵ deverá iniciar na pré-escola e será assegurado aos estudantes com necessidades educacionais os serviços de educação especial mediante a comunicação entre família e comunidade (BRASIL, 2001).

Ao longo dos anos 2000, tanto no contexto brasileiro quanto no contexto mundial, os avanços acerca da inclusão da pessoa com deficiência foram significativos e ocorreram em vários campos em razão da publicação de diversas leis

³ Terminologia utilizada na época para se referir às pessoas com deficiência.

⁴ Grifo nosso.

⁵ Terminologia utilizada na época para se referir às pessoas com deficiência.

e decretos que possibilitaram maiores garantias dos seus direitos.

Um desses avanços foi a formalização da definição de deficiência por meio do Decreto Legislativo nº186 de 2008 (Brasil, 2008) e do Decreto nº 6.949 de 2009 (Brasil 2009), no Brasil foi definido a palavra deficiência como mais adequada para a identificação, sendo considerada como um termo que está em evolução e que “[...] resulta da relação entre as pessoas com deficiência e os obstáculos comportamentais, estruturais e sociais, os quais dificultam sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária” (Alves, 2021, p. 595).

Em 2010, com o Decreto nº7084/2010 (Brasil, 2010), ficou imposto em seu artigo 28º que o Ministério da Educação deverá adotar instrumentos para promoção da acessibilidade nos programas de material didático destinado aos estudantes da educação especial e de seus professores das escolas de educação básica públicas.

Para Bodart et al. (2016), a aprovação da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Brasil, 2015), conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), foi fundamental para a reafirmação dos direitos e deveres das pessoas com deficiência, além de promover e assegurar a sua inclusão social:

[...] Esta, conhecida como a “Lei de Inclusão Social”, veio no sentido de assegurar e promover a igualdade social no exercício dos direitos e das liberdades fundamentais ao PCD’s. [...] Em vigor da Lei de Inclusão das pessoas com Deficiência (Lei 13.146/2015) a Pessoa com Deficiência (PCD’s) passa a ser, em regra, plenamente capaz de atuar no mercado de trabalho em igualdade de condições com as demais pessoas (Bodart *et al.*, 2016).

Ainda assim, se observa na prática do contexto educacional brasileiro uma divergência entre os princípios presentes na legislação e a prática escolar. Neste sentido, Rahme, Ferreira e Neves (2019) destacam que a partir de 2016 houve mudanças advindas dos acontecimentos políticos que se instauraram no Brasil e que interferiram no acesso democrático aos equipamentos da Educação Especial e extinguiram secretarias especializadas, como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) no ano de 2019 e criou secretarias com foco secundários, como a Secretaria de Modalidades Especializadas.

Observa-se que as leis e os decretos propiciaram o aparato legal para as pessoas com deficiência, expondo seus direitos e deveres e visibilizando abrir os espaços com a inclusão social destas. Dessa forma, a inclusão social das pessoas com deficiência urge uma ampliação para além da jurisdição, tendo em vista que ainda

verbera em alguns ambientes, formas de discriminação e exclusão.

Para Diniz e Oliveira (2022) outra amostra de fragilidade da escolarização das pessoas com deficiência ocorreu no período da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde, a partir de março de 2020, onde ficou evidente as grandes desigualdades sociais que ainda permeiam o campo educacional brasileiro.

De acordo com o IBGE (2022) a taxa de analfabetismo é aproximadamente cinco vezes maior entre pessoas com deficiência, cerca de 57% destas tinham concluído o ensino médio. Desse modo, fica evidente que entre algumas das dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência está: a falta de incentivo em frequentar os sistemas educacionais, a carência de qualificação profissional e discriminações em geral.

Podemos considerar que é essencial para entender as desigualdades educacionais existentes compreender que, desde sua gênese, a educação no contexto brasileiro foi considerada privilégio e esteve relacionada às classes dominantes, da qual a maior parte da população foi completamente excluída (Souza, 2019). Essa situação presente no contexto educacional brasileiro é fruto do processo social e histórico que, ao longo dos anos, passou por reformulações buscando superar paradigmas limitantes e concepções ultrapassadas (Diniz; Oliveira, 2022).

Diante disso, fica evidente que a inclusão social e escolar das pessoas com deficiência atravessou um longo caminho de quebra de paradigmas e conscientização social. Além disso no âmbito jurídico houveram muitos avanços que contribuíram para que esses sujeitos conquistassem seu espaço na sociedade. Apesar disso, é importante ressaltar que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que sua inclusão de fato seja efetivada.

2.2 História da pessoa com deficiência no mundo/ mercado de trabalho

A trajetória das pessoas com deficiência no Brasil é árdua, revestida de maus tratos, abandono e impunidade, sendo desprezada desde os primórdios da formação histórica do país, principalmente, por falta de relatos e documentos oficiais (Alves, 2021). Neste sentido, a inclusão das pessoas com deficiência no mundo trabalho não foi diferente. Ela foi resultado de diversas lutas em âmbito mundial e nacional, sendo conquistadas à base de muito esforço.

Assim, um dos principais movimentos pela inclusão das PcD no mundo do

trabalho ocorreu por meio da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), com os princípios da igualdade e dignidade humana. Em seu artigo 227, inciso II, esclarece que:

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Para além da Constituição Federal (Brasil, 1988), deve-se evidenciar a conhecida “política de cotas” estabelecida por meio do artigo 93 da Lei 8.213/1991 (Brasil, 1991), que tornou obrigatório a admissão de um percentual de pessoas com deficiência em empresas, conforme já mencionado anteriormente. Esta lei possibilitou a inclusão das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho como direito constitucional (Carmo *et al.*, 2020).

Ao longo da história brasileira, vários esforços foram realizados para assegurar os direitos das pessoas com deficiência em relação ao acesso ao mundo do trabalho. Um deles foi a promulgação da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência⁶, por meio do Decreto n. 3.298 de 20 de dezembro de 1999 (Brasil, 1999) que indicou a responsabilidade do Ministério do Trabalho em fiscalizar e avaliar as empresas no que diz respeito à contratação de PcD de acordo com a lei.

Além disso, a referida lei dispõe em seu art. 45 que seja organizado programas de qualificação profissional para PcD visando uma inclusão competitiva no mercado laboral. No entanto, Borges e Longen (2019) indicam que é necessário mais do que fiscalização e regulamentação para a contratação dessas pessoas, o ideal seria o rompimento de diversos obstáculos, como no âmbito físico, cultural e atitudinal.

Neste panorama, a criação da Lei da Acessibilidade - Lei nº 10.098/2000 (Brasil, 2000) - objetivou eliminar as barreiras físicas que impedem/limitam a mobilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A referida lei sofreu modificações pela Lei n. 13.146/2015 (Brasil, 2015) com a inclusão de mudanças que proporcionaram mais dignidade e autonomia para as pessoas com deficiência, garantindo o seu direito de ir e vir com autonomia, em consonância com a Constituição

⁶ Terminologia utilizada na época para se referir à pessoas com deficiência.

Federal.

Apesar da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho representar um direito, persiste ainda, um grande percentual destas pessoas sem um trabalho formal em nosso país. Desse modo, há uma grande lacuna a ser preenchida com relação a sua inclusão de fato no mercado de trabalho (Aoki *et al.*, 2018).

Diante desse cenário, Visentini *et al.* (2021) e Alves (2021) destacam que a discriminação, a desinformação e a ausência de capacitação profissional correspondem aos maiores entraves para a contratação dessas pessoas. Estes fatores impactam no quantitativo de pessoas com deficiência inseridas no mercado formal de trabalho. De acordo com o IBGE (Brasil, 2022), no fim de 2022, apenas 26% das pessoas com deficiência estavam no mercado de trabalho e 38% trabalhavam na informalidade.

Outro elemento que precisa ser destacado, segundo o IBGE (Brasil, 2022) é que a diferença verbera também no rendimento salarial. Os dados mencionados apontam que o rendimento do trabalho das pessoas com deficiência é 30% menor que a média nacional, assim em termos de valores corresponderia da seguinte forma: 1860 reais contra 2690 reais.

Portanto, cabe ressaltar a importância dos avanços na legislação como contribuição para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. No entanto, ainda se faz necessário desmistificar o capacitismo presente no mercado de trabalho que limita estas pessoas a desempenharem suas atividades laborais e construir uma autoestima profissional, além de terem o direito de receberem rendimentos que respeitem sua dignidade.

2.3 Mundo do trabalho e Mercado de trabalho: confluências e associações às pessoas com deficiências

Os termos mercado de trabalho e mundo do trabalho não são sinônimos, apesar de estarem relacionados. Para Figaro (2008) o mundo do trabalho engloba um conjunto de fatores que estão atrelados a partir da relação da atividade humana de trabalho. Neste sentido, são considerados

[...] o meio ambiente em que ocorre esta atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que

facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade (Figaro, 2008, p. 92).

A relação destes fatores está intrínseca em sociedade e fomentam o mercado de trabalho. Assim, este deve ser entendido como “[...] formas de trabalhos que são prestadas manualmente ou intelectualmente, ou seja, as pessoas trocam sua mão de obra/ experiência por um salário e/ou benefício” (Borges et al., 2019, p. 6). Neste sentido, o mercado de trabalho expressa uma das funcionalidades do mundo do trabalho, tendo em vista que a atividade laboral é entendida como vital para a sobrevivência humana.

No mercado de trabalho existem diversos fatores que influenciam seu funcionamento, seja de maneira positiva ou negativa. Dessa forma, permite-se analisar a economia de um país e suas variáveis como empregabilidade, investimentos, inflação e o empreendedorismo (Figaro, 2008; Borges, *et al.*, 2019).

Neste contexto, ao analisar a realidade das PcD e sua relação com o mundo do trabalho, percebe-se os desafios impostos pelo segmento no mercado de trabalho como um fator que dificulta a inclusão, o acesso direto e contínuo destas pessoas, mesmo sendo algo garantido na legislação brasileira. Apesar de existirem leis como a Lei de Cotas - Lei 8.213/91 (Brasil, 1991) -, a qual determina a reserva de vagas para PcD, ainda assim, conforme já apontado anteriormente, apenas 34,3% dos trabalhadores com deficiência ocupavam postos formais de trabalho (IBGE, 2022).

Assim, na conjuntura brasileira atual, as pessoas com deficiências que não estão inseridas no mercado de trabalho formal, seja na rede pública ou privada, estão aptas a receber auxílios ou aposentadorias oferecidas através da previdência social. Dessa forma, observa-se a atuação em atividades empreendedoras ou informais como alternativas que complementam a renda mensal das PcD.

O desenvolvimento de atividades informais e empreendedoras torna-se uma “[...] possibilidade qualitativa para inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, bem como ferramenta que possibilita minimizar problemas sociais e históricos em relação à pessoa com deficiência e sua capacidade empreendedora” (Prais *et al.*, 2017, p. 2). De acordo com Prais *et al.* (2017), as atividades laborais informais e empreendedoras são potencialidades e vias compensatórias e alternativas para a atuação profissional da PcD, de forma qualitativa e quantitativa, nesse

processo produtivo capitalista. Portanto, ainda urge avanços na inclusão profissional de forma que proporcione uma cidadania plena, superando uma visão meramente assistencialista ainda bastante enraizada.

2.4 O trabalho como princípio educativo

De acordo com Marx (1968), o homem transforma a natureza e, nesse processo, ele transforma a si mesmo. Considerando esta afirmativa, entende-se que o conceito de trabalho advém desde os primórdios da humanidade, onde o ser humano aprendeu a interagir racionalmente com a natureza e passou a utilizá-la segundo sua necessidade (Saviani, 2007).

Assim, o trabalho compreende duas dimensões, uma no sentido ontológico e outra no sentido histórico. Na dimensão ontológica o trabalho é uma práxis humana, é categoria constitutiva do ser social, sendo um processo coletivo e social mediante o qual o homem produz as condições gerais de sua existência (Lukács, 2013). Para o autor, a dimensão no sentido histórico apresenta a transformação do trabalho em trabalho assalariado ou como fator econômico sob a exploração do sistema capitalista.

Essas modificações no âmbito do trabalho para Carvalho e Cavalcante (2020, p.3) ocorreram de forma complexa ao longo do tempo, conforme destacam:

Com o desenvolvimento da sociedade, as relações de trabalho se alteraram e se complexizaram, e nessa reestruturação do trabalho, as relações de poder estiveram sempre presentes e interligadas com o que se concebe por trabalho, bem como de qual seria seu propósito em determinados momentos sociais.

Ainda na concepção dos autores “[...] no processo formativo educacional, o trabalho se insere basilarmente, pois, por meio da compreensão de sua estrutura constitutiva na transposição de saberes, percebe-se o percurso histórico do conhecimento[...]” (Carvalho; Cavalcante, 2020, p.3). Diante disso, a partir das transformações ocorridas em sociedade ao longo da história, ressaltou-se a necessidade da classe dominante em criar um espaço voltado à formação dos futuros dirigentes, e assim, surge a instituição escolar.

A palavra escola deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre. Era, pois, o lugar para onde iam os que dispunham de tempo livre. Desenvolveu-se, a partir daí, uma forma específica de educação, em

contraposição àquela inerente ao processo produtivo. Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho (Saviani, 2007, p.155).

Portanto, a escola, desde sua gênese, foi algo idealizado para as classes abastadas e esta concepção perdurou até as revoluções do século XVIII, onde começou-se a expandir a ideia de escola como local de formação educacional para todos. No entanto, esta ideia destoa da realidade, pois a educação é repassada e reproduzida de acordo com a classe social ao qual determinado indivíduo está inserido (Feitosa, 2021). Sendo assim, o autor supracitado menciona ainda a dualidade existente entre as formas de ensino destinada às classes trabalhadoras, com uma educação manual/profissional, diferentemente do que ocorre nas classes burguesas, na qual o ensino volta-se para o estudo intelectual/dirigente.

Neste sentido, o trabalho como princípio educativo pressupõe romper com o atual modelo de educação vigente em que o mundo de trabalho é o foco do ensino. Dessa forma, a relação entre trabalho e educação deveria ser uma ação humanizadora e desenvolvedora das potencialidades humanas. Pois, o trabalho, teoricamente, está presente tanto nos aspectos materiais como imateriais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (Marx, 1968).

Para Frigotto (1989), superar a visão utilitarista e reducionista do trabalho

[...] implica reverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeito do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo (FRIGOTTO, 1989, p.08).

Portanto, o caráter formativo do trabalho e da educação deve englobar ideais progressistas e comprometidos com o desenvolvimento social, para que ocorra uma compreensão dos fenômenos naturais e sociais, as relações de produção.

Adentrando no cenário escolar e profissional, é importante salientar que, embora nos últimos anos houve um crescimento na inserção de PcD no mundo de trabalho, é importante observar a escolaridade dessas pessoas empregadas (Dutra *et al.*, 2020). Nessa perspectiva, de acordo com Thomasi *et al.* (2018) no censo realizado pelo IBGE realizado em 2010, das 502.365 pessoas com deficiência entrevistadas,

38,69% não possuía escolaridade. Desse modo, a escolaridade e qualificação profissional são fatores que podem afetar a contratação da pessoa com deficiência (Passerino; Pereira, 2012).

Ainda nessa conjuntura, é importante se atentar as razões nas quais essas pessoas possuem baixa qualificação, para não se criar uma ideia equivocada de estas não buscam se capacitar por falta de vontade ou esforço, e sim por restrições educacionais socialmente impostas conforme descreve Lorenzo e Silva (2017, p.347):

Portanto, as barreiras para formação dessas pessoas também estão nos métodos sistematizados de ensino, os quais, por consequência, impactam diretamente sobre as possibilidades de inserção profissional. Em vista disso, de maneira geral, os empecilhos da escolarização residem principalmente na estrutura de ensino praticada, na sociedade em geral, nas empresas que associam à deficiência uma imagem negativa e na falta de articulação dos serviços, embora na perspectiva da uma empresa estudada, tais dificuldades são de âmbito individual.

Além disso, muitas empresas desconhecem a capacidade laboral dos PcD, não oportunizando-as a demonstrar suas habilidades e muitas vezes colocando-as em cargos inferiores à sua capacidade de trabalho. Outro fator importante é que as contratações em sua maior parte são realizadas apenas para cumprimento da legislação. De acordo com Scalabrin e Campos (2017, p. 93):

[...]Na prática, a inclusão vigora apenas na letra da lei, ainda com reflexos insuficientes na prática social. A inclusão educacional, mais operante no corpus legal, deve ser completada pela inclusão dos milhões de brasileiros, com graus diversos de deficiências, em natureza e gravidade, no mercado de trabalho.

Ainda de acordo com as autoras, o trabalho contribui na construção da autoestima, sucesso, satisfação pessoal, possuindo caráter atuante na estabilidade emocional desses indivíduos e sua falta contribui para uma série de questões que as, colocam em situação de vulnerabilidade social, econômica e psicológica. Desse modo, nesse cenário capitalista onde o trabalho é visto apenas como a venda de sua força trabalhista, aquele que socialmente não se adequa a essas expectativas, não possuem serventia, ficando a margem da sociedade.

Diante disso, as concepções de trabalho como princípio educativo na sociedade atual não contemplam as pessoas com deficiência, visto que um ensino que vislumbra apenas o utilitarismo do trabalho, de nenhum modo contempla as

classes socialmente mais baixas, onde estão inseridas as PcD justamente pela falta de igualdade de oportunidades em diferentes esferas.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Considerando o problema de pesquisa proposto e seus objetivos, esta pesquisa se caracterizou como aplicada, qualitativa, descritiva e exploratória. Tratou-se de uma pesquisa aplicada em razão de ser movida pela necessidade de conhecer o problema com vistas a aplicar de forma imediata os resultados alcançados. Segundo Gil (2010), a pesquisa aplicada abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem.

Concomitantemente, a pesquisa caracterizou-se como descritiva ao descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2010), além de ser exploratória por proporcionar maior familiaridade com o problema, explicitando-o desde o aprofundamento bibliográfico até as entrevistas, aprofundando o processo em busca de respostas ao problema.

3.2 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa se caracterizou como História de Vida, o qual possui uma abordagem qualitativa que se constitui em um caminho para se ter contato com diferentes memórias narradas por sujeitos diversos que viveram/vivem acontecimentos, situações e processos relativos ao objeto pesquisado. Conforme Ferrazza e Antonello (2017), o método da História de Vida preocupa-se com o vínculo entre o pesquisado e o pesquisador, narra as histórias considerando as características de cada indivíduo, produz sentido para pesquisado e pesquisador, cria um elo entre a experiência individual e a experiência coletiva e possibilita a emergência de dados não evidenciados pelos dados coletados e analisados qualitativamente.

3.3 Participantes

Foram entrevistadas 10 (dez) pessoas com deficiência física, sendo 05 (cinco) com deficiência congênita e 05 (cinco) com deficiência adquirida. A escolha de PcD Físicos Congênitos e Adquiridos permite o confronto dos dados em relação às diferentes experiências entre os sujeitos – tanto a expectativa daqueles que nasceram com a deficiência e buscam ingressar no mundo do trabalho quanto daqueles que se tornaram deficientes e tiveram que retornar à vida laboral.

Para fins de atender às exigências das Resoluções CONEP n. 466/2012 (Brasil, 2012) e n. 510/2016 (Brasil, 2016) acerca do sigilo da fonte, os participantes foram identificados com números. Diante do exposto, os participantes foram organizados da seguinte forma:

Deficiência Física Congênita: participantes 2, 4, 6, 8 e 10.

Deficiência Física Adquirida: participantes 1, 3, 5, 7 e 9.

O critério de inclusão na pesquisa foi ser cadeirante com deficiência física congênita ou adquirida. O critério de exclusão se baseou na ausência de atendimento ao critério de inclusão.

3.4 Coleta de dados

Foram realizadas entrevistas online e individuais a fim de conhecer suas trajetórias de vida, baseando-se em questões semiestruturadas, as quais foram gravadas em áudio e transcritas (Anexo 1). Segundo Gil (2010), as entrevistas individuais são uma forma de interação social e de obtenção de dados que interessam à investigação, assim como um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação, sendo uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito das Ciências Sociais.

Os dados foram coletados virtualmente, por meio da plataforma Google Meet, de acordo com as normas e orientações estabelecidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP descritas no documento oficial publicado em 24 de fevereiro de 2021 intitulado “Orientações Para Procedimentos em Pesquisas com

Qualquer Etapa em Ambiente Virtual”.

3.5 Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada por meio da Análise Textual Discursiva - ATD (MORAES; GALIAZZI, 2007). Este método de análise combina práticas da Análise de Conteúdo com práticas da Análise do Discurso. Segundo Moraes e Galiazzi (2006), a ATD procura compreender o significado presente nas contribuições ditas ou escritas pelo autor, ao passo que se debruça sobre suas condições de produção. Desta forma, a presente pesquisa procurou compreender os sentidos e significados subjacentes às falas dos participantes da pesquisa em relação à sua história de vida e sua relação com o mercado de trabalho - suas experiências, suas (sobre) vivências e perspectivas.

3.6 Local da Pesquisa

Este estudo foi realizado em um município de pequeno porte no interior do Estado da Bahia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após estudo detalhado das respostas apresentadas pelos participantes ao pesquisador sob a percepção da ATD, emergiram as seguintes categorias de análise a partir das aproximações e distanciamentos das situações e condições vivenciadas pelos participantes: 1. Capacitismo, 2. Percepção sobre sua deficiência, 3. Dificuldades para o ingresso no mundo do trabalho, 4. O papel da família, 5. Experiência profissional x Capacitismo, e 6. Perspectivas para o futuro no mundo do trabalho.

4.1 Capacitismo

A história da pessoa com deficiência é marcada por diversos entraves que limitaram o seu caminho, principalmente pela ideia de que estes sujeitos possuem

capacidades e habilidades inferiores a quem não possui deficiência. Esse pensamento foi disseminado ao longo da história e permanece até os dias atuais, fazendo com que essa parcela da população seja excluída socialmente, conforme relatado pelo Participante 2 na entrevista, quando foi feita a pergunta “*Você já sofreu capacitismo?*”. De acordo com o participante,

[...]Sim, já sofri capacitismo. Na escola principalmente, porque sempre vai ter aquele aluno que vai fazer uma piadinha sem graça, né? Não são todos, mas sempre tem aquele que faz piadinhas sem graça. Quando eu estava na 7ª série, um colega pediu para eu ligar a luz, apertar o interruptor, mas era muito alto e isso eu levei para o coração, porque ele sabia que o interruptor era alto e mesmo assim ele pediu para ligar a luz, então falei com a professora a respeito disso e ela reclamou com ele e levou para a direção, e todos os alunos que estavam ao redor dele riam da minha cara, de imediato fui na direção e reclamei com a diretora e ela chamou ele para conversar, mas os alunos que estavam presentes deram risada da minha cara. Infelizmente, o capacitismo é presente na sociedade.

Nesse contexto, o capacitismo pode ser descrito como toda forma de preconceito, discriminação, inferiorização relacionadas às pessoas com deficiência (Mello, 2016). Essa forma de discriminação é caracterizada pela suposição de que pessoas com deficiência são inferiores às que não possuem qualquer tipo de limitação, e é uma violação dos direitos dessas pessoas. Esse tipo de pensamento alimenta uma cultura que tende a ver os PcD de forma estigmatizada, conforme descreveram Marchesan e Carpenedo (2021, p.54)

Enxergar a pessoa com deficiência com base em uma perspectiva pré-concebida, limitante por natureza, provém de uma constituição sócio-histórica de pensamentos que fundamentam uma série de preconceitos. Esses pensamentos resultam em ideias que passam a ser disseminadas pelas mais distintas esferas sociais e acabam por afetar todos os sujeitos com deficiência, porque pressupõe que esses sujeitos possuem limitações que lhes incapacitam em todas as instâncias da vida, fazendo com que suas capacidades sejam suprimidas por um discurso totalizante e excludente.

O capacitismo está presente no cotidiano de diversas formas, muitas vezes mascarado e revelado de uma forma sutil. Porém, pode se revelar de forma escancarada e nos revela o quanto a nossa sociedade ainda é preconceituosa (Vendramin, 2019), fazendo com que essas pessoas se sintam inferiorizadas, assim como relatou o Participante 3

[...] Sim! Isso sempre acontece, as pessoas julgam muito pela aparência, veem uma pessoa na cadeira de rodas e julgam a capacidade do outro.

Essa fala evidencia o quanto ainda as pessoas com deficiência se sentem maltratadas, julgadas e discriminadas na nossa sociedade mesmo diante do que preconiza a Lei n. 13.146/2015 - LBI (Brasil, 2015), que em seu artigo art. 4º destaca que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

Outro fator importante é que muitas vezes os indivíduos com deficiência não percebem que estão sofrendo capacitismo. Alguns entrevistados responderam que acham que já sofreram e outros que não possuem certeza se de fato aquela situação representa capacitismo. O Participante 6 por exemplo, só teve uma oportunidade de trabalho aos 28 anos, mesmo tendo alcançado as qualificações necessárias antes de completar esta idade. De acordo com seu relato, pontuou que as falas no ambiente de trabalho demonstraram o quanto ainda existe um paradigma em relação ao capacitismo das pessoas com deficiência

[...] Eu sempre ouço, inclusive lá, as pessoas dizerem: “é a primeira vez que uma pessoa com deficiência assume um cargo desse”. Fico feliz e triste, primeiro fico feliz pela oportunidade de algo novo, começar uma nova perspectiva, mas triste às vezes no sentido de justamente a gente nunca ter tido este espaço, a oportunidade, mas nesses quatro meses a gente vem construindo principalmente com paradigmas do capacitismo das pessoas com deficiência, somos capazes, temos nossa formação técnica, operacional, nós estamos construindo diálogos, principalmente nas secretarias na qual tem alguns

embates no sentido de achar que a gente vai querer algo ou mudar, digamos, exigir algumas coisas, mas, na verdade, a gente quer educar, educar no sentido de que a pessoa vem antes de qualquer outra coisa, a deficiência é apenas uma característica a mais ou não, então a gente vai mostrando, sensibilizando que o indivíduo com deficiência tem um direito, às vezes muitas são conhecidas como pessoas que gostam de briga, mas é porque é um contexto que a gente sabe que infelizmente as coisas vão acontecendo somente no processo já bem desgastado, muitos não, as vezes não tem nem acessibilidade de chegar a determinados serviços, por muitas vezes as pessoas têm essas visões distorcidas, acredito que com a minha participação lá estão começando a mudar essa visão sobre nós, pessoas com deficiência.

Gesser, Block e Nuremberg (2019) destacam que o capacitismo é um obstáculo para a participação social desses indivíduos, justamente porque se sentem socialmente inferiorizados e incapazes, além do preconceito e outros fatores que limitam a sua existência pela falta de um corpo “padrão” visto pela sociedade. Diante disso, fica evidente o quanto esse tipo de fala e comportamento diante das pessoas com deficiência, reforça o capacitismo e tende a deslegitimar a inserção e atuação desses indivíduos na sociedade (Ivanovich; Gesser, 2020).

O capacitismo afeta as pessoas com deficiência de várias maneiras. Em primeiro lugar, pode criar barreiras físicas e sociais. Por exemplo, locais públicos que não são acessíveis para cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, o capacitismo reforça a ideia de que as pessoas com deficiência não são capazes de assumir papéis de liderança ou participar plenamente da sociedade, resultando em exclusão e segregação (Mello; Cabistani, 2019).

Outro efeito do capacitismo é a redução das oportunidades educacionais e profissionais para pessoas com deficiência. Muitas vezes, a sociedade não oferece os recursos e o apoio necessários para que essas pessoas tenham acesso à educação de qualidade e às mesmas oportunidades de emprego que as demais. Isso limita suas perspectivas de futuro e perpetua o ciclo de desigualdade. Além disso, o capacitismo

também pode afetar as relações pessoais e familiares das pessoas com deficiência. Muitas vezes, a sociedade não oferece suporte emocional e prático às famílias, o que pode causar isolamento e dificuldades adicionais no cuidado e na inclusão da pessoa com deficiência. Isso pode causar tensões e conflitos nas relações familiares (Azevedo; Cia; Spinazola, 2019).

O capacitismo também contribui para a falta de representatividade das pessoas com deficiência na mídia, na cultura e na política. A ausência de vozes e histórias de pessoas com deficiência perpetua a ideia de que elas são insignificantes ou invisíveis na sociedade. Essa falta de representatividade contribui para a marginalização e para a perpetuação do capacitismo em todos os aspectos da vida cotidiana. Além disso, o capacitismo também pode ter impactos na saúde mental das pessoas com deficiência. O estigma e o preconceito enfrentados diariamente podem levar a sentimentos de baixa autoestima, ansiedade e depressão. A sociedade cria expectativas irreais e pouco inclusivas, o que leva a um sentimento de não pertencimento e de falta de valor (Pacheco; Alves, 2007).

A falta de conscientização e compreensão sobre a deficiência também é um resultado do capacitismo. Muitas pessoas não entendem a diversidade das deficiências e, conseqüentemente, não sabem como agir ou interagir adequadamente com as pessoas com deficiência. Isso leva à perpetuação de estereótipos negativos e à limitação das oportunidades de inclusão e igualdade.

Diante disso, discussões relacionadas ao capacitismo, buscam sensibilizar a sociedade que pessoas com deficiência são capazes de desenvolver qualquer atividade a que se proponham de acordo, é claro, com suas próprias limitações como qualquer indivíduo. Respeitar as diferenças é um importante passo para viver em uma sociedade humana, justa e igualitária. Por fim, é preciso unir forças para construir uma sociedade anti-capacitista que busca eliminar as barreiras sociais encontradas pelas pessoas com deficiência.

4.2 O papel da família

As famílias, ao receberem um diagnóstico de deficiência, são afetadas pelo sentimento de aceitação ou rejeição, cabendo a estes indivíduos decidirem como irão enfrentar e se ajustar a essa nova realidade (Prado, 2004). Esse novo contexto familiar

irá determinar a forma como esse indivíduo (congenito ou adquirido) irá se perceber socialmente, principalmente na infância, onde a criança com deficiência necessita de todo apoio para construção da sua identidade e desenvolvimento. Alguns entrevistados relataram que na infância receberam esse suporte emocional e assistência em diversos aspectos que foram essenciais para que tivessem uma qualidade de vida melhor, conforme relataram os seguintes Participantes

[...] Quando minha mãe me teve, os médicos não descobriram de imediato, apenas quando me retiram da barriga mesmo, só que teve todo aquele processo de tratamento, e minha mãe só veio me ver depois de cinco dias por conta desse tratamento. Foi uma situação muito difícil e complicada, mas eu tive o apoio da minha família e dos meus amigos e tenho esse acolhimento até hoje (Participante 2).

[...]A minha infância foi com meus pais me levando para a fisioterapia, porque eu não andava, não engatinhava, então meus pais me levavam para a fisioterapia para melhorar o físico, com o tempo eu fui melhorando e ganhando equilíbrio. Minha mãe me carregava (Participante 4).

[...] A partir dos meus cinco anos, observando meu irmão tendo uma rotina diária e amigos, primos indo para a escola eu disse ao meu pai e a minha mãe o meu desejo, que também queria estar na escola, e quando completei cinco anos eles me matricularam na escola regular e comecei a ir. Teve toda instrução por parte do meu pai e da minha mãe, principalmente da minha mãe porque meu pai sempre trabalhou mais externamente, porém minha mãe conseguia conciliar casa, trabalho e meus cuidados, desde então tive uma vida escolar como qualquer outra criança. Minha mãe sempre ia nos intervalos, me levava para o parquinho, mas mesmo assim estava inserida naquele contexto, estava desenvolvendo muito bem, nunca reprovei de ano, por conta das fraturas cerca de um

terço do ano letivo eu tinha aula em casa, porque precisava engessar, recuperar e todos os dias ou uma vez na semana minha mãe comparecia no colégio para pegar as atividades, eu fazia em casa, nunca deixei de ser acompanhada por conta da escola (Participante 6).

A rotina diária das pessoas com deficiência muitas vezes envolve cuidados e necessidades específicas, e a família é responsável por prover essas demandas. Desde a assistência com atividades básicas até o suporte para a realização de terapias e acompanhamentos médicos, a família é fundamental para garantir qualidade de vida e bem-estar.

É fato que o diagnóstico de deficiência não é algo fácil para a família, mas a falta de acolhimento e aceitação pode gerar danos emocionais irreversíveis, contribuindo para a baixa estima pessoal e profissional, percepção negativa de si mesmo e não aceitação da própria deficiência. Neste cenário, segundo Matsumoto e Macedo (2012. p.13),

A família possui um papel de suma importância no processo de inclusão social do indivíduo com deficiência. É no meio familiar que os primeiros passos para a construção da autonomia e da independência se iniciam, apesar do impacto e do choque após o recebimento da notícia e até mesmo das alterações na identidade da família decorrente de possuir um membro deficiente.

Ainda de acordo com os autores supracitados, cada núcleo familiar encara a deficiência conforme sua trajetória de vida, valores e vivências e essa relação familiar é essencial para a inserção social da pessoa com deficiência. Além disso, é no meio familiar que se constrói a identidade e visão de mundo. Esses ideais vão ao encontro com a fala do Participante 10 que descreveu como foi essencial o apoio familiar para o seu desenvolvimento

[...] Eu costumo dizer que eu tive muito suporte da minha família, isso foi muito importante para que eu pudesse desenvolver tanto autoconfiança quanto autonomia. Tive acesso à educação formal de qualidade que sem dúvidas foi um divisor de águas na minha vida, tive a oportunidade de estudar em colégio particular com bolsa integral durante toda a minha formação básica, o

apoio dos profissionais da educação também foi fundamental para que eu pudesse me desenvolver, enfim, ter direito assim como as crianças sem deficiência, a um processo de desenvolvimento com a minha idade, então, a tudo que demandava ali naquele momento, tanto o apoio da minha família, esse engajamento deles atuarem para que eu me desenvolvesse, quanto ao acesso à educação formal de qualidade, o compromisso dos profissionais da educação eu considero como fundamentais para o meu processo de desenvolvimento.

A fala deste citado participante demonstrou que a família ocupa um importante papel no processo de tomada de decisões em relação à educação e inclusão escolar das pessoas com deficiência. É ela quem deve buscar escolas adequadas, participar de reuniões e dialogar com a equipe pedagógica, assegurando a plena participação e desenvolvimento educacional do indivíduo.

Diante disso, a família desempenha um papel essencial no desenvolvimento das pessoas com deficiência, sendo de grande importância tanto no processo de escolarização quanto na profissionalização. Esse apoio é fundamental para a sua inclusão no mundo do trabalho. Nesse contexto, diversos entrevistados evidenciaram a importância do incentivo e apoio familiar na contribuição do seu crescimento pessoal e profissional. Assim como destacam os Participantes 1 e 4

[...] Então, qualquer área, qualquer objetivo, eles sempre estão ali me apoiando, o mesmo acontece com a minha família. De todas as partes eu tenho incentivo, de nenhuma das partes nunca tive pessoas que me limitavam, tipo: “se acomode aí, pegue seu benefício”. Nunca teve isso, pelo contrário, sempre incentivaram a me qualificar, estudar, etc. O incentivo vinha de mim, mas também de familiares e amigos, as amigas que estavam comigo sempre me incentivaram em tudo, tive muito apoio. Jamais quiseram que me acomodasse por ter deficiência, recebesse apenas benefício, porém sempre quiseram que fosse

além (Participante 1).

[...]Foi fundamental. O apoio familiar para eu ir para a escola me ajudou a me desenvolver, se eu não tivesse o apoio familiar seria mais difícil ainda (Participante 4).

Nesse contexto, o apoio familiar é imprescindível na vida e crescimento das pessoas com deficiência. Por ser o núcleo primário de convivência, é responsável por proporcionar apoio emocional, social e físico, contribuindo para a autonomia e inclusão desses indivíduos na sociedade. Estudos feitos por Cruz, More e Hespanhol (2021, p. 54) apontaram que

A família, por ser uma estrutura fundante no desenvolvimento da criança, tem sido um elemento essencial para se pensar a promoção da autonomia das pessoas com deficiência intelectual. Foi possível verificar que dependendo de como a família interage com os contextos ecológicos, a autonomia pode ou não ser desenvolvida.

Desse modo, a família é o primeiro ambiente de acolhimento e cuidado para uma pessoa com deficiência, sendo responsável por oferecer amor, proteção e suporte emocional. Essa base sólida fortalece a autoconfiança e autoestima, essenciais para enfrentar os desafios enfrentados.

Além do apoio emocional, a família também desempenha um papel crucial ao incentivar a independência. Através do estímulo adequado e de oportunidades de aprendizado, a família pode ajudar no desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais, facilitando a inclusão em diversas esferas da vida. A família é também a principal defensora dos direitos das pessoas com deficiência. Ao lutar por igualdade de oportunidades, acessibilidade e políticas inclusivas, ela contribui para a transformação da sociedade e para que seus membros possam desfrutar de uma vida plena e digna.

Corroborando com esses ideais, Oliveira e Loreto (2022) destacam que a família representa o principal suporte para o deficiente, possibilitando meios de acesso e permanência em diferentes segmentos sociais. Assim, a figura familiar também é essencial na promoção do fortalecimento das relações sociais da pessoa com deficiência. Através do convívio e incentivo ao contato com outras pessoas, a família promove a inclusão social, combatendo o isolamento e a exclusão que são comuns

para muitas pessoas com deficiência.

A família deve estar atenta para identificar e lidar com possíveis questões emocionais enfrentadas pela pessoa com deficiência. O apoio psicológico, seja através de terapias individuais ou em grupo, é fundamental para ajudar no enfrentamento de desafios e na aceitação da própria condição. Um ambiente familiar acolhedor e inclusivo é essencial para que a pessoa com deficiência se sinta pertencente e amada. O diálogo aberto e o respeito pelas escolhas e ambições individuais são cruciais para sua inserção social plena.

Por fim, o papel da família na vida e desenvolvimento das pessoas com deficiência é primordial para sua inserção social. Desde o suporte emocional até a defesa de direitos, a família desempenha um papel central na construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, garantindo que todos tenham oportunidades iguais de serem felizes e realizados em suas vidas.

4.3 Percepção sobre sua deficiência

A percepção sobre a deficiência exerce uma influência significativa na vida das pessoas que a possuem. A forma como enxergam a deficiência e como são percebidas pelos outros pode afetar tanto a aceitação quanto a rejeição por parte da sociedade. Essa percepção tem um papel crucial na construção da identidade dessas pessoas, pois é através dela que constroem sua autoimagem e a forma como se veem perante o mundo. De acordo com Glat e Pletsch (2009, p.140):

O homem é, por essência, um ser social. Sua identidade pessoal é determinada pelo espaço que ele ocupa nos diferentes grupos sociais nos quais transita e pertence. Entre esses destacam-se a família — grupo social primário que o inicia no processo de socialização, e a escola — que completa o processo. Pode-se dizer, portanto, que a visão que um homem tem de si — sua autopercepção — é constituída na relação que ele estabelece com os demais e pela forma como é percebido pelos outros. Em outras palavras, sua identidade pessoal é referendada por sua identidade social.

Para algumas pessoas com deficiência, a percepção sobre sua condição pode ser negativa e desafiadora. A rejeição por parte da sociedade pode levá-las a se sentirem excluídas, desvalorizadas e até mesmo sem esperança. Essa percepção negativa pode afetar sua autoestima e causar sofrimento emocional, tornando difícil a aceitação de si mesmas. Nessa perspectiva, o participante 2 relatou sobre a

autopercepção da sua deficiência:

[...] Uma pessoa com deficiência, nem todas, mas a maioria não se aceita, e eu não me aceitava, ficava me perguntando por que eu tinha nascido assim, mas graças a minha família e amigos tive outra visão diferente, uma outra perspectiva de mundo.

Por outro lado, a percepção positiva da deficiência pode trazer um efeito completamente diferente na vida das pessoas. A aceitação e a valorização de si mesmas podem despertar uma força interior, possibilitando que enfrentem os desafios de forma mais positiva e construtiva. Essa percepção pode impulsionar a busca por oportunidades, quebrando barreiras e superando limitações.

É importante ressaltar que a percepção sobre a deficiência não é apenas influenciada pelo indivíduo, mas também pela forma como a sociedade a encara. A falta de inclusão social, a discriminação e o preconceito podem reforçar uma percepção negativa da deficiência. Assim como relatou o participante 8:

[...] No início, eu me sentia um pouco inferior e mediante a sociedade me abatia muito com determinadas coisas, mas com o passar do tempo aprendi a lidar e a levar como aprendizado certas situações que a gente passa e mostrar que a gente não deve se achar superior nem inferior a ninguém. Me sentia inferior, porque antes as pessoas queriam saber, perguntavam muito o que eu tinha e eu não gostava de ficar relatando, quando eu chegava nos locais eu era sempre o alvo das atenções, mas era sempre para saber por que eu sou do jeito que sou, mas com o passar do tempo fui aprendendo a lidar e até mostrar para muitos que sou capaz. Hoje, já consigo lidar com críticas e comentários e que não devo me achar inferior e incapaz, se a gente for à luta a gente consegue, temos dificuldades, mas nunca perder aquela chama dentro de nós de nos sentirmos capazes. Digo sempre: Nossa maior deficiência está na mente, por se achar inferior, se deixar abater.

A fala do participante 3 também evidenciou o quanto a forma como a sociedade enxerga e trata as pessoas com deficiência afeta a autoestima e como a pessoa com deficiência se percebe na sociedade, muitas se sentindo inferiores a outras pessoas:

[...] Me percebo sempre tentando ser alguém normal, mas a maneira como nós, deficientes físicos somos vistos pelas pessoas acaba que a gente se percebe menos. Por conta do preconceito alheio me percebo inferior às demais pessoas, porque o tratamento é diferente. É porque as pessoas sempre tratam de maneira diferente, não tratam como uma pessoa normal, entende? As pessoas demonstram um cuidado excessivo, um certo excesso de zelo.

Indo ao encontro da fala do participante 3, Reis, Araújo e Glat (2019) descrevem que as pessoas com deficiência muitas vezes constroem sua identidade por meio dos estigmas de impossibilidade e incapacidade, gerados pela sociedade e assim se percebem no mundo durante sua trajetória de vida.

Por outro lado, a percepção positiva da deficiência pode trazer um efeito completamente diferente na vida das pessoas. A aceitação e a valorização de si mesmas podem despertar uma força interior, possibilitando que enfrentem os desafios de forma mais positiva e construtiva. Essa percepção pode impulsionar a busca por oportunidades, quebrando barreiras e superando limitações, conforme apontado pelo participante 8.

A construção da identidade das pessoas com deficiência é um processo complexo, que não se limita apenas à percepção sobre a deficiência. Ela também é influenciada pelas relações pessoais, pela educação recebida, pelas experiências vivenciadas e pela autoaceitação. É importante destacar que a deficiência não define a identidade de uma pessoa, mas é apenas uma parte dela. Nesse sentido, o contexto socioafetivo no qual a pessoa com deficiência está inserida contribui para aceitação da sua deficiência, assim como relatou o participante 1

[...] Eu enfrentei super numa boa, meus amigos iam lá, brincavam, dava risada, não ficava triste, não me sentia sozinho, isso ajudava bastante. Nunca encarei como algo pesado e

também nunca encarei ter meus amigos como pessoas para deixar tudo mais leve, eu levava tudo na leveza, até eu ficava e fiquei surpreso. Antes do acidente eu dizia: - “Prefiro morrer ao invés de ficar numa cadeira de rodas”, e aí depois que fiquei na cadeira de rodas, vi como era levar uma vida numa cadeira de rodas e além disso, percebi que não era como todo mundo pensava ou falava, que quem está dessa forma não faz nada. Eu faço tudo que quero. As coisas que não faço hoje, eu também continuaria sem fazer e isso não é porque estou na cadeira de rodas. Faço tudo.

A percepção sobre a deficiência também pode variar de acordo com o tipo de deficiência que a pessoa possui. Alguns podem enxergá-la como uma limitação, enquanto outros a veem como uma característica que faz parte de sua identidade. Essa percepção individual é influenciada por diversos fatores, como a forma como a deficiência se manifesta, as experiências pessoais e o grau de adaptação aos desafios enfrentados (Tavares, 2003), tal como foi relatado pelos participantes 4 e 10

[...] Eu me percebo como PcD militante e procuro me engajar na causa das pessoas com deficiência. Aqui em Pojuca, falta muita acessibilidade, é muito pouco ao nível que deveria ser. Atualmente, tem uma avenida de quase dois km e está faltando várias coisas, inclusive rampas que não tem quase nenhuma. Com isso, quero me engajar ainda mais na causa porque não é só eu que necessito, pessoas que também necessitam de acessibilidade e está faltando em nosso município. Eu procuro divulgar o que está errado, o que está faltando melhorar para ajudar a melhorar a vida de todos. A gente ainda precisa avançar e muito ainda nessa questão de trabalho e qualificação, porque o apoio que deveria ter é muito pouco (participante 4).

[...] Bom, tem a minha percepção e a percepção das outras pessoas que não conhecem pessoas com deficiência, por exemplo. Eu me percebo como uma mulher como outras que

desejam ocupar esses espaços e que também enfrentam desafios, a gente sabe que a sociedade também é opressora para as mulheres e desigual, mas hoje eu me sinto muito realizada, realizada não significa que os desafios não existem, eles existem, liderar um negócio é um desafio, trazer uma perspectiva de diversidade a pensar em inclusão de uma forma estratégica é um desafio, porque muitas organizações entendem como uma questão só social ou apenas cumprimento legal, então os desafios existem, mas eu de fato me sinto uma mulher realizada porque eu estou exatamente onde eu gostaria de estar (participante 10).

Portanto, a percepção sobre a deficiência exerce uma influência significativa na vida das pessoas com deficiência. Ela pode afetar tanto a aceitação quanto a rejeição por parte da sociedade, e tem um papel crucial na construção da identidade dessas pessoas para que de fato se sintam incluídas socialmente. De acordo com Ponte e Silva (2015, p. 265),

A inclusão envolve muitos outros pontos a serem discutidos, mas o princípio desse movimento é o desejo de mudança, a razão mais importante para a inclusão é o valor social. As mudanças podem causar medo e estranheza inicialmente, pois são pessoas que viviam à margem da sociedade e que agora estão buscando os seus direitos, estão lutando para escrever novas páginas na história desse movimento. Todas as estruturas sociais terão de se transformar, a sociedade atual deve se despir de seus conceitos preconcebidos e redimensionar sua visão buscando vencer os medos que provocam as barreiras, sejam físicas ou atitudinais, para que os indivíduos com deficiência sejam capazes de conviver dignamente em sociedade.

É essencial que a sociedade enfrente os estigmas e preconceitos, valorizando a diversidade e promovendo a inclusão, para que as pessoas com deficiência possam construir uma identidade forte e positiva, independente de suas limitações. Diante disso, quando a sociedade valoriza e respeita as diferenças, isso pode proporcionar um ambiente mais inclusivo e acolhedor, contribuindo para a construção de uma identidade mais positiva nas pessoas com deficiência.

Ademais, em relação aos contextos de deficiência física congênita ou deficiência física adquirida, foi possível perceber que os participantes atravessaram seu momento de luto pelo corpo diferente (ou que se tornou diferente) cada qual à sua

maneira, mas que foi por meio da inclusão e da participação social que ambos os grupos se reencontraram em si próprios, procurando formas de escrever suas histórias e buscando a militância necessária para ampliar os espaços de participação.

4.4 Escolarização

A escolarização desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, proporcionando-lhes oportunidades de crescimento e inclusão social (Passerino; Pereira, 2014). Por meio da educação, esses indivíduos adquirem conhecimentos, habilidades e competências que são essenciais para sua autonomia e independência.

A ausência de práticas de educação inclusiva desde o ensino básico contribui para a dificuldade de as pessoas com deficiência ingressarem no mercado de trabalho. A falta de preparo desde a infância limita as oportunidades de desenvolvimento e aprendizado dessas pessoas, que não se preparam para competir em igualdade de condições. O participante 4 relatou as dificuldades que obteve para ingressar na educação básica em escola regular. Quando perguntado com quantos anos ingressou em uma instituição, respondeu

[...] Entre quinze e quatorze anos, mas foi na escola especial. A princípio foi minha mãe que me matriculou na José Carvalho e a escola negou a matrícula por eu ser deficiente, eu tinha cinco anos. Quando tinha quatorze anos, houve uma reunião de mães e me colocaram numa escola especial. Como estava na escola especial, eu tinha um desenvolvimento muito maior do que os outros alunos.

A fala do participante 4 evidenciou o processo de exclusão educacional vivido por ele que, apesar disso, perseverou, conseguiu concluir os estudos e ingressar no ensino superior.

[...] Eu concluí o curso na Fundação e agora enquanto adulto, fiz faculdade e agora estou trabalhando há três anos. Meu maior sonho era estudar, porque eu via meu irmão que ia e eu não ia, então eu queria ir para o colégio assim como os outros. Eu

queria ter as oportunidades que meu irmão tinha. [...] Sim. Fiz uma faculdade à distância. O curso que fiz foi de dois anos e meio, análise de sistemas. Como é uma área de tecnologia, eu queria aprender mais para desenvolver programas.

Um dos principais impactos positivos da escolarização para as pessoas com deficiência no mercado de trabalho é a melhoria da sua autoestima e confiança. Ao receber uma educação de qualidade, essas pessoas passam a acreditar em seu potencial e a se sentir valorizadas, o que é essencial para enfrentar os desafios e as adversidades do mundo empresarial.

Nesse contexto, Shimono (2008) ressaltou que a trajetória escolar do indivíduo, contribui para sua inclusão no mundo do trabalho. O autor ainda afirma que é necessário a garantia dessa formação educativa, reavaliar o sistema de política de cotas e de fato ajustá-las às transformações no mundo do trabalho.

Além disso, a escolarização propicia o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, permitindo que as pessoas com deficiência interajam de forma mais efetiva com colegas de trabalho, gestores e clientes. Essa capacidade de se relacionar de forma saudável é extremamente importante para o sucesso profissional e a obtenção de oportunidades de emprego. Conforme Neves-Silva, Prais e Silveira (2015, p.2552) destacaram,

Pode-se dizer que a relação entre a educação inclusiva e a inclusão laboral é estreita. A educação inclusiva permite, desde a infância, o convívio entre as pessoas com deficiência e as demais. Isto restringe o preconceito e a discriminação e favorece a inclusão. A educação inclusiva também estimula a pessoa com deficiência a lidar com outros indivíduos, aprimorando a relação que ela estabelecerá com a sociedade.

Assim, proporcionando às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir conhecimentos específicos e habilidades técnicas, tornando-as mais qualificadas e aptas a desempenhar diferentes funções no mercado de trabalho. Isso é especialmente relevante em um mundo em constante evolução, no qual a atualização e a adaptação às novas tecnologias e demandas do mercado são essenciais para a empregabilidade.

Outro impacto positivo da escolarização para as pessoas com deficiência no mercado de trabalho é a ampliação de suas oportunidades de emprego. Com um maior nível de educação, esses indivíduos podem acessar vagas de trabalho que

exigem um nível mais elevado de qualificação, aumentando suas chances de obter uma posição que corresponda às suas habilidades e interesses.

Por outro lado, a falta de escolarização pode ter impactos negativos significativos para as pessoas com deficiência. Sem acesso à educação, esses indivíduos ficam mais vulneráveis à exclusão social e ao desemprego. É comum que empresas e empregadores considerem a escolaridade como um critério para seleção e contratação, o que pode limitar as oportunidades disponíveis para aqueles que não tiveram acesso à educação (Araújo; Schmidt, 2006). Validando essa afirmativa, o participante 1 destacou que a falta de qualificação ou da realização de cursos formativos foi um entrave para seu ingresso no mundo do trabalho

[...] Acho superimportante a qualificação porque a chance de ser contratada vai aumentando, pois as vezes a pessoa não tem nenhuma experiência, nenhum curso adicional isso também me prejudicou bastante.

Além disso, a falta de escolarização dificulta o desenvolvimento de habilidades essenciais para o desempenho profissional, como a capacidade de comunicação, o trabalho em equipe e o pensamento crítico. Sem essas competências, as pessoas com deficiência podem encontrar dificuldades para se adaptar ao ambiente de trabalho e para lidar com os desafios do cotidiano profissional.

Esse cenário de carência formativa é evidenciado por Gonçalves, Meletti, Santos (2015). Os autores destacam em seu estudo que no Brasil ainda existem um grande percentual de pessoas com deficiência que nem sequer concluíram o primeiro grau, demonstrando o alto nível de exclusão desses indivíduos da escola. Nesse aspecto, a falta de escolarização também limita a capacidade das pessoas com deficiência de se tornarem empreendedores ou de criar suas próprias oportunidades de trabalho. Além disso, os citados pesquisadores também pontuaram que a educação é um fator-chave para o empreendedorismo, permitindo que os indivíduos adquiram conhecimentos sobre gestão, finanças e marketing, e desenvolvam habilidades empreendedoras como a criatividade, a resiliência e a capacidade de identificar oportunidades de negócios.

Portanto, é essencial que sejam criadas políticas e programas voltados para a inclusão e a educação de pessoas com deficiência, garantindo que elas tenham

acesso à escolarização de qualidade. A educação é um direito básico de todos os indivíduos, assegurado pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e desempenha um papel crucial na criação de oportunidades e na promoção da igualdade de condições no mercado de trabalho.

Outra questão essencial tanto para formação quanto para o ingresso no mundo do trabalho é o sistema de cotas. O participante 5 relatou sobre essa importância para a inclusão dos PcD em um meio profissional, principalmente em concursos públicos, destacando que

[...] Acredito que as cotas para pessoas com deficiência nos concursos públicos são primordiais para inclusão dessas pessoas, porque é muito difícil conseguir emprego numa empresa privada.

Essa importância está principalmente por minimizar a exclusão que ocorre em empresas privadas. Apesar disso, de acordo com Moraes (2017, p. 9)

Por mais que exista uma melhora na educação profissional, formação, qualificação, Leis que legitimam o direito ao trabalho para PcD, inserção e permanência deste grupo no mercado de trabalho, ainda é insatisfatória. A Lei de cotas é vista como um instrumento que garante a inclusão da PcD a uma vaga, porém a obrigatoriedade da Lei não garante o reconhecimento ao sujeito que não é acreditado.

Outro fator primordial é apoio familiar que também é essencial para que essa parcela da população avance educacionalmente. O participante 6 descreveu a importância desse suporte e incentivo durante sua trajetória de vida

[..] Fui crescendo, tendo convívio como qualquer outra criança, participando, indo para o trabalho da minha mãe, do meu pai e sempre estive presente em eventos comemorativos da cidade. A partir dos meus cinco anos, observando meu irmão tendo uma rotina diária e amigos, primos indo para a escola eu disse ao meu pai e a minha mãe o meu desejo, que também queria estar na escola, e quando completei cinco anos eles me matricularam na escola regular e comecei a ir. Teve toda instrução por parte do meu pai e da minha mãe, principalmente da minha mãe

porque meu pai sempre trabalhou mais externamente, porém minha mãe conseguia conciliar casa, trabalho e meus cuidados, desde então tive uma vida escolar como qualquer outra criança. Minha mãe sempre ia nos intervalos, me levava para o parquinho, mas mesmo assim estava inserida naquele contexto, estava desenvolvendo muito bem, nunca reprovei de ano, por conta das fraturas cerca de um terço do ano letivo eu tinha aula em casa, porque precisava engessar, recuperar e todos os dias ou uma vez na semana minha mãe comparecia no colégio para pegar as atividades, eu fazia em casa, nunca deixei de ser acompanhada por conta da escola. Quando terminei o ensino médio veio a vontade de fazer vestibular, passei e fui para o ensino superior que eu digo que começou a trilhar outro percurso da minha vida e que foi quando comecei a desenvolver meu lado profissional também, até mesmo do processo de reconhecimento enquanto pessoa com deficiência.

É importante salientar que existem muitas barreiras que dificultam o caminho da pessoa com deficiência, seja no espaço escolar/acadêmico ou profissional, ainda que estes sejam bem qualificados. As barreiras atitudinais que ainda impedem que as pessoas com deficiência sejam rotuladas como incapazes. Ribeiro, Simões e Paiva (2017, p. 213), apontam que

Pessoas com deficiência, que não atendem ao padrão estabelecido pela cultura ideológica de normalidade, foram e são sempre vitimadas por preconceitos, estereótipos e barreiras atitudinais, recebendo o rótulo de limitados e incapacitados, sendo-lhes proibido o exercício de papéis sociais que lhes são de direito.

Além dos aspectos supracitados, um fator que também merece destaque são as barreiras arquitetônicas, que dificultam o acesso dessas pessoas aos diversos ambientes, contribuindo na promoção da exclusão social. Os participantes 8 e 10 narraram os desafios enfrentados na escola, justamente pela falta de acessibilidade que existiu no período que estudava

[...] Quando fui estudar no colégio ABS não tinha rampa

nenhuma, o colégio tem dois pavimentos e quando fui fazer o 1.º, 2.º e o 3.º ano eram no pavilhão de baixo e aí já foi aquela guerra, a maioria das pessoas achavam que seria fácil de resolver, colocaria no pavilhão de cima, só iria trocar 1.º, 2.º e 3.º no pavilhão de cima e até a 8.ª série no pavilhão de baixo, mas a diretora disse que iria infringir numa política que toda vida foi ao contrário. Sei que no início foi assim, no pavilhão de baixo, para eu conseguir ir para o pavilhão de baixo todos os dias os colegas tinham que carregar a minha cadeira para descer os degraus que tinha.

[...] Em termo de aprendizagem eu não tive dificuldade, então, foi muito parecido com que as outras crianças e jovens sem deficiência enfrentam. A grande questão, de fato, que dificultava muito era a falta de acessibilidade, a escola não estava preparada para me receber em termos arquitetônicos e isso dificultou sem dúvidas o desenvolvimento da minha autonomia, essa dependência muito grande que eu tinha das pessoas, porque a escola não era uma escola acessível, sem dúvidas trouxe uma série de desafios não só na educação quanto no ensino superior. Eu estudei no instituto federal, numa instituição de ensino que nunca tinha recebido uma aluna cadeirante. Eu costumo dizer que enquanto os meus amigos e colegas estavam preocupados com qual estágio eles iam escolher onde eles iriam fazer o intercâmbio, por exemplo, eu estava preocupada com minha aula e uma sala de aula acessível, então, é isso, essa desigualdade ela vai se acumulando ao longo da vida das pessoas com deficiência e culminam nesse cenário de desigualdade no ingresso e na permanência no mercado de trabalho, os desafios relativos à acessibilidade arquitetônica, principalmente, foram muito grandes.

Desse modo, a escolarização/qualificação não representa um fator isolado para a entrada dos PcD no mundo do trabalho, existem uma diversidade de fatores que

promovem a exclusão dessas pessoas nos diferentes espaços. A fala do participante 10 reflete sobre esse aspecto a seguir

[...] A qualificação técnica sem dúvida é importantíssima, eu costumo dizer que eu tive a oportunidade de estudar num dos melhores cursos de administração da Bahia. Tive acesso à educação formal de qualidade, só que isso é fundamental, sem isso a inclusão não acontece, mas não é o suficiente, a qualificação técnica é fundamental, mas ela não é o suficiente. Se a gente não prepara a sociedade, se a gente não prepara as empresas para incluir as pessoas com deficiência, você pode ser a pessoa mais qualificada do mundo, vai continuar fora do mercado de trabalho, se ela não tem condições de sair de casa, ir num transporte público de qualidade, se ela não tem condições de se locomover de uma maneira adequada, se a empresa não tem condições de receber esse profissional, tanto em termos arquitetônicos, quanto atitudinais em todas as dimensões e possibilidades, a inclusão não acontece.

Nessa conjuntura, é preciso que a sociedade, instituições educativas, empresas e governos estejam compenetrados nos feitos causados pelas barreiras atitudinais na vida das pessoas com deficiência. A educação inclusiva precisa ser implementada de forma eficaz. É preciso eliminar a narrativa da pseudo inclusão nas diversas esferas sociais. Por fim, Ribeiro, Simões e Paiva (2017, p. 224) pontuaram que “Não podemos mais esperar para construir uma sociedade que respeite a diferença. Precisamos de ação. A sociedade contemporânea, excludente, precisa ser superada”.

4.5 Dificuldade para o ingresso no mundo do trabalho

A inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho é um tema de extrema importância e que ainda enfrenta muitos desafios. Mesmo com as leis e políticas de inclusão, é evidente a dificuldade que essas pessoas encontram para ingressar no mundo do trabalho, principalmente devido aos preconceitos e

estereótipos enraizados na sociedade.

Um dos principais desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência é a falta de capacitação adequada ofertada pela própria empresa que a contrata. Muitas vezes, as empresas não estão preparadas para receber e oferecer treinamento para essas pessoas, o que limita suas oportunidades de emprego. Além disso, a falta de acessibilidade nos locais de trabalho também dificulta o ingresso e a permanência dessas pessoas, já que muitas não conseguem se locomover ou utilizar equipamentos necessários para as atividades. A falta de acessibilidade foi relatada pelo participante

1

[...] A principal dificuldade para encontrar emprego foi o local com acessibilidade. Locais com elevadores, banheiro acessível, espaço para locomoção, rampas etc. Esse foi o primeiro desafio. Nunca cheguei a trabalhar na área, nunca concorri uma vaga para um cargo grande e como eu estava começando e foram entrevistas que eu ia, nesses cargos mais baixos, onde o currículo apenas não é o diferencial, as empresas por mais que tenha a cota de pessoa com deficiência, sempre vão optar pelos candidatos que tenha a menor deficiência. Me lembro de uma entrevista em que estava eu, outro cadeirante e um rapaz que era cego de um olho só, e na entrevista ele dizia que a deficiência não o atrapalhava em nada. Não sei quem foi contratado, mas estava claro que ele seria o contratado. Porque para a empresa seria mais viável. não mudaria a estrutura. no caso que falei, o rapaz é cego só de um olho, não precisaria usar piso tátil, usaria o elevador e banheiro normalmente, qualquer banheiro. é muito difícil encontrar uma empresa que tenha boas possibilidades. isso não vale somente para pequenas empresas. quase fui fazer entrevista para a Coelba, não fui nem para a entrevista porque não tinha elevador para me levar para o andar onde seria feita a seleção. Me ligaram para saber qual era minha deficiência e quando falei que era cadeirante falaram que não tinha elevador.

Apesar da falta de capacitação representar um aspecto a ser levado em consideração, muitas vezes o indivíduo é capacitado, possui formação adequada, mas pelo preconceito ainda existente na sociedade, muitas vezes não é selecionado nas entrevistas, conforme relatado pelo participante 6:

[...] Sim, tentei bastante em alguns processos seletivos quando conclui o mestrado, minha paixão e afinidade pela docência via quanto estava atrelado, enviei diversos currículos para universidades seja EAD, seja presencial busquei muitas oportunidades, até de tutora de disciplinas, mas eu vi como o quanto a deficiência pesava nisso, porque viam muito quando olhavam meu currículo achavam muito bom, entraram em contato e quando eu relatava que era uma pessoa com deficiência diziam que posteriormente entrariam em contato novamente e não entrava e depois recebia no meu e-mail a mensagem que a vaga já tinha sido fechada e muitas vagas a gente encontra de pessoas com poucas qualificações, ensino médio e para nível superior a gente vê poucas vagas sendo ofertadas para pessoas com deficiência, em meu caso foi buscando ativamente trabalho mais de um ano e meio.

Esse padrão, observado em organizações empresariais, ocorre porque as pessoas com deficiência são vistas como menos capazes e menos produtivas, o que gera estereótipos e impede que sejam consideradas igualmente para as vagas de emprego. Isso ocorre pela falta de conhecimento sobre a deficiência, e pela crença enraizada de que o PcD não irá adequar ao ritmo imposto pela produtividade, fazendo com que haja resistência para contratação dessa força de trabalho pelas empresas (Tanaka; Manzini, 2005). O participante 10 relatou que só conseguiu um emprego – apesar da qualificação profissional – por meio de um concurso público, reafirmando o relato do participante 6. Conforme expôs em sua fala

[...] No começo foi extremamente desafiador apesar da gente ter uma lei de cotas que existe há mais de trinta anos, grande parte das empresas ainda querem contratar as pessoas com deficiências consideradas leves, né? Então, tem uma deficiência

física, mas consegue se locomover sem a necessidade de uma cadeira de rodas, por exemplo. No início da minha carreira eu fui reprovada em todos os processos seletivos que eu passei e os feedbacks que eu recebia não estavam associados a minha qualificação técnica, mas sim a minha deficiência e aí tive que começar a estudar para concurso para efetivamente conseguir exercer minha profissão, conseguir ingressar no mercado de trabalho (participante 10).

O desconhecimento das empresas sobre os benefícios de se contratar pessoas com deficiência também é um obstáculo. Muitas vezes, acreditam que adaptar o local de trabalho ou oferecer treinamento específico será muito custoso ou demandará muito tempo e esforço. Ademais, conforme destaca Lorenzo e Silva (2020, p.63)

A inserção da população com deficiência no mercado formal de trabalho está permeada de problemas estruturais. A maior parte deles é proveniente dos efeitos da prevalência de um modelo centrado na deficiência, nas limitações, na deficiência como um problema individual e na crença de que o indivíduo deve se adaptar ao meio.

Violante e Leite (2011) reiteraram que isso ocorre também pelo fato de que as contratações estão ligadas ao modelo médico-legislativo, não reconhecendo a pessoa com deficiência por suas capacidades e habilidades.

Além disso, a falta de representatividade é um fator que dificulta o ingresso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A ausência de modelos e exemplos de sucesso nessas carreiras exclui essas pessoas da possibilidade de sonhar com um futuro profissional. É importante que haja uma maior visibilidade dessas histórias de superação para quebrar estereótipos e incentivar a inclusão. Obviamente, essa falta de visibilidade ocorre justamente por essas pessoas não conseguirem oportunidades para mostrar seu desempenho, visto que já são excluídas no próprio processo seletivo.

Por isso, muitas vezes as pessoas com deficiência acabam ficando no mercado informal de trabalho e empreendem para ter uma melhor qualidade de vida, os participantes 7 e 8, ao serem entrevistados, contaram que se tornaram profissionais autônomos pela falta de oportunidade no mercado formal

[...] Não, nunca trabalhei de carteira assinada, sempre foi de forma autônoma (participante 7).

[...] Não, sempre trabalhei para mim mesma, o máximo que já fiz foi dar aula de informática numa associação, mas não foi de carteira assinada, foi uma prestação de serviço aqui no bairro mesmo (participante 8).

A falta de políticas efetivas também é um desafio enfrentado pelas pessoas com deficiência. Mesmo com leis que garantem cotas para empresas que contrataram pessoas com deficiência, muitas empresas ainda conseguem burlar essas determinações. Além disso, a falta de fiscalização e punições para as empresas que não cumprem a lei dificulta a inclusão efetiva dessas pessoas no mercado de trabalho. De acordo com Neves-Silva, Prais e Silveira (2015, p. 2556)

Muitos são os passos que podem ser dados em direção a uma inclusão efetiva. Inicialmente, deve-se estabelecer uma relação de parceria entre as empresas, os governos e a sociedade. O papel dos governos seria fornecer informações sobre a deficiência, as potencialidades dessas pessoas, sobre como modificar o ambiente de trabalho, além de implementar políticas educacionais inclusivas e políticas urbanas que favoreçam a acessibilidade. Da parte das empresas, espera-se modificações da organização, dos processos e dos ambientes de trabalho, para que a pessoa com deficiência possa ser incluída de forma efetiva, respeitosa e segura. Esta relação entre governos, empresas e sociedade ainda não está harmonizada de forma a favorecer a inclusão no trabalho.

Ainda de acordo com os autores, assegurar oportunidades de empregos para essa parcela da população, promove-se também a sua saúde, pois as condições de vida e trabalho estão diretamente ligadas aos recursos que estes indivíduos terão para financiar uma boa qualidade de vida.

Maia, Camino e Camino (2011) relatam que ainda existe uma grande parcela da população com deficiência que não possuem trabalho remunerado ou que recebem salários inferiores a outros trabalhadores que executam a mesma função ou que estão em funções inferiores a sua capacidade laboral, ainda que possua formação equivalente aos dos colegas de trabalho.

Apesar dos avanços na legislação, contratar PcD apenas com a finalidade legal não estreita as barreiras que existem em sua trajetória profissional, só reforça o estigma de que não possuem capacidade para disputar espaço em ambientes

profissionais (Mota *et al.*, 2020). Diante disso, o preconceito presente na sociedade também dificulta o ingresso das pessoas com deficiência no trabalho. Muitas vezes, elas são vistas como incapazes, o que gera um estigma que impede sua participação plena na sociedade. Esse estigma não apenas dificulta a busca por emprego, mas também limita as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

A falta de adaptações razoáveis nos locais de trabalho também contribui para a dificuldade das pessoas com deficiência. Muitas vezes, as empresas não se adequam às necessidades dessas pessoas, seja em termos de acessibilidade física ou de tecnologias assistivas. Como consequência, muitas acabam se sentindo excluídas e desestimuladas a buscar oportunidades de trabalho. O participante 9 destacou que a “desculpa” mais utilizada pelas empresas é a falta de acessibilidade, destacando que após o seu acidente que o tornou cadeirante ele nunca conseguiu um emprego, conforme relato a seguir:

[...] Depois do acidente não consegui mais trabalhar. [...] Eu trabalhei. Mas depois que fiz a faculdade comecei a me dedicar e consegui ter desenvolvimento e não consegui mais trabalho, mas também não gosto muito de trabalhar na minha área. [...] Já fiz algumas entrevistas e eles disseram que não tinha acessibilidade. A falta de acessibilidade é o que mais escuto e também o fato de eu ser deficiente, eles dão logo alguma desculpa. É muito difícil arranjar emprego.

Diante do exposto, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência para ingressar no mercado de trabalho são muitas e variadas. Desde a falta de capacitação e acessibilidade, até os preconceitos enraizados e a falta de políticas efetivas, é fundamental que a sociedade como um todo se engaje na luta pela inclusão e igualdade de oportunidades para todos.

4.6 Experiência profissional x capacitismo

A experiência profissional das pessoas com deficiência muitas vezes é marcada pelo enfrentamento de diversas formas de capacitismo. O capacitismo se refere à discriminação e preconceito que ocorre contra as pessoas com deficiência, baseado na percepção de que são inferiores ou menos capazes do que as pessoas

sem deficiência (Mello; Cabistani, 2019).

Uma das principais formas de capacitismo enfrentadas pelas pessoas com deficiência na esfera profissional é a falta de oportunidades de emprego. Muitas empresas ainda possuem barreiras físicas, como a falta de acessibilidade em seus locais de trabalho, que dificultam a contratação de pessoas com deficiência. Além disso, há um estigma de que as pessoas com deficiência não possuem as habilidades necessárias para desempenhar determinadas funções, o que resulta em uma exclusão sistemática desses indivíduos. Nessa perspectiva, o participante 5 descreveu sua experiência no seu ambiente de trabalho,

[...] É um desafio por conta da falta de acessibilidade, preconceito, a deficiência traz uma certa dúvida nas pessoas da capacidade do outro pelo fato de ser cadeirante, porque não é comum ainda ver pessoas cadeirantes no trabalho, no dia a dia, às vezes o julgamento por achar que o intelecto de quem é cadeirante é menor do que quem não é, mas ainda falta muito para ter uma real inclusão. Se eu fosse lutar para uma real inclusão lá no meu trabalho eu já teria saído, às vezes tem cursos, palestras no primeiro andar e não tem acessibilidade.

Outro desafio enfrentado pelas pessoas com deficiência é a falta de adaptações razoáveis no ambiente de trabalho. Adaptar o espaço físico, fornecer tecnologias assistivas e oferecer treinamentos específicos são medidas que podem permitir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas condições de trabalho que as demais. No entanto, muitas empresas não estão dispostas a investir nesses recursos, o que as prejudica na sua inclusão profissional. Nesse cenário, Menezes (2023, p.115) enfatiza que

[...] atualmente a inclusão é uma ilusão, e em alguns lugares uma utopia; um projeto de mundo acessível esbarra nos muros do capacitismo estrutural, que impõe barreiras arquitetônicas e atitudinais diariamente às pessoas com deficiência, tirando direitos básicos, como trabalhar, estudar, ter acesso a lazer, saúde etc.

Além disso, a falta de conscientização e sensibilização por parte dos colegas de trabalho também contribui para o capacitismo enfrentado pelas pessoas com

deficiência. Muitas vezes, são alvo de comentários ofensivos, olhares piedosos ou tratamento diferenciado, o que impacta negativamente em sua autoestima e motivação. No entanto, é importante ressaltar que as pessoas com deficiência possuem habilidades e competências tão valiosas quanto qualquer outra pessoa. A experiência profissional desses indivíduos pode ser enriquecedora tanto para eles mesmos quanto para as empresas que os empregam. A diversidade é uma ferramenta fundamental para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e produtivo.

Diante disso, para enfrentar o capacitismo, é necessário criar políticas de inclusão e acessibilidade, bem como educar e sensibilizar a sociedade sobre a importância de valorizar e respeitar as pessoas com deficiência. Além disso, é imprescindível que haja um esforço conjunto entre empresas, governos e organizações para proporcionar oportunidades iguais a todos, sem discriminação.

A experiência profissional das pessoas com deficiência pode ser marcada por desafios, mas também por superações e conquistas. É fundamental que a sociedade esteja disposta a enxergar e valorizar as habilidades e potenciais desses indivíduos, para que eles possam contribuir plenamente, de forma igualitária, para o mercado de trabalho. Conforme destaca Aoki *et al.* (2018, p. 531),

A inclusão no trabalho, mais que a mera contratação, requer o enfrentamento das barreiras físicas, atitudinais, econômicas e culturais que mantêm as PcD em situação de desvantagem, de forma a construir percursos de elaboração do lugar social de trabalhador em um mercado de trabalho excludente por definição.

Com relação ainda às experiências profissionais, alguns entrevistados relataram que nunca tiveram uma oportunidade profissional e outros que só conseguiram com idade avançada. O participante 4 só teve a primeira experiência profissional aos 33 anos e ainda assim relatou que, apesar de bem acolhido, se sente um pouco limitado pela empresa segundo descrito a seguir

[...] Nessa época eu já estava estudando, ajeitei o currículo, meu pai levou e eu consegui uma vaga na FERBASA. Sim, foi meu primeiro emprego com trinta e três anos. No início foi um pouco diferente de como eu imaginei, eu ia até lá uma vez por mês e recebia pelos trinta dias, outros dias fazia tudo de casa. Eu fui

muito bem acolhido lá. Eu vou duas vezes por semana. Como eu tenho que ir para a fisioterapia ele me liberam, mas o trabalho é uma coisa que realmente eu desejava, mas eu gostaria de fazer mais coisas e sinto que às vezes eles não me propõem a desenvolver mais o meu desempenho.

A inclusão é um processo contínuo, que demanda esforços de todos, e só assim poderemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Nesse sentido, Violante e Leite (2011, p.90) afirmaram que

A solução da maioria dos problemas enfrentados, quando da inclusão social das PCD no mercado de trabalho, deve passar por mudanças além das políticas públicas, ou seja, atingir a sociedade em geral, por intermédio, talvez, da veiculação maciça da capacidade laboral dessas pessoas e do resgate da sua condição de cidadão, para que não sejam julgados como indivíduos de segunda ordem. Isso parece ainda ser um grande desafio para a sociedade atual. Ao Estado cabe o papel de financiador, regulador e fiscalizador. À sociedade cabe o papel de participar ativamente no processo de debate de ideias, exigindo a inclusão social de todas as demandas populacionais marginalizadas.

Outro fator importante é compreender que o sentido do trabalho para os PcD, não é somente pelo valor financeiro, mas também por reconhecimento, valorização, conhecimento e pertencimento social. Estudo feito por Lima *et al.* (2013) sobre essa temática permitiu compreender que, para os 10 participantes deste estudo, o trabalho representava novas aprendizagens e desenvolvimento profissional. Os autores ainda destacaram sua importância para a construção da identidade tanto pessoal quanto profissional

A identidade pessoal e a profissional revelam-se interdependentes, uma vez que ser reconhecido pelos outros como um trabalhador lhes confere ao mesmo tempo um sentimento de diferenciação e de igualdade. Diferenciação porque, em comparação com outras pessoas com deficiência, eles se sentem vitoriosos. Igualdade porque sentem que, como os "normais", podem gozar dos mesmos privilégios de uma vida comum (Lima *et al.* 2013, p.62).

Portanto, é fundamental que as pessoas com deficiência tenham acesso a oportunidades de emprego e sejam tratadas de forma igualitária no ambiente de trabalho. Para isso, é necessário combater o capacitismo e promover a inclusão por meio de políticas públicas, conscientização e sensibilização da sociedade. A diversidade é uma riqueza que contribui para a produtividade e o crescimento das

empresas, além de garantir o pleno exercício dos direitos e a valorização das habilidades e competências das pessoas com deficiência. Somente com a participação de todos poderemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

4.7 Perspectivas para o futuro no mundo do trabalho

Diversos são os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no mundo do trabalho, além do contexto social, econômico e familiar no qual estão inseridos. Ademais, a sua trajetória de vida também é um fator que pode influenciar a perspectiva para projetos futuros, podendo então ser diferente para cada tipo de realidade. Neste panorama, Nicácio (2005, p. 62) pontuou que

As vias de reflexão e de construção de proposições de inclusão no trabalho das pessoas que, por diferentes razões, encontram-se em situação de desvantagem são repletas de desafios, articulando múltiplos aspectos: as relações entre o sujeito e o trabalho, a produtividade capitalista, a produção de bens e de valores, a produção de subjetividade, as formas de sociabilidade, os processos de desfiliação, o campo dos direitos, as transformações contemporâneas nas relações de produção e no universo do trabalho.

Neste cenário, o participante 1, quando perguntado sobre perspectivas futuras para a sua atuação no mercado de trabalho relatou que

Eu não penso em entrar mais no mercado de trabalho. Já estou com trinta anos, meu currículo não tem experiência comprovada, a idade e o fato de ser deficiente.

Essa fala evidencia que esse indivíduo teve uma trajetória de exclusão profissional fazendo com que ele não tenha mais interesse em atuar profissionalmente devido a essa frustração.

O participante 3 também relatou que acredita ser possível ir para o empreendedorismo já que tem uma idade mais avançada e não encontrou oportunidades profissionais

[...] Minha expectativa acredito que seja mais para o lado de empreender, porque com a idade que eu tenho para o mercado

de trabalho acredito que seja mais complicado também. Uma oportunidade para o empreendedorismo seria interessante.

Essa dificuldade na busca por encontrar emprego, consequentemente, faz com que essas pessoas não possuam perspectivas claras para o futuro no mundo de trabalho. De acordo com Wollmann e Silveira (2018), o preconceito ainda existente em nossa sociedade revela o seu desprezo para receber os PcD, interferindo na escolha para ocupar uma função. As autoras ainda ressaltaram que

Mesmo a sociedade não aceitando, existem no mercado PCDs, às vezes muito mais preparados para certos cargos do que aqueles que se dizem normais, eles são capazes de se adaptar, para realizar seu trabalho com perfeição (Wollmann e Silveira, 2018, p.651).

Diante dessas barreiras, muitos PcD optam por empreender, para trabalhar para si mesmos. Embora essa seja uma alternativa válida e promissora, também é necessário avaliar os desafios enfrentados nesse ramo. A falta de acesso a crédito e recursos financeiros, assim como a ausência de redes de apoio e mentoria específica, podem dificultar o sucesso dessas iniciativas empreendedoras. É crucial desenvolver políticas de incentivo e apoio voltadas para o empreendedorismo inclusivo, visando garantir que essas pessoas tenham condições de iniciar e expandir seus negócios.

Em todos os casos, a conscientização e a mudança de mentalidade são desafios fundamentais no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência. É necessário quebrar estereótipos e preconceitos, promover a diversidade e a inclusão em todas as empresas. Além disso, é preciso investir em programas de capacitação e treinamento para que essas pessoas estejam preparadas para as demandas do mercado e possam desenvolver habilidades relevantes para suas áreas de atuação.

A implementação de tecnologias assistivas também é um fator fundamental para garantir a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. A adaptação dos espaços físicos e a disponibilização de equipamentos e ferramentas adequadas são imprescindíveis para que essas pessoas possam desempenhar suas atividades com autonomia e eficiência. Cruz *et al.* (2015) ao entrevistar PcD evidenciou que de 30 (trinta) sujeitos entrevistados, 28 (vinte e oito) relataram a importância dessas tecnologias no ambiente de trabalho. De acordo com os participantes de Cruz et al (2015, p. 387),

“A tecnologia assistiva é muito importante porque nos permite mais conforto, e isso resulta, certamente, em mais qualidade no trabalho” (S22).

“A tecnologia assistiva é necessária no trabalho porque eu não consigo nem ficar muito tempo sentado, nem muito tempo em pé, o dia inteiro tem que tá alternando porque dói muito minha coluna e pernas” (S.18).

O autor destaca que ao se pensar no processo de inclusão no trabalho e suas potencialidades, o uso de tecnologias assistivas se mostra eficaz na adaptabilidade do ambiente às pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão no meio profissional.

Ainda nesse cenário profissional, as perspectivas para o futuro no mundo do trabalho das pessoas com deficiência variam de acordo com cada caso, dependendo das oportunidades encontradas, grau de escolaridade e condição financeira. O participante 5 por exemplo, já concursado e atuante na profissão possui grandes expectativas para o futuro conforme apontou

[...] Ingressar na política e negócios. Estamos com uma startup de TELEMEDICINA com alguns amigos. Tem um programa voltado para pessoas com deficiência nessa startup, que é o acompanhamento médico, enfermeiro, psicólogo, especialista em feridas e toda assessoria jurídica, o objetivo é o atendimento integral para pessoas com deficiência.

Outros entrevistados também indicaram que anseiam crescer profissionalmente em seus próprios negócios ou conciliar caso haja uma boa oportunidade de trabalho

[...] Caso eu ache uma oportunidade de emprego boa, com um salário viável para mim, eu quero trabalhar em alguma empresa, mas meu pensamento é montar minha empresa e fluir meu negócio (participante 7).

[...] No mercado de trabalho em si, eu não tenho aquele projeto de trabalhar para os outros, só se eu tiver condições em expandir mais, porém sendo para mim mesmo. Pretendo continuar sendo empreendedor (participante 9).

[...] A perspectiva é que o instituto no qual eu sou cofundadora, continue crescendo, continue expandindo, escalar o nosso negócio para expandir o nosso impacto, o nosso propósito maior é esse, continuar abrindo portas, abrindo espaço para que as próximas gerações possam ocupar esse espaço, sem passar por tantos desafios, tanto preconceito, então realmente contribuir para transformar o mercado de trabalho para que ele tenha efetivamente mais inclusivo (participante 10).

Por fim, ainda há muitos desafios a serem superados para garantir a inclusão plena dessas pessoas no mercado de trabalho. No entanto, é fundamental investir em políticas de inclusão, qualificação e acesso a crédito, além de promover mudanças de mentalidade e conscientização em todos os âmbitos da sociedade. Somente assim será possível garantir que todas as pessoas com deficiência tenham oportunidades iguais e justas para construírem um futuro profissional promissor.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

Conforme foi apontado na revisão de literatura para este estudo e indicado pela fala de alguns dos participantes, a formação profissional ainda é uma questão quando se trata da inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Desta forma, o produto educacional desenvolvido nesta pesquisa é proposto no formato de um curso de Formação Inicial ou Continuada (FIC) de Assistente Administrativo. A escolha deste curso se deu em razão de que ele permite que o sujeito tenha acesso a um conhecimento geral sobre o funcionamento de um empresa, podendo se aprofundar em uma área específica posteriormente.

Para a construção da proposta, foram analisados 4 (quatro) Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de cursos de assistente administrativo de 4 (quatro) institutos federais para contribuir para a construção da proposta pretendida em razão das ementas, conteúdos e objetivos propostos, os quais iam de encontro ao objetivo geral da pesquisa. Assim foram selecionados o PPC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG (2013), o PPC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul – IFMS (2019), o PPC do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE (2017), e o PPC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertão (s.d.).

Com base na análise, foi desenvolvida a seguinte proposta de curso FIC - EaD:

1. Introdução

O assistente administrativo é o elo essencial entre os gestores, colaboradores e clientes. Ele é responsável por realizar diversas tarefas administrativas, como a organização de documentos, controle de agenda, atendimento telefônico, gerenciamento de e-mails, preparação de relatórios e auxílio em reuniões e eventos. Além disso, o assistente administrativo também desempenha um papel relevante na elaboração de políticas e procedimentos internos, bem como na análise e melhoria de processos administrativos.

Para exercer suas funções de forma eficiente, o assistente administrativo deve ser uma pessoa organizada, capaz de lidar com vários projetos e prazos simultaneamente. É necessário também possuir habilidade de comunicação verbal e escrita, pois ele é responsável por transmitir informações claras e concisas tanto internamente quanto para clientes externos. Além disso, a capacidade de trabalhar bem em equipe, ter iniciativa e ser proativo são características essenciais para o sucesso nessa profissão.

Diante disso, ser um assistente administrativo vai muito além de apenas realizar tarefas rotineiras. É um papel fundamental que exige habilidades estratégicas, organizacionais e de comunicação para apoiar a equipe de gestão e garantir a harmonia e produtividade no ambiente de trabalho.

Durante o curso de Assistente Administrativo, os futuros profissionais terão a oportunidade de adquirir conhecimentos teóricos e práticos que o prepararão para enfrentar os desafios do dia a dia. Serão abordados temas como gerenciamento de tempo, técnicas de arquivamento, utilização de softwares, habilidades de atendimento ao cliente, ética profissional entre outros temas importantes para a prática desse profissional.

2. Identificação do Curso

Denominação do curso	Assistente Administrativo
Modalidade de oferta	EaD
Tipo do curso	Formação inicial ou continuada
Endereço de funcionamento do curso	Rua Barão de Camaçari, Catu/Ba.
Número de vagas pretendidas	40 vagas
Carga horária total do curso	50 horas
Requisitos e Forma de Acesso	Ensino Médio Completo/ Acesso a internet/ Maior de 18 anos.
Periodicidade de oferta	Semestral

3. Estrutura do curso

3.1 Justificativa

A oferta do curso formativo de Assistente Administrativo visa fortalecer o desenvolvimento da gestão administrativa de instituições com ou sem fins lucrativos. Através deste curso, os participantes terão a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades essenciais para desempenhar as rotinas básicas de um escritório de forma eficiente e eficaz.

A educação é um processo amplo, que deve estar centrado em um projeto comprometido com a formação humana e valores que permitam aos cidadãos interferirem de forma positiva no processo social no qual estão inseridos. O curso de Assistente Administrativo contribui para esse processo, capacitando os alunos a estabelecerem um compromisso ético com a organização e a equipe de trabalho, desenvolvendo suas competências com base nos objetivos organizacionais.

Ao conhecer e aplicar os princípios e técnicas de administração, o Assistente Administrativo se torna um membro essencial da equipe de gestão, favorecendo um ambiente propício à produtividade. Através da otimização dos resultados e das relações humanas, o Assistente Administrativo proporcionará o apoio necessário ao crescimento institucional.

Dessa forma, a oferta do curso de Assistente Administrativo é justificada pela necessidade de formação de profissionais qualificados, capazes de contribuir de forma eficiente para a gestão administrativa de instituições, promovendo o desenvolvimento tanto da própria organização quanto dos indivíduos que a compõem.

3.2 Objetivos (geral e específicos)

Geral:

Capacitar os estudantes para realizar o trabalho diário de escritório, construir comprometimento com a organização e a equipe de trabalho, desenvolver suas habilidades de acordo com os objetivos organizacionais com compromisso e ética. Além disso, atuar em processos administrativos em empresas públicas ou privadas, realizando atividades de apoio nas áreas de recursos humanos, financeiro, produção, logística e vendas.

Específicos:

- Reconhecer os diferentes tipos de rotinas administrativas distribuídos nos diversos setores de uma empresa, sendo elas: financeiro, gestão de RH, marketing, comercial, almoxarifado, entre outros;
- Compreender as principais habilidades esperadas na área administrativa;
- Conhecer as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho, suas transformações na forma de agir do empregado, empregador e as novas tendências do mercado de trabalho;
- Entender quais as funções administrativas, controles e ferramentas básicas administrativas, mais comuns no mercado de trabalho.

3.3 Perfil Profissional de Conclusão

O Perfil Profissional do concluinte no curso de Assistente Administrativo deverá possuir habilidades nos processos de rotinas administrativas nos diversos setores de uma empresa (financeiro, gestão de RH, marketing, comercial, entre outros). Além disso, deverá compreender as tendências e mudanças no mercado, assim como saber utilizar as ferramentas básicas administrativas.

3.4 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação será processual e contínua, levando em consideração os conhecimentos trazidos pelos estudantes, respeitando o processo de aprendizagem de cada um. Sendo assim, serão realizadas atividades avaliativas dos seguintes modos:

- Diagnósticas;

- Avaliações qualitativas e quantitativas;
- Trabalhos individuais e em grupos;
- Apresentações orais;
- Participação em aula.

3.5 Frequência mínima obrigatória

Será exigida a frequência Mínima de 75% em cada componente curricular como fator obrigatório para recebimento do certificado.

4. Metodologia

A metodologia utilizada será a Educação a Distância – EAD, através da Plataforma Moodle para atividades e avaliações e Google Meet para realização das aulas síncronas.

5. Matriz Curricular

5.1 Componentes Curriculares

Rotinas Administrativas	10 horas
Ementa	
• Conceito de função administrativa; • Rotinas administrativas; • Os “5s” da qualidade; • Tipos de departamentos de uma empresa e conceitos sobre salário e remuneração; • Gestão documental na rotina administrativa;	
Bibliografia Básica	
CHIAVENATO, Idalberto. Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos: Como Incrementar Talentos na empresa. 7ed São Paulo Nanole, 2009. CURY, Antônio. Organização e Métodos. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2013.	

Gestão de Pessoas	10 horas
Ementa	
• Conceito e Evolução Histórica dos Modelos de Gestão de Pessoas;	

- Principais conceitos e objetos de estudo da psicologia das relações humanas;
- Comportamento organizacional;
- Escola das Relações Humanas;
- Conceituação e Evolução dos Modelos de Motivação e Satisfação no Trabalho.

Bibliografia Básica

BERNAL, A. O. **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 13-36.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZANELLI, J. C. **O psicólogo nas organizações de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Redação oficial

10 horas

Ementa

- Características da Redação Oficial e Pronomes de Tratamento;
- Modelo, Conceito e estrutura de documentos oficiais: CARTA E CIRCULAR;
- Ata, Ofício e Memorando;
- Atestado Edital de Convocação Requerimento;
- Comunicado ou aviso, Portaria, Certidão, Telegrama e Fax.

Bibliografia Básica

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FLORES, Lúcia Locatelli. **Redação oficial**. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

GOLD, Mirian. **Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização**. 3. ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.

Complementar BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. **Manual de Redação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

--

Direito Administrativo	10 horas
Ementa	
• Direito Administrativo: Conceito • Organização Administrativa • Atos Administrativos e Princípios da Administração Pública • Poderes Administrativos e Responsabilidade Civil do Estado • Contratos Administrativos e licitações	
Bibliografia Básica	
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 24ª ed. Editora Método, 2016. MAZZA, Alexandre; NICHOLAS, Paulo. Direito Administrativo na prática. 2ª ed. Editora Saraiva, 2016. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29ª ed. Editora Forense, 2016.	

Informática Básica	10 horas
Ementa	
• Conceitos básicos de computação; • Componentes de hardware e software que compõem um computador; • Redes de computadores, Internet; • Processadores de texto e planilhas eletrônicas.	
Bibliografia Básica	
MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de informática básica. Rio de Janeiro: Editora Érica, 7 ed., 2008. FEDELI, R. D.; PERES, F. E.; POLLONI, E. G. F. Introdução à Ciência da Computação. 1 ed. Thomson Pioneira, 2003. APRON, H. L. Introdução à Informática. 8 ed. Pearson Prentice Hall, 2011.	

6. Referências do curso

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 24ª ed. Editora Método, 2016.

APRON, H. L. **Introdução à Informática**. 8 ed. Pearson Prentice Hall, 2011.

BERNAL, A. O. **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 13-36.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. **Manual de Redação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos: Como Incrementar Talentos na empresa**. 7ed São Paulo Nanole, 2009.

CURY, Antônio. **Organização e Métodos**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Complementar BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 29ª ed. Editora Forense, 2016.

FEDELI, R. D.; PERES, F. E.; POLLONI, E. G. F. **Introdução à Ciência da Computação**. 1 ed. Thomson Pioneira, 2003.

FLORES, Lúcia Locatelli. **Redação oficial**. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

GOLD, Mirian. **Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização**. 3. ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.

MANZANO, M. I. N. G. **Estudo dirigido de informática básica**. Rio de Janeiro: Editora Érica, 7 ed., 2008.

MAZZA, Alexandre; NICHOLAS, Paulo. **Direito Administrativo na prática**. 2ª ed. Editora Saraiva, 2016.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

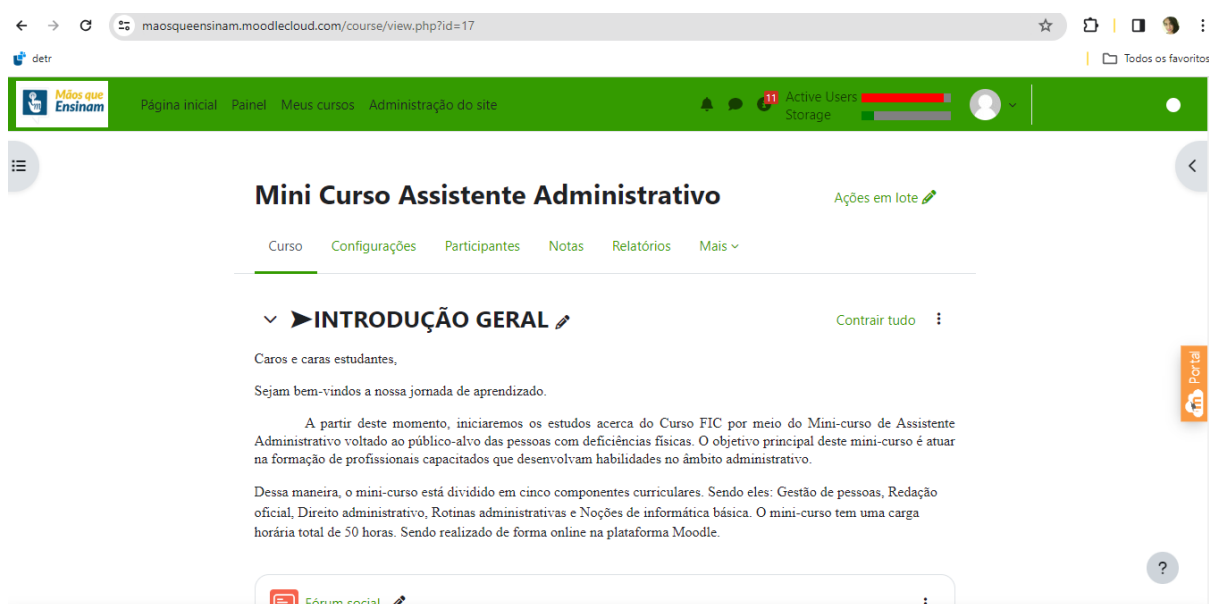
SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZANELLI, J. C. **O psicólogo nas organizações de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Para o processo de validação do referido produto educacional, o curso foi disponibilizado na plataforma *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* – conhecida como Moodle. Os conteúdos foram elaborados a partir de materiais digitais, como videoaulas, apostilas, jogos, questionários e slides com abordagem de temas específicos e informações relevantes de forma organizada e didática. O objetivo foi permitir que os conteúdos sobre determinado assunto fossem aprendidos de maneira prática e rápida, permitindo o estudo autônomo e flexível dos educandos, estimulando a sua participação ativa.

Desta forma, os participantes da pesquisa tiveram acesso ao produto educacional (Figuras 1, 2 e 3) e realizaram a sua validação por meio de um formulário com perguntas e respostas em relação ao conteúdo e estrutura do curso no Google Forms (Figura 4).

Figura 1: Produto educacional na plataforma moodle.



Fonte: autoral, 2024.

Figura 2: Produto educacional (aula 01) na plataforma moodle.

The image displays two screenshots of the Moodle LMS interface for the course 'Aula 01- Introdução a Gestão de Pessoas'.

Top Screenshot: The course page header shows the course title and a description: 'A disciplina de gestão de pessoas é fundamental para o sucesso de qualquer organização. Ela abrange diversas atividades relacionadas ao recrutamento, seleção, desenvolvimento, retenção e motivação dos colaboradores.' Below the description, there are two resource links: 'Plano de ensino -Gestão de Pessoas' and 'Aula 01 -Conceitos e História'.

Bottom Screenshot: The course content page shows the same header and a video player. The video player displays a scene from a factory or office setting, likely related to the course content.

Fonte: autoral, 2024.

Demonstração da aula 01 do Minicurso Assistente Administrativo na plataforma Moodle.

Figura 3: Questionário de validação do produto educacional.

Questionários de validação do Produto educacional do curso de formação inicial e continuada de Assistente Administrativo.

maosqueensinam852@gmail.com [Mudar de conta](#)

 Não compartilhado

O curso de Assistente Administrativo oferece informações suficientes para aplicar as habilidades aprendidas em um escritório de pequeno porte?

☐ Concordo totalmente
☐ Concordo
☐ Concordo parcialmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Discordo

O curso oferece horas/aula necessárias para preparação do Mundo do trabalho?

☐ Concordo totalmente
☐ Concordo
☐ Concordo parcialmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Discordo

O quadro de profissionais são qualificados ?

☐ Concordo totalmente
☐ Concordo
☐ Concordo parcialmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Discordo

Os conteúdos são claros e esclarecedores ?

☐ Concordo totalmente
☐ Concordo
☐ Concordo parcialmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Discordo

O curso de Assistente Administrativo oferece acessibilidade virtual ?

☐ Concordo totalmente
☐ Concordo
☐ Concordo parcialmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Discordo

O curso de assistente administrativo pode contribuir para sua atuação profissional?

☐ Concordo totalmente
☐ Concordo
☐ Concordo parcialmente
☐ Discordo parcialmente
☐ Discordo

Escreva um comentário sobre suas sugestões, críticas ou reclamações acerca do curso.

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário

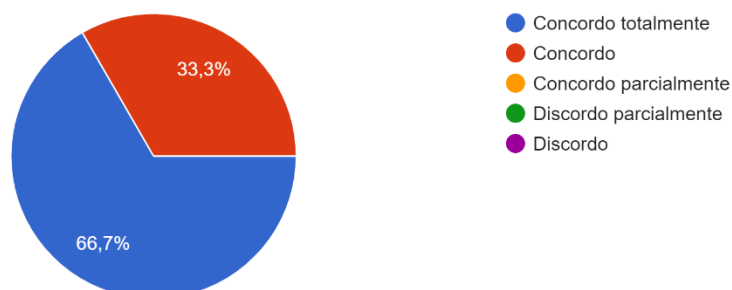
Fonte: autoral, 2024.

De acordo com as respostas coletadas com o formulário acima apresentado, as impressões dos participantes da pesquisa em relação ao produto educacional foram as seguintes:

Figura 4. Resultado da validação do produto educacional (questão 1).

O curso de Assistente Administrativo oferece informações suficientes para aplicar as habilidades aprendidas em um escritório de pequeno porte?

6 respostas



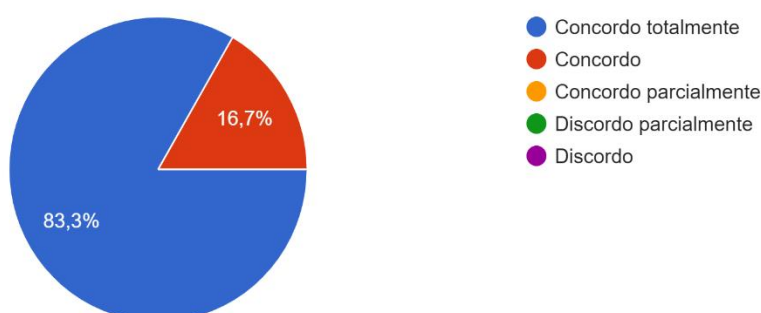
Fonte: autoral, 2024.

A maioria dos participantes concordaram totalmente que o curso oferece informações suficientes para aplicar as habilidades aprendidas em um ambiente profissional.

Figura 5. Resultado da validação do produto educacional (questão 2).

Os conteúdos são claros e esclarecedores ?

6 respostas



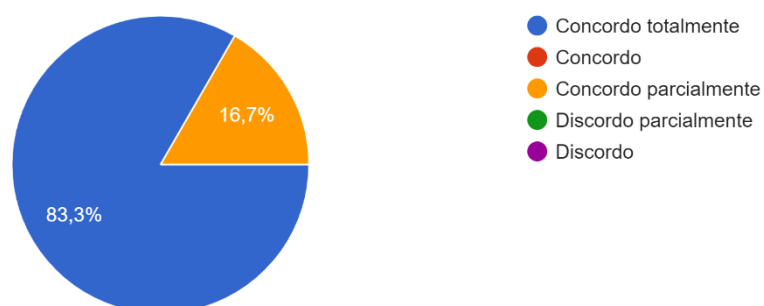
Fonte: autoral, 2024.

Mais de 80% dos participantes concordaram totalmente que os conteúdos ofertados pelo curso são claros e esclarecedores.

Figura 6. Resultado da validação do produto educacional (questão 3).

o curso de Assistente Administrativo oferece acessibilidade virtual ?

6 respostas



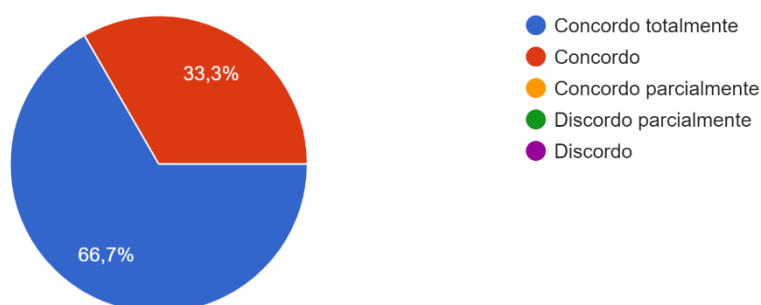
Fonte: autoral, 2024.

Os participantes, em sua maioria, concordaram totalmente que o curso possui acessibilidade virtual.

Figura 7. Resultado da validação do produto educacional (questão 4).

O curso oferece horas/aula necessárias para preparação do Mundo do trabalho?

6 respostas



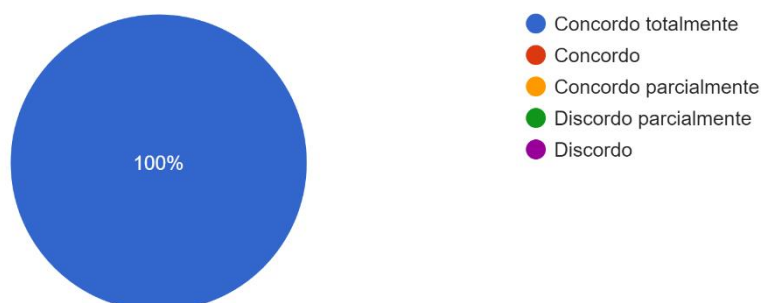
Fonte: autoral, 2024.

Mais de 60% dos participantes concordaram totalmente que o curso oferece carga horária necessária para preparação para o mundo do trabalho.

Figura 8. Resultado da validação do produto educacional (questão 5).

O quadro de profissionais são qualificados ?

6 respostas



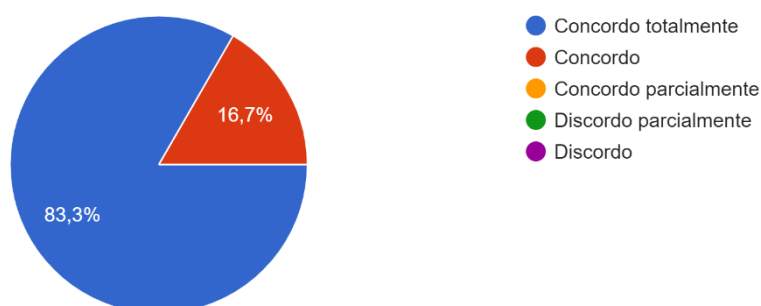
Fonte: autoral, 2024.

Todos os participantes concordaram totalmente que o quadro de profissionais possui qualificação.

Figura 9. Resultado da validação do produto educacional (questão 6).

O curso de assistente administrativo pode contribuir para sua atuação profissional?

6 respostas



Fonte: autoral, 2024.

A maioria dos participantes concordaram totalmente que o curso de assistente administrativo contribui para sua atuação profissional.

Figura 10. Resultado da validação do produto educacional (questão 7).

Escreva um comentário sobre suas sugestões, críticas ou reclamações acerca do curso.

O curso foi bom pois o fator de não termos que nos locomover, pois minha cidade não tem transporte adaptado pra que possa mim loucomóver, e o horario tambem foi acessivel.

muito bom pois nós oferece cursos online e a possibilidade de conhecer novas amizades e adquirir conhecimento

O Curso de administração ajudou muito no meu desempenho profissional, fazendo contribuir ainda mais na solides das minhas atividades na empresa.

Acho que o curso atende de forma satisfatória em termos de aprendizado e preparação da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho, não há críticas ou reclamações acerca do curso.

O curso é muito bom e posso falar porque estou no curso abastante tempo atualmente é lógico que eu tenho preciso sair de casa porque o pela minha cidade não ter um transporte muito bom virtual como é atualmente é melhor

Na última questão sobre sugestões, críticas ou reclamações acerca do curso, os participantes relataram que o curso por ser virtual favorece as pessoas que possuem dificuldade de locomoção, já que no local onde moram não possui transporte acessível. Além disso, outro participante relatou que contribuiu para o seu desempenho profissional em seu local de trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência profissional das pessoas com deficiência muitas vezes é marcada pelo enfrentamento de diversas formas de capacitismo, por meio da discriminação e preconceito, baseado na percepção de que são inferiores ou menos capazes do que as pessoas sem deficiência.

Muitos são os desafios enfrentados pelos PcD e entre eles está a falta de oportunidades de emprego. Muitas empresas ainda possuem barreiras físicas, como a falta de acessibilidade em seus locais de trabalho, que dificultam a contratação de pessoas com deficiência. Além disso, há um estigma de que as pessoas com deficiência não possuem as habilidades necessárias para desempenhar determinadas funções, o que resulta em uma exclusão sistemática desses indivíduos.

Outro desafio enfrentado pelas pessoas com deficiência é a falta de adaptações razoáveis no ambiente de trabalho. Adaptar o espaço físico, fornecer tecnologias assistivas e oferecer treinamentos específicos são medidas que podem permitir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas condições de trabalho que as demais. No entanto, muitas empresas não estão dispostas a investir nesses recursos, o que as prejudica na sua inclusão profissional.

Além disso, a falta de conscientização e sensibilização por parte dos colegas de trabalho também contribui para o capacitismo enfrentado pelas pessoas com deficiência. Muitas vezes, são alvo de comentários ofensivos, olhares piedosos ou tratamento diferenciado, o que impacta negativamente em sua autoestima e motivação.

No entanto, é importante ressaltar que as pessoas com deficiência possuem habilidades e competências tão valiosas quanto qualquer outra pessoa. A experiência profissional desses indivíduos pode ser enriquecedora tanto para eles mesmos quanto para as empresas que os empregam. A diversidade é uma ferramenta fundamental para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e produtivo.

Para enfrentar o capacitismo, é necessário criar políticas de inclusão e acessibilidade, bem como educar e sensibilizar a sociedade sobre a importância de valorizar e respeitar as pessoas com deficiência. Além disso, é imprescindível que haja um esforço conjunto entre empresas, governos e organizações para proporcionar oportunidades iguais a todos, sem discriminação.

A experiência profissional das pessoas com deficiência pode ser marcada por

desafios, mas também por superações e conquistas. É fundamental que a sociedade esteja disposta a enxergar e valorizar as habilidades e potenciais desses indivíduos, para que eles possam contribuir plenamente, de forma igualitária, para o mercado de trabalho. A inclusão é um processo contínuo, que demanda esforços de todos, e só assim poderemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucilene Quintiliano. Pessoas com deficiência no Brasil: aspectos culturais, históricos e constitucionais de sua trajetória. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7.n.7. jul. 2021.

AOKI, M., SILVA, R. M., SOUTO, A. C. F.; OLIVER, F. C. Pessoas com Deficiência e a Construção de Estratégias Comunitárias para Promover a Participação no Mundo do Trabalho. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 4, p. 517–534, out. 2018.

APAE BRASIL. **História da Apae: Apae Brasil Federação nacional das Apaes, 2014**. Disponível em: <<https://apaebrasil.org.br/page/2>>. Acesso em: 12 dez 2023.

ARAUJO, J. P.; SCHMIDT, A. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, n. 02, p. 241-254, 2006.

AZEVEDO, T. L. D., CIA, F.; SPINAZOLA, C. D. C. Correlação entre o relacionamento conjugal, rotina familiar, suporte social, necessidades e qualidade de vida de pais e mães de crianças com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, p. 205-218, 2019.

BODART, C. das N.; ROMANO, E. P.; CHAGAS, O. A. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Legislação e perspectivas de profissionais que atuam como selecionadores, fiscalizadores e apoiadores. **REVISTA FOCO**, v. 9, n. 2, 2016.

BORGES, A. V.; LONGEN, W. C. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e as perspectivas de acessibilidade. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 6, p. 5520-5531, 2019.

BORGES, G. de A.; LIMA, R. L. de P.; LINA, L. M.; VAZ, D. R. **Mercado de trabalho, empregabilidade e suas variações**. Ciências Sociais Aplicadas (Trabalho de conclusão de curso). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano Campus Avançado Ipameri, Goiás, p.14, 2019.

BRASIL, 2010. **Decreto Nº 7084**. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7084.htm>. Acesso em: 07 jan. 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Decreto legislativo nº 186**, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm>. Acesso em: 24 fev 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 93.481, de 29 de outubro de 1989**. Dispõe sobre a atuação da Administração Federal no que concerne às pessoas portadoras de deficiências, institui a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de

Deficiência - CORDE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 24 out. 1989.

BRASIL. **Decreto Nº 6.949**, de 25 agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 163, p. 3, 26 ago. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 07 fev 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes curriculares nacionais para educação especial na educação básica Brasília**, DF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais** 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

CARMO, M. M. I do B.; GILLA, C. G.; QUITERIO, P. L. Um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. **Interação em Psicologia**, v. 24, n. 1, 2020.

CARVALHO, E. Q.; CAVALCANTI, de S. R. J. Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: abordagem emancipatória do trabalho como princípio educativo. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, p. e115953219-e115953219, 2020.

_____. Conselho Nacional de Saúde (Brasil). **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 20 nov 2023.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Emenda constitucional, nº 65, Artigo 227, Inciso II. Brasília, 2010.

_____. Conselho Nacional de Saúde (Brasil). **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. 2012. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 20 nov 2023.

CRUZ, D. M. C DA.; MATSUSHIMA, A. M.; DA SILVA RODRIGUES, D.; DOS SANTOS, P.; FIGUEIREDO, M. O. DE. O trabalho e a tecnologia assistiva na perspectiva de pessoas com deficiência física. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 382-389, 2015.

CRUZ, E.J. S. DA; MORI, V. D.; HESPANHOL, C. R. C. O papel da família na construção da autonomia da pessoa com deficiência intelectual. **Apae Ciência**, v. 15,

n. 1, p. 34-46, 2021.

_____. **Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, dez 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso: 10 ago 2023.

_____. **Decreto nº 91.827, de 24 de outubro de 1985**. Abre à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.454.063.000, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Diário Oficial da União. Seção 1. 25/10/1985. p. 15593.

DINIZ, M. A.; OLIVEIRA, C. M. de Q. ESCOLARIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL: SEGREGAÇÃO E CAPACITISMO. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 16, n. 30, p. 323-341, 2022.

DUTRA, F. C. M. S.; PAZ, I. T. M.; CAVALCANTI, A.; ARAMAKI, A. L.; KOSOSKI, E. Oportunidades no mercado de trabalho: análise das vagas de emprego disponíveis para pessoas com deficiência. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. v.28, n.1, p.147-163, 2020.

FEITOSA, Robson de Sousa. As bases conceituais da educação profissional e tecnológica nas histórias de vida de professoras do IFPA campi de Bragança e Tucuruí. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, p. e9951, jun. 2021.

FERRAZZA, D. S.; ANTONELLO, C. S. O método de história de vida: contribuições para a compreensão de processos de aprendizagem nas organizações. **Gestão. Org**, v. 15, n. 1, p. 22-36, 2017.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, v. 5, n. 9, p. 90-100, 2008.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando no silêncio: uma introdução á trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. 3 ed. Giz. Editorial. São Paulo. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: Gomez, Carlos M. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

GARCIA, R. M.C.; MICHELS, M. H. Política de educação especial e currículo: disputas sobre natureza, perspectiva e enfoque. **Revista Teias**, v. 19, n. 55, p. 54-70, 2018.

GESSER, M.; BLOCK, P.; NUERNBERG, A. H. Participation, agency and disability in Brazil: transforming psychological practices into public policy from a human rights perspective. **Disability and the global south**, v. 6, n. 2, p. 1772-1791, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas,

2010.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. O método de história de vida em pesquisas sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**, V. 22, n. 34, p. 139-153, 2009.

GONÇALVES, T. G. G. L.; MELETTI, S. M. F. SANTOS, N. G. Dos. Nível instrucional de pessoas com deficiência no Brasil. **Crítica Educativa**, v. 1, n. 2, p. 24-39, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego e informalidade são maiores entre as pessoas com deficiência**. Estatísticas sociais, 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34977-desemprego-e-informalidade-sao-maiores-entre-as-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 23 ago 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com deficiência**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conhecaobrasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>>. Acesso em: 23 ago 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. Estatísticas sociais, 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>>. Acesso em: 2 jan 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico de Curso – Auxiliar Administrativo**. 2013. Disponível em: <<https://www.ifmg.edu.br/portal/extensao/pronatec/cursos/cursos-fic/projeto-pedagogico-de-curso-auxiliar-administrativo>>. Acesso em: 16 abr 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo – Proeja (Mulheres)**. 2017. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/wpcontent/uploads/repositoriolegado/paulista/documentos/ppc_proeja_ass-adm-nov2018.pdf>. Acesso em: 16 abr 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico de Curso – Assistente Administrativo**. 2019. Disponível em: <<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-de-formacao-inicial-e-continuada/ppc-fic-em-assistente-administrativo-campus-dourados.pdf>>. Acesso em: 16 abr 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERTÃO DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso FIC – EaD Assistente Administrativo**. S.d. Disponível em: <<https://ifsertaope.edu.br/index.php/534-ifsertaope/cursos-if/educacao-a-distancia-cur/cursos-ead/10825-assistente-administrativo>>. Acesso em: 16 abr 2024.

IVANOVICH, A. C. F.; GESSER, M. Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e

produção de sujeitos (a) políticos. **Quaderns de psicologia**, v. 22, n. 3, p. e1618-e1618, 2020.

JANNUZZI, G.S. de M. **A educação dos deficientes no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 41-58, 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Uma breve história da educação das pessoas com deficiências no Brasil. In: MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Org.). **Escolarização de alunos com deficiências: desafios e possibilidades**. Campinas/SP: Mercado de Letras, p. 33-76, 2013.

_____. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 10 jan 2024.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 2 fev 2024.

_____. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-57752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jan 2024.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf>>. Acesso em: 24 de agosto de 2023.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2011_2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 20 dez 2023.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial. Brasília, DF, 25 de out. 1989. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 10 jan 2024.

_____. **Lei 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 20 dez 2023.

LIMA, M. P. DE.; TAVARES, N. V.; BRITO, M. J.; CAPPELLE, M. C. A. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 2, p. 42–68, mar. 2013.

LORENZO, S. M.; SILVA, N. R. Contratação de Pessoas com Deficiência nas Empresas na Perspectiva dos Profissionais de Recursos Humanos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, n. 3, p. 345–360, jul. 2017.

LORENZO, S. M.; SILVA, N. R. Dificuldades para contratação de pessoas com deficiência nas empresas. **Revista Laborativa**, v. 9, n. 1, p. 46-69, 2020.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo.2013

MAIA, L. M.; CAMINO, C.; CAMINO, L. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma análise do preconceito a partir das concepções de profissionais de recursos humanos. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 6, n. 1, p. 78-91, 2011.

MAIOR, I. M. M. de L. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, 2017.

MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Revista Trama**, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MATSUMOTO, A. S.; DE MACEDO, De A. R. R. A importância da família no processo de inclusão. **Interfaces da Educação**, v. 3, n. 9, p. 5-15, 2015.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & saúde coletiva**, v. 21, p. 3265-3276, 2016.

MELLO, L. S.; CABISTANI, L. G. Capacitismo e lugar de fala: repensando barreiras atitudinais. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, n. 23, p. 118-139, 2019.

MENEZES, Shirley Aparecida Rocha. A Mulher Preta com Deficiência: impactos da intersecção. **Organicom**, v. 20, n. 41, p. 105-119, 2023.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de setembro de 2001.

_____. Ministério de Estado da Educação e Desporto. **Política Nacional de Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial, Brasília/DF, 1994.

_____. Presidência da República. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015**. Lei

Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 25 jun 2023.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. D. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, p. 117-128, 2006.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. D. C. **Análise textual: discursiva**. Editora Unijuí, 2007.
MORAIS, Karine H. O mercado de trabalho e a pessoa com Deficiência Intelectual: entraves e oportunidades. **Revista Espacios**, v. 38, n. 12, p. 1-10, 2017.

MOTA, J. DA SILVA, MARQUES, J. V. R., ARAÚJO, A. G.; MEZADRE, S. D. B. B. A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: DIFICULDADES ENFRENTADAS. **Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640**, v. 17, n. 3, p. 2103-2118, 2020.

NEVES-SILVA, P.; PRAIS, F. G.; SILVEIRA, A. M. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2549-2558, 2015.

NICÁCIO, F.; MANGIA, E. F.; GHIRARDI, M. I. G. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 16, n. 2, p. 62-66, 2005.

OLIVEIRA, N. D. P. A.; De LORETO, M. D. D. S. PERCEPÇÕES DA REDE FAMILIAR SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DO ESTUDANTE DEFICIENTE DO ENSINO SUPERIOR. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 26, n. 51, p. 202-233, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PACHECO, K. M. De B.; ALVES, V. L.R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta fisiátrica**, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.

PASSERINO, L. M.; PEREIRA, A. C. C. Educação, inclusão e trabalho: um debate necessário. **Educação & Realidade**, v. 39, p. 831-846, 2014.

PLETSCH, Marcia Denise. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). **Education Policy Analysis Archives/ Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, 2014, v. 22, p. 1-25.

PONTE, A. S.; DA SILVA, L. C. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência/Attitudinal accessibility and the perception of people with and without disabilities. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015.

PRADO, A. F. A. Família e deficiência. In Cerveny, C. M. O (Org.). Família e...

Comunicação, Divórcio, Mudança, Resiliência, Deficiência, Lei, Bioética, Doença, Religião e Drogadição *São Paulo: Casa do Psicólogo*, 85-98, 2004.

PRAIS, J. L. de S.; GUSSI, S. L. A.; REIS, J. I. V. dos; OLIVEIRA, J. de. Empreendedorismo e a Pessoa com Deficiência Física: Dificuldades e Barreiras no Processo de Inclusão. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 21, n. 33, p. 63-70, 2017.

RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. da R. J.; NEVES, L. R. Sobre educação, política e singularidade. **Educação & Realidade**, v. 44, p. e90185, 2019.

REIS, J. G.; ARAÚJO, S. M.; GLAT, R. Autopercepção de pessoas com deficiência intelectual sobre deficiência, estigma e preconceito. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-16, 2019.

RIBEIRO, E. N., SIMÕES, J. L.; PAIVA, F. Da S. Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da UNIFESP**, v. 5, n. 2, p. 210-226, 2017.

RIBEIRO, M. A.; CARNEIRO, R. A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 16, p. 545-564, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazuma. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8 ed. Rio de Janeiro. WVA. 2010, 180p.

Saviani, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr., 2007.

SCALABRIN, M. H.; CAMPOS, de A., A. L. Caminhos desiguais: Um estudo da trajetória das Pessoas com Deficiência pela Educação e Mercado de Trabalho em um dos Estados mais Ricos da Federação. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 16, n. 108, p. 75-96, 2015.

SHIMONO, Sumiços Oki. **Educação e trabalho: caminhos da inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2008, 118 p.

SOUZA, Everton Aparecido Moreira De. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. **Cadernos da Pedagogia**, v. 12, n. 23, 2019.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência?. **Revista brasileira de educação especial**, v. 11, n. 02, p. 273-294, 2005.

TAVARES, M. C. C. **Imagem Corporal: Conceito e Desenvolvimento**. São Paulo: Manole, 2003.

TEHZY, Sandra Kamien. **Simplesmente Igreja: um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência em busca de contribuições para uma práxis comunitária inclusiva**. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: EST/PPG, 2008.

95 f.

THOMASI, K.; TEIXEIRA, G. D. S.; RIBEIRO, F. G.; BARBOSA, M. N. Empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise para o mercado de trabalho brasileiro a partir dos Censos 2000 e 2010. **Ensaio FEE**, v. 38, n. 4, p. 823-852, 2018.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. **Simpósio Internacional repensando mitos contemporâneos**, v. 2, p. 16-25, 2019.

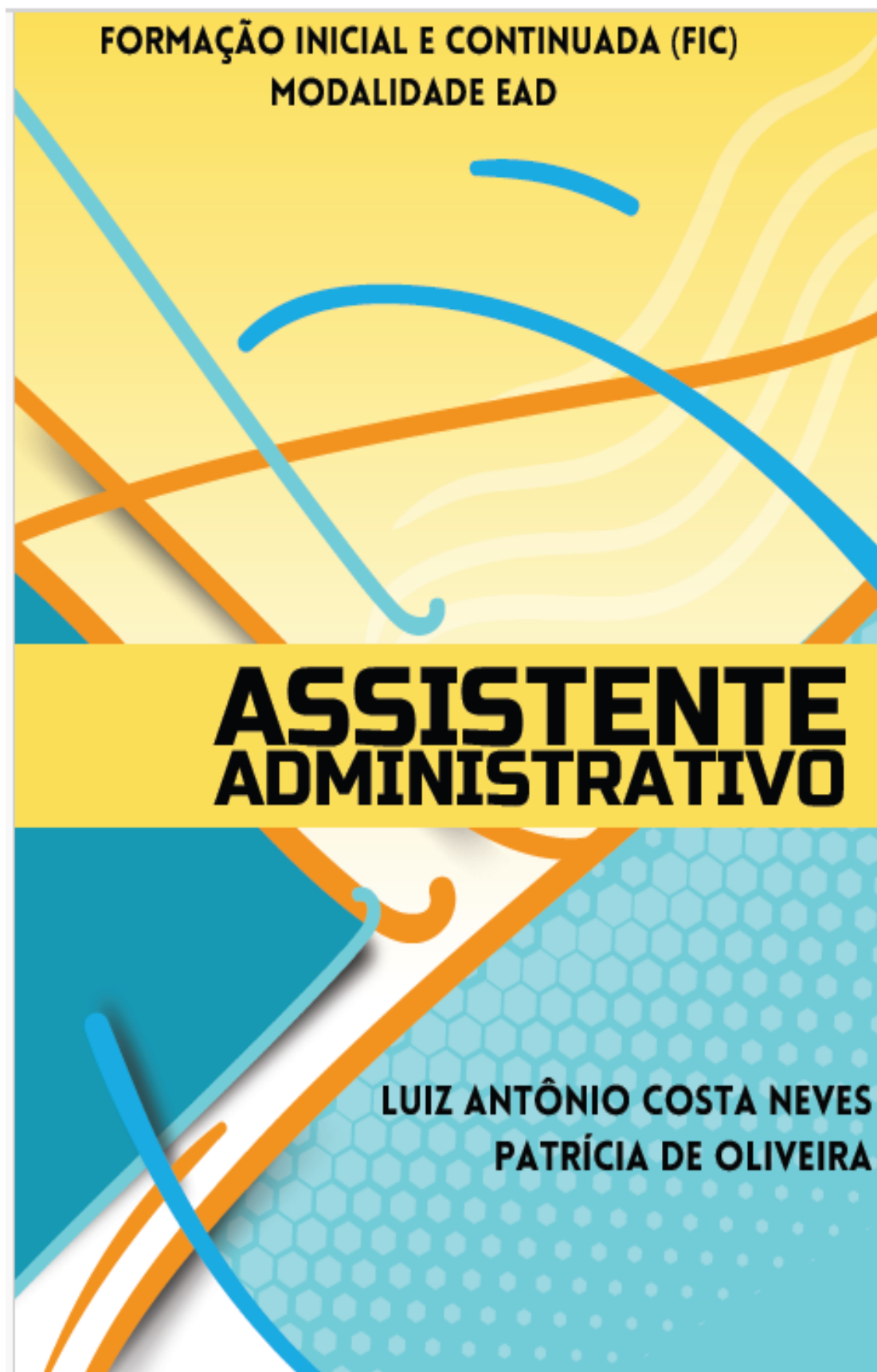
VIOLANTE, R. R.; LEITE, L. P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 73-91, 2011.

VIOLANTE, R. R.; LEITE, L. P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 73-91, 2011.

VISENTINI, S.; DOS SANTOS, A. S.; LAURINI, M. M. Contratação garante Inclusão? Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, v. 11, n. 19, p. 128-150, 2021.

WOLLMANN, A.; SILVEIRA, P. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCDS) NO MERCADO DE TRABALHO. **REVISTA CONGREGA-MOSTRA DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO-ISSN 2595-3605**, n. 2, p. 642-653, 2018.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Origem do produto:

Trabalho de Dissertação: "INCLUSÃO DO PROFISSIONAL COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MUNDO DO TRABALHO: CONQUISTAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES"

Área de conhecimento: Ensino

Linha de Pesquisa: 1. Práticas educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Público-alvo: Docentes que atuam em cursos de formação Inicial e continuada (FIC)

Categoria deste produto: Atividades de Extensão

Finalidade: Ofertar curso de Assistente Administrativo

Avaliação do Produto: Cursistas

Registro do Produto/Ano: Biblioteca do IF Baiano - Campus Catu, 2024.

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais bem como a proibição do uso comercial do produto.

Divulgação: Formato digital.

Idioma: Português

Introdução

O assistente administrativo é o elo essencial entre os gestores, colaboradores e clientes. Ele é responsável por realizar diversas tarefas administrativas, como a organização de documentos, controle de agenda, atendimento telefônico, gerenciamento de e-mails, preparação de relatórios e auxílio em reuniões e eventos. Além disso, o assistente administrativo também desempenha um papel relevante na elaboração de políticas e procedimentos internos, bem como na análise e melhoria de processos administrativos.

Para exercer suas funções de forma eficiente, o assistente administrativo deve ser uma pessoa extremamente organizada, capaz de lidar com vários projetos e prazos simultaneamente. É necessário também possuir excelente habilidade de comunicação verbal e escrita, pois ele é responsável por transmitir informações claras e concisas tanto internamente quanto para clientes externos. Além disso, a capacidade de trabalhar bem em equipe, ter iniciativa e ser proativo são características essenciais para o sucesso nessa profissão.



Ser um assistente administrativo vai muito além de apenas realizar tarefas rotineiras. É um papel fundamental que exige habilidades estratégicas, organizacionais e de comunicação para apoiar a equipe de gestão e garantir a harmonia e produtividade no ambiente de trabalho.

Durante o curso de Assistente Administrativo, os futuros profissionais terão a oportunidade de adquirir conhecimentos teóricos e práticos que os prepararão para enfrentar os desafios do dia a dia. Serão abordados temas como gerenciamento de tempo, técnicas de arquivamento, utilização de softwares, habilidades de atendimento ao cliente, ética profissional entre outros temas importantes para a prática desse profissional.



Identificação do Curso

Denominação do Curso:
Assistente Administrativo

Modalidade de Oferta:
Ensino a Distância (EaD)

Tipo de Curso:
Formação Inicial e Continuada (FIC)

Endereço de funcionamento do curso:
Rua Barão de Camaçari, Catu-BA

Número de vagas pretendidas:
40 vagas

Carga horária do curso:
50 horas

Requisitos e Forma de Acesso:
Ensino médio completo/maior de 18 anos/acesso a Internet

Periodicidade de oferta:
Semestral

Estrutura do Curso

Justificativa

A oferta do curso formativo de Assistente Administrativo visa fortalecer o desenvolvimento da gestão administrativa de instituições com ou sem fins lucrativos. Através deste curso, os participantes terão a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades essenciais para desempenhar as rotinas básicas de um escritório de forma eficiente e eficaz.

A educação é um processo amplo, que deve estar centrado em um projeto comprometido com a formação humana e valores que permitam aos cidadãos interferir de forma positiva no processo social no qual estão inseridos. O curso de Assistente Administrativo contribui para esse processo, capacitando os alunos a estabelecerem um compromisso ético com a organização e a equipe de trabalho, desenvolvendo suas competências com base nos objetivos organizacionais.



Ao conhecer e aplicar os princípios e técnicas de administração, o Assistente Administrativo se torna um membro essencial da equipe de gestão, favorecendo um ambiente propício à produtividade. Através da otimização dos resultados e das relações humanas, o Assistente Administrativo proporcionará o apoio necessário ao crescimento institucional.

Dessa forma, a oferta do curso de Assistente Administrativo é justificada pela necessidade de formação de profissionais qualificados, capazes de contribuir de forma eficiente para a gestão administrativa de instituições, promovendo o desenvolvimento tanto da própria organização quanto dos indivíduos que a compõem



Objetivos

Objetivo geral

Capacitar os estudantes para realizar o trabalho diário de escritório, construir comprometimento com a organização e a equipe de trabalho, desenvolver suas habilidades de acordo com os objetivos organizacionais com compromisso e ética. Além disso, atuar em processos administrativos em empresas públicas ou privadas, realizando atividades de apoio nas áreas de recursos humanos, financeiro, produção, logística e vendas.

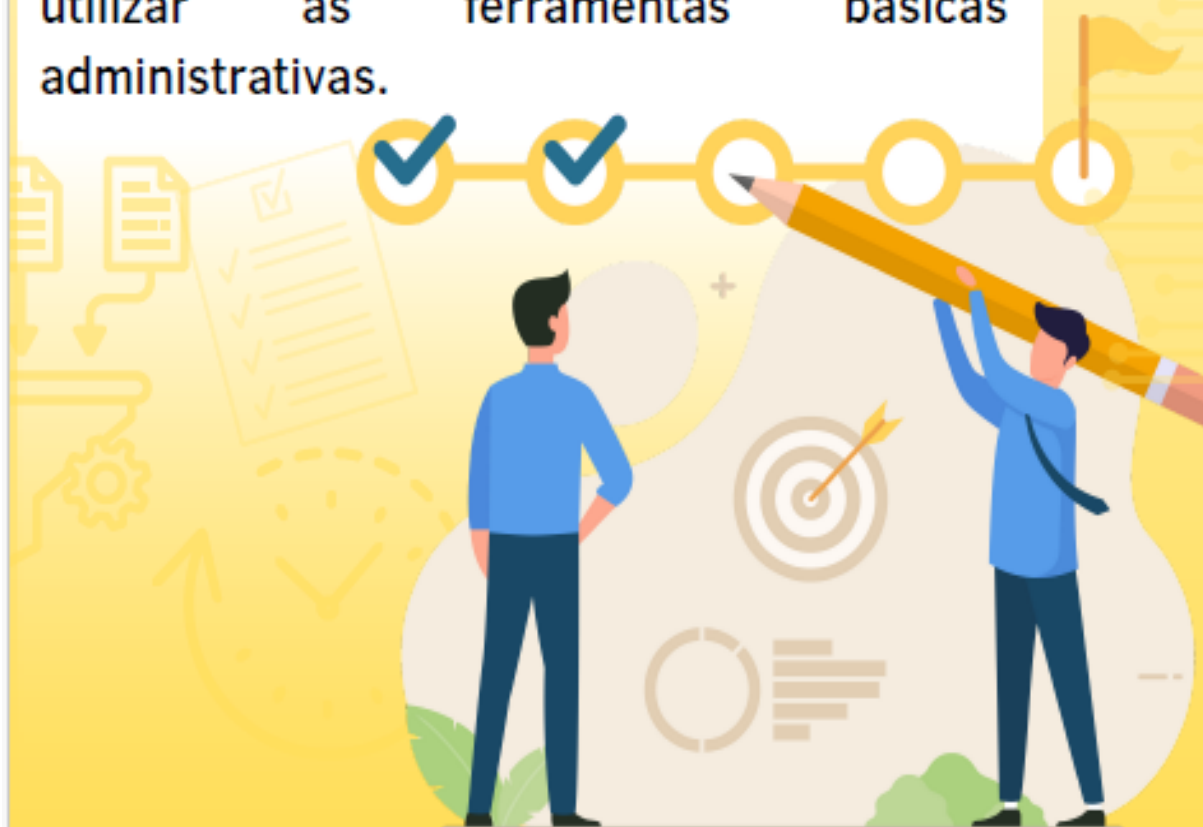
Objetivos específicos

- ✓ Reconhecer os diferentes tipos de rotinas administrativas distribuídos nos diversos setores de uma empresa, sendo elas: financeiro, gestão de RH, marketing, comercial, almoxarifado, entre outros;
- ✓ Compreender as principais habilidades esperadas na área administrativa;
- ✓ Conhecer as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho, suas transformações na forma de agir do empregado, empregador e as novas tendências do mercado de trabalho;
- ✓ Entender quais as funções administrativas, controles e ferramentas básicas administrativas, mais comuns no mercado de trabalho.

Estrutura do Curso

Perfil Profissional de Conclusão

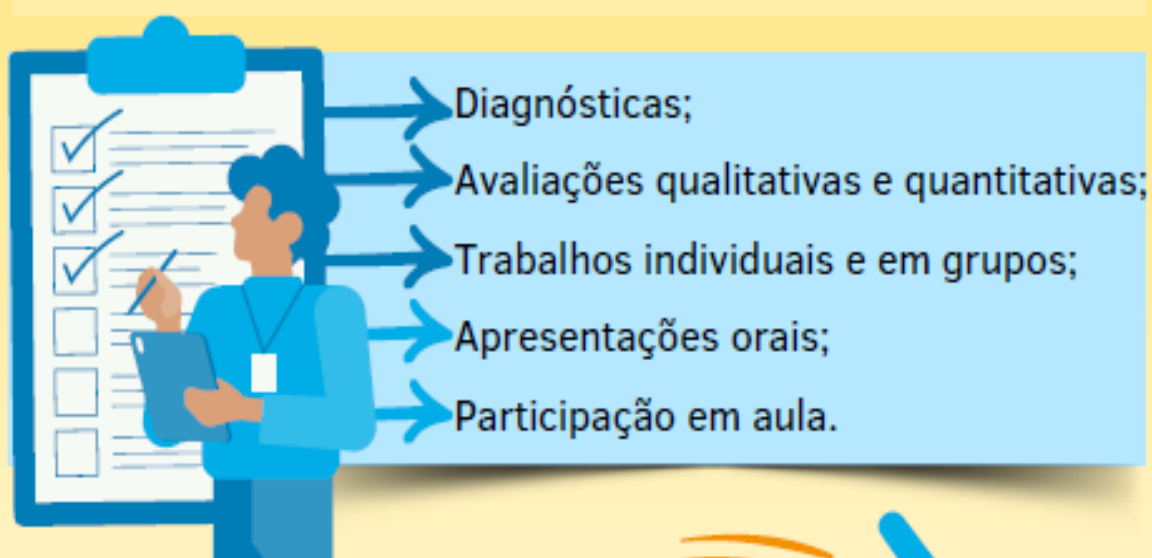
O Perfil Profissional do concluinte no curso de Assistente Administrativo deverá possuir habilidades nos processos de rotinas administrativas nos diversos setores de uma empresa (financeiro, gestão de RH, marketing, comercial entre outros). Além disso, compreender as tendências e mudanças no mercado, assim como saber utilizar as ferramentas básicas administrativas.



Estrutura do Curso

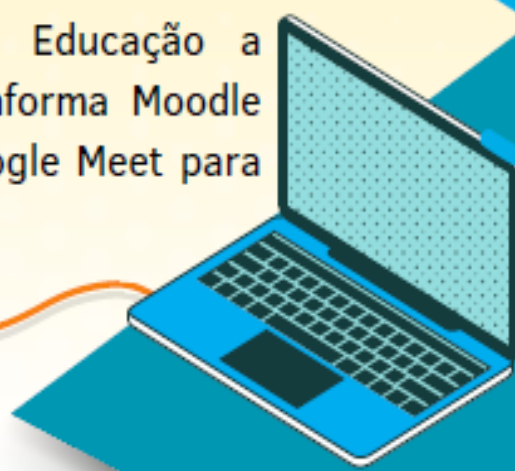
Avaliação de Aprendizagem

A avaliação será processual e contínua, levando em consideração os conhecimentos trazidos pelos estudantes, respeitando o processo de aprendizagem de cada um. Sendo assim, serão realizadas atividades avaliativas dos seguintes modos:



Metodologia

A metodologia utilizada será a Educação a Distância – EAD, através da Plataforma Moodle para atividades e avaliações e Google Meet para realização das aulas síncronas.



Assistente Administrativo

Formação Inicial e Continuada (FIC)-EaD

MATRIZ CURRICULAR

**LUIZ ANTÔNIO COSTA NEVES
PATRÍCIA DE OLIVEIRA**

Assistente Administrativo

Formação Inicial e Continuada (FIC)-EaD

COMPONENTES CURRICULARES

ROTINAS ADMINISTRATIVAS 10 HORAS

EMENTA

- Conceito de função administração;
- Rotinas administrativas;
- Os “5s” da qualidade;
- Tipos de departamentos de uma empresa e conceitos sobre salário e remuneração;
- Gestão documental na rotina administrativa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos: Como Incrementar Talentos na empresa. 7ed São Paulo Nanole, 2009.

CURY, Antônio. Organização e Métodos. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2013

Assistente Administrativo

Formação Inicial e Continuada (FIC)-EaD

GESTÃO DE PESSOAS EMENTA

10 HORAS

- Conceito e Evolução Histórica dos Modelos de Gestão de Pessoas;
- Principais conceitos e objetos de estudo da psicologia das relações humanas;
- Comportamento organizacional;
- Escola das Relações Humanas;
- Conceituação e Evolução dos Modelos de Motivação e Satisfação no Trabalho

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNAL, A. O. Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 13-36.

ROBBINS, S. P. Comportamento organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZANELLI, J. C. O psicólogo nas organizações de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Assistente Administrativo

Formação Inicial e Continuada (FIC)-EaD

REDAÇÃO OFICIAL

10 HORAS

EMENTA

- Características da Redação Oficial e Pronomes de Tratamento;
- Modelo, Conceito e estrutura de documentos oficiais: CARTA E CIRCULAR;
- Ata, Ofício e Memorando;
- Atestado Edital de Convocação Requerimento;
- Comunicado ou aviso, Portaria, Certidão, Telegrama e Fax.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FLORES, Lúcia Locatelli. Redação oficial. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

GOLD, Mirian. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.

Complementar BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. Manual de Redação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

Assistente Administrativo

Formação Inicial e Continuada (FIC)-EaD

DIREITO ADMINISTRATIVO

10 HORAS

EMENTA

- Direito Administrativo: Conceito;
- Organização Administrativa;
- Atos Administrativos e Princípios da Administração Pública;
- Poderes Administrativos e Responsabilidade Civil do Estado;
- Contratos Administrativos e licitações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 24^a ed. Editora Método, 2016.

MAZZA, Alexandre; NICHOLAS, Paulo. Direito Administrativo na prática. 2^a ed. Editora Saraiva, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29^a ed. Editora Forense, 2016.

Assistente Administrativo

Formação Inicial e Continuada (FIC)-EaD

INFORMÁTICA BÁSICA EMENTA

10 HORAS

- Conceitos básicos de computação;
- Componentes de hardware e software que compõem um computador;
- Redes de computadores, Internet;
- Processadores de texto e planilhas eletrônicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de informática básica. Rio de Janeiro: Editora Érica, 7 ed., 2008.

FEDELI, R. D.; PERES, F. E.; POLLONI, E. G. F. Introdução à Ciência da Computação. 1 ed. Thomson Pioneira, 2003.

APRON, H. L. Introdução à Informática. 8 ed. Pearson Prentice Hall, 2011



Referências

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 24ª ed. Editora Método, 2016.
- APRON, H. L. Introdução à Informática. 8 ed. Pearson Prentice Hall, 2011.
- BERNAL, A. O. Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 13-36.
- BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. Manual de Redação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.
- CHIAVENATO, Idalberto. Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos: Como Incrementar Talentos na empresa. 7ed São Paulo Nanole, 2009.
- CURY, Antônio. Organização e Métodos. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- Complementar BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29ª ed. Editora Forense, 2016.
- FEDALI, R. D.; PERES, F. E.; POLLONI, E. G. F. Introdução à Ciência da Computação. 1 ed. Thomson Pioneira, 2003.
- FLORES, Lúcia Locatelli. Redação oficial. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- GOLD, Mirian. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.
- MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de informática básica. Rio de Janeiro: Editora Érica, 7 ed., 2008.
- MAZZA, Alexandre; NICHOLAS, Paulo. Direito Administrativo na prática. 2ª ed. Editora Saraiva, 2016.
- ROBBINS, S. P. Comportamento organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- ZANELLI, J. C. O psicólogo nas organizações de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2002.



ANEXO I – ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre sua história de vida. Como foi sua infância? Qual seu sonho? Como foi sua escolarização?

ENTREVISTADO 1: Durante a infância ainda não tinha a lesão, isso aconteceu na adolescência. Tive uma infância normal. Sempre estudei em colégios particulares. Morava com meus pais e duas irmãs. Quando completei dezesseis anos sofri o acidente, fui mergulhar na praia, lá em Cabuçu, próximo à Salvador, mas estava muito raso, pulei e acabei batendo o rosto no chão, o peso do corpo todo foi para o pescoço e acabei quebrando a vértebra C6 que correu um pouco e atingiu a medula, porém a minha lesão não foi completa. Então, na verdade não sou tetraplégico, sou tetraparético. Enquanto criança, nunca fui muito de rua, fui criado muito dentro de casa, não saía muito, mas sempre gostei muito de adrenalina, a coisa que mais fazia era andar de bicicleta, andei muito. E sempre gostei muito de jogos, videogame. No colégio, não gostava muito de jogar futebol, até os dias de hoje não gosto de assistir. Meu negócio era correr, andar de bicicleta. Mas no mundo dos esportes eu não era inserido, até porque ficava muito dentro de casa, ficava mais sozinho mesmo.

ENTREVISTADOR: Quem eram seus amigos na infância?

ENTREVISTADO 1: Meus amigos de infância são os que estão comigo até hoje. A maioria dos meus amigos conheci no maternal, e aí são mais de vinte anos de amizade, já quase chegando aos trinta anos e desde sempre estivemos juntos. Estudei no mesmo colégio do maternal até a 5ª série, na 6ª série acabei saindo porque fui estudar na Fundação Bradesco e daí retornei na 8ª série para o colégio. Engraçado, porque quando minha mãe me tirou do colégio eu disse a ela: “Minha mãe, a senhora está me tirando hoje do colégio, mas na 8ª série eu vou voltar para cá”. Nesse colégio em que estudei, CSC - Centro Educacional Colinas de Pituáçu; aqui em Salvador, a

última série era a 8ª, desse modo, virou uma tradição do colégio fazer uma viagem com todos os alunos da turma. Geralmente era em algum feriado, Dia das Crianças, e aí ficava três a quatro dias viajando para algum lugar que tinha história. Nesses dias de viagem, um dia a gente tinha que fazer estudo e quando a gente voltava, fazíamos o projeto sobre aquela região. Na viagem em que fui, foi para Cachoeira-Ba e nosso tema era Cana- de -açúcar, sobre a região de cachoeira e são Félix, e como a cana de açúcar foi importante para aquela localidade.

ENTREVISTADOR: O que lhe marcou nesta viagem?

ENTREVISTADO 1: Tudo marcou! Porque nunca tinha viajado com amigos. Sempre viajava com familiares. Toda criança no colégio tinha expectativa de chegar na 8ª série para fazer essa viagem, então tudo era maravilhoso, desde o percurso do ônibus, porque íamos dançando, cantando, brincando. Marcou muito! Não tem uma coisa só que marca, à viagem em si foi o marco, e meus amigos, estão comigo até hoje. Quando sofri o acidente, fiquei quarenta e cinco dias internado, depois da primeira semana liberou a visita e depois disso não fiquei um dia sozinho, sempre tinha um dos meus amigos que ficava lá. Eu não tive nenhuma decepção, as pessoas que eu esperava que estivessem comigo naquele momento foram me ver, e a surpresa que tive foi de pessoas que mesmo estudando junto desde o maternal e que não eram pessoas tão próximas, de conversar todos os dias foram me visitar também. Lembro que só poderia ficar três pessoas no quarto e tinha dias que tinham onze pessoas. A galera levou cavaco e fez samba no quarto do hospital. Fiquei internado no Hospital São Rafael que fica próximo onde moro. Na época do meu acidente era carnaval, todo mundo viajando. O acidente aconteceu dia 03/02/2008 e quando ficaram sabendo todo mundo voltou das viagens para me visitar e isso fortaleceu ainda mais nossos laços de amizade, inclusive hoje em dia trabalho com dois desses amigos que conheci no maternal.

ENTREVISTADOR: Seus amigos deixavam aquele momento mais leve?

ENTREVISTADO 1: Por incrível que pareça, nunca encarei o que aconteceu de forma negativa. Não tive trauma nenhum! Meu acidente foi pulando na água, na praia, já fiz mergulho aqui na Barra-Salvador, adoro o mar, adoro a praia, sentir a brisa, o vento e

o barulho do mar . Até hoje eu fico surpreso de como encarei tudo desde o início, claro que ter os amigos ajuda bastante porque você não se sente sozinho. No Hospital SARA, vi muitos dos amigos visitarem um amigo e a pessoa está deprimida. Isso acaba afastando os amigos. Eles chamarem pra sair e a pessoa sempre recusar e chegava um momento em que os amigos paravam de chamar, sumiam e a pessoa ficava mais depressiva ainda. Nunca fui dessa forma. Mas, cada um enfrenta de um jeito. Eu enfrentei super numa boa, meus amigos iam lá, brincavam, dava risada, não ficava triste, não me sentia sozinho, isso ajudava bastante. Nunca encarei como algo pesado e também nunca encarei ter meus amigos como pessoas para deixar tudo mais leve, eu levava tudo na leveza, até eu ficava e fiquei surpreso. Antes do acidente eu dizia: - “Prefiro morrer ao invés de ficar numa cadeira de rodas”, e aí depois que fiquei na cadeira de rodas, vi como era levar uma vida numa cadeira de rodas e além disso, percebi que não era como todo mundo pensava ou falava, que quem está dessa forma não faz nada. Eu faço tudo que quero. As coisas que não faço hoje, eu também continuaria sem fazer e isso não é porque estou na cadeira de rodas. Faço tudo! Vou para o carnaval, saio, vou para vários lugares, hoje tenho minha independência, já saio sozinho. Porque na verdade o que é ruim não é estar numa cadeira de rodas, não é ter uma deficiência, é ficar dependente das pessoas e meu foco desde o início nunca foi voltar a andar, meu foco era recuperar o máximo de independência que eu podia. Quero fazer as coisas que fazia antes com a cadeira de rodas.

Nem adaptação eu gosto de usar. Minha lesão afetou a mão, o meu movimento da mão era bem fraco. Para escovar os dentes, escrever, para usar um talher [...], no Hospital Sara por exemplo, os profissionais sempre colocavam algo para deixar os cabos mais grossos para facilitar o manuseio. No início eu usava, mas eu sempre usava maneiras alternativas para usar o talher, a caneta, ou a escova de dente sem precisar recorrer a adaptação. Hoje não uso adaptação para nada. Faço tudo que fazia antes, mas de uma forma diferente. Meu foco sempre foi recuperar a independência, porque ficar dependente a gente acaba ficando desanimado.

ENTREVISTADOR: Quais eram seus sonhos antes do acidente?

ENTREVISTADO 1: Como eu era muito novo, eu não tinha muitos sonhos ainda. Na época, meu pai tinha uma empresa de material de construção, eu pensava em depois

de uma certa idade me formar em administração, de repente administrar a empresa que era dele. Meu sonho era esse! Continuar com o negócio que meu pai tinha.

ENTREVISTADOR: Você sofreu o acidente com 16 anos. Nessa idade, você estava em que série do colegial?

ENTREVISTADO 1: Iria começar o segundo ano do ensino médio.

ENTREVISTADOR: Depois do acidente, como foi o processo de escolarização? Encarar a sala de aula? Ser cadeirante? Usar o banheiro?

ENTREVISTADO 1: O primeiro ano do acidente eu não cheguei a estudar. Foi apenas focado na recuperação mesmo. Voltei para a escola no segundo ano após o acidente. No início, uma coisa que me incomodava quando eu andava na rua era porque todo mundo parava para olhar quando um cadeirante passava. Isso era o que mais me incomodava na época do colégio. Não gostava de sair para lugares com muita gente porque todo mundo olhava, e eu sempre fui muito tímido, então isso me incomodava muito. Em relação ao colégio era mais tranquilo. Ficava na sala, com novas amizades, porque fui para um colégio novo, meus amigos já tinham avançado porque fiquei um ano sem estudar, quando voltei para o colégio, não voltei para a mesma turma que meus amigos, no primeiro ano estudamos juntos e o colégio que a gente estudava acabou com o ensino médio, cada um foi para um canto e o colégio que fui estudar tinham dois amigos da infância, só que eu estava no segundo ano e eles no terceiro ano e eles ainda me auxiliavam, porque como morávamos perto, meu pai levava a gente para a aula e isso me ajudou bastante a encarar o início do colégio. Quando começava a aula, eles iam para a sala deles e eu ia para a minha, no intervalo a gente se reunia, na hora de ir embora, íamos juntos. Quando eu já estava no 3º ano do ensino médio eles já tinham se formado e então eu ia para o colégio sozinho, mas, já estava mais habituado e acostumado com o colégio. Porém, nessa época ir para a rua em locais muito aglomerados eu ainda não gostava muito porque as pessoas olhavam e isso só veio mudar quando entrei na faculdade. Assim que terminei a escola, fui para a faculdade, fiz Sistema de Informação

-Bacharelado na UNIJORGE e para chegar até o elevador eu tinha que cruzar a praça de alimentação, que sempre estava cheia, nunca vazia. A partir daí, comecei a

acostumar em locais com muita gente. Acho que essa foi a principal barreira que tive que vencer foi acostumar-se com os olhares das pessoas, no início isso incomoda bastante.

ENTREVISTADOR: Sobre esse olhar, como você enxerga? Preconceito? Capacitismo?

ENTREVISTADO 1: Não enxergo como preconceito, mas de curiosidade. A gente percebe que o olhar é de julgamento, e geralmente vem de pessoas que são religiosas e que acham que estou sendo castigado. Esse é um tipo de olhar que até hoje me incomoda. As pessoas acham que tudo de ruim que acontece na sua vida é consequência de algo errado e Deus está te castigando. o olhar dessa galera não era um olhar de curiosidade a maioria dos olhares é mais ou menos no sentido de: "poxa, o que aconteceu com ele? por que será que ele está na cadeira de rodas? Tão jovem...o que será que aconteceu com ele? Será que consegue fazer isso, aquilo"? Dá pra sentir quando é um olhar de curiosidade e também dá para perceber quando o olhar é de julgamento. O olhar de julgamento que vem de pessoas religiosas é no sentido de: "Esse aí era uma pessoa que não obedecia aos pais, rebelde, que fumava, algum bandido, uma pessoa que não prestava e Deus castigou e colocou na cadeira de rodas". Além desse olhar, muitos desses indivíduos já vem com um apelo: "Aceite Jesus que ele vai te salvar e vai te tirar dessa situação". Isso é uma das coisas que me incomoda até hoje, o olhar de julgamento. Pessoas que não sabem nada da sua história já te julga como uma pessoa ruim e ainda coloca Deus como um ser que castiga quando você não faz o que ele quer, é como se não houvesse livre arbítrio, ou você faz o que ele quer, ou ele te castiga até você fazer o que ele quer, e eu não acredito nisso. Por isso, os olhares de julgamento me incomodam tanto.

ENTREVISTADOR: Você falou sobre o processo de escolarização, o ensino médio. Após a conclusão do nível superior, como foi e como você imaginava ingressar no mercado de trabalho? Quais obstáculos?

ENTREVISTADO 1: A principal dificuldade para encontrar emprego foi o local com acessibilidade. Locais com elevadores, banheiro acessível, espaço para locomoção, rampas, etc. Esse foi o primeiro desafio. Nunca cheguei a trabalhar na área, nunca concorri uma vaga para um cargo grande e como eu estava começando e foram

entrevistas que eu ia, nesses cargos mais baixos, onde o currículo apenas não é o diferencial, as empresas por mais que tenha a cota de pessoa com deficiência, sempre vão optar pelos candidatos que tenha a menor deficiência. Me lembro de uma entrevista em que estava eu, outro cadeirante e um rapaz que era cego de um olho só, e na entrevista ele dizia que a deficiência não atrapalhava ele em nada. Não sei quem foi contratado, mas estava claro que ele seria o contratado.

ENTREVISTADOR: Mesmo com a sua qualificação profissional porque você acha que as empresas preferem contratar pessoas menos qualificadas e que comprometa o mínimo possível a estrutura de uma empresa?

ENTREVISTADO 1: Porque para a empresa seria mais viável. Não mudaria a estrutura. No caso que falei, o rapaz é cego só de um olho, não precisaria usar piso tátil, usaria o elevador e banheiro normalmente, qualquer banheiro. É muito difícil encontrar uma empresa que tenha boas possibilidades. Isso não vale somente para pequenas empresas. Quase fui fazer entrevista para a COELBA, não fui nem para a entrevista porque não tinha elevador para me levar para o andar onde seria feita a seleção.

ENTREVISTADOR: A empresa anunciou a vaga e quando você foi fazer a seleção não tinha acessibilidade para você participar da entrevista?

ENTREVISTADO 1: Minha prima que trabalhava lá, ficou sabendo da vaga para PCD e me inscreveu. Me ligaram para saber qual era minha deficiência e quando falei que era cadeirante falaram que não tinha elevador.

ENTREVISTADOR: O que você fez depois? O que você sentiu depois dessa entrevista que não aconteceu por falta de acessibilidade?

ENTREVISTADO 1: Eu pensei: É uma empresa grande, não há muito o que eu possa fazer, então é seguir! Fiquei triste, chateado. Quando acontece esse tipo de coisa é aí que a gente sente o peso de ser cadeirante. Nunca trabalhei na área até por conta disso. Sempre gostei da área de Tecnologia da informação. Além disso, eu só tinha o nível superior mas, não tinha nenhuma experiência, e as empresas querem isso, até mesmo em cargos iniciais. Então, já tinha a questão da deficiência e junto a isso, a

deficiência. Geralmente na minha área, as pessoas começam a trabalhar muito jovem, 19 anos pessoas dessa área de T.i já tem alguma experiência, por conta do acidente eu não consegui fazer nada. Nas entrevistas eu já chegava com duas desvantagens.

ENTREVISTADOR: Exigiam experiência mesmo você sendo PCD?

ENTREVISTADO 1: sim, porque nem todas as vagas que tentei entrar foram exclusivas para PCD e para essas vagas tinha que ter experiência.

ENTREVISTADOR: Relate um pouco de suas vivências. Você já trabalhou como empregado? Me conte sua experiência?

ENTREVISTADO 1: Atualmente trabalho com dois amigos de infância. Não sou sócio deles, mas também não sou apenas funcionário. Toda reunião que acontece eu participo.

ENTREVISTADOR: Esse trabalho é carteira assinada?

ENTREVISTADO 1: Não. Ainda não. Como a empresa é nova, tem poucos anos e ainda não tem condições de assinar a carteira de ninguém. Dividimos o curso online. Tem o professor de cavaquinho; Eduardo; Murilo cuida do Marketing digital. Só tinha eles dois e depois eu entrei, mas entrei apenas para ajudar, na amizade, ajudar com edição de vídeo, etc. Eu ganho por produção, quando tem evento, lançamento, vídeo para editar, quando tem orçamento eu recebo, quando não tem, não recebo. Estou sempre na empresa, e sempre quando tem uma decisão para tomar eu também participo.

ENTREVISTADOR: Considerando sua atual situação, quais são suas perspectivas futuras para a sua atuação no mercado de trabalho?

ENTREVISTADO 1: Eu não penso em entrar mais no mercado de trabalho. Já estou com trinta anos, meu currículo não tem experiência comprovada, a idade e o fato de ser deficiente. Quero viver a vida de forma autônoma. Mas já me acho velho para iniciar no mercado de trabalho, é mais difícil. Minha pretensão é continuar com meus

amigos, temos muitos planos para a empresa, continuar tocando a empresa com eles, temos muitos planos para a empresa já que tem potencial, quando melhorar a situação e me tornar um funcionário, e também viver de renda. Minha família tem algumas casas e alugamos essas casas, e a ideia é viver do dinheiro dos aluguéis das casas. Quero investir em mim mesmo, nas minhas coisas, para não ser empregado de ninguém.

Se vier uma oportunidade, aceito. Por conta das casas que alugamos e precisam de reforma, quitar algumas dívidas que meu pai deixou, meu pai já faleceu faz cinco anos e ainda estamos pagando dívida que ele deixou. Então, realmente a intenção é trabalhar para conseguir reformar essas casas, e com essas casas tirar um dinheiro para mim, minha mãe, meu irmão.

ENTREVISTADOR: Você recebe benefício?

ENTREVISTADO 1: Não. Minha mãe nunca quis que eu recebesse benefício porque ela achava que se eu fosse receber benefício não iria querer fazer concurso público e que eu não poderia fazer nenhum concurso e naquela época eu tinha 16 anos, ela resolvia tudo, e o tempo foi passando[...]. Graças a Deus, não tínhamos necessidade de receber esse dinheiro

, por mais que fosse ajudar, sem ele não fazia falta. Minha mãe trabalhava, tinha o dinheiro de meu pai, o salário de minha mãe, com o dinheiro que meu pai tinha dava pra a gente se alimentar bem, ter roupa, estudar em colégio particular.

ENTREVISTADOR: Seu pai deixou a pensão?

ENTREVISTADO 1: Não. Pelo contrário, ele deixou dívidas. Mas ele deixou os imóveis. Ele não contribuía com o INSS, nunca contribuiu. Ele deixou os imóveis e com o dinheiro dos imóveis dava para vivermos bem. Mas temos que pagar essas dívidas, meu pai não pagava IPTU, quatorze anos sem pagar IPTU, então vamos pagar as dívidas e só aí vamos lucrar.

ENTREVISTADOR: Sabemos a importância da qualificação profissional para o mercado de trabalho. Comente sobre seu processo de qualificação e sua perspectiva

para o futuro. E por fim, o que você acha que meu produto educacional, o curso de auxiliar administrativo de curta duração, para impulsionar a pessoa com deficiência a fazer este curso?

ENTREVISTADO 1: Acho super importante a qualificação porque a chance de ser contratada vai aumentando, pois as vezes a pessoa não tem nenhuma experiência, nenhum curso adicional isso também me prejudicou bastante, por isso eu escolhi fazer o curso de auxiliar administrativo com você, pois percebi a importância de ter qualificação no meu currículo, vai fazer diferença e a concorrência não vai dificultar tanto, porque estaria todo mundo no mesmo barco, mas com a qualificação iria ajudar.

ENTREVISTADOR: Você recebe incentivo da sua família e amigos para continuar se qualificando, ou isso veio de você?

ENTREVISTADO 1: De tudo! Da minha vontade, da minha família e dos meus amigos. Acho que família tem obrigação de apoiar, porque família é família, mas amigo não tem obrigação de apoiar, amigo é amigo. Então, qualquer área, qualquer objetivo, eles sempre estão ali me apoiando, o mesmo acontece com a minha família. De todas as partes eu tenho incentivo, de nenhuma das partes nunca tive pessoas que me limitavam, tipo: “se acomode aí, pegue seu benefício”. Nunca teve isso, pelo contrário, sempre incentivaram a me qualificar, estudar, etc. O incentivo vinha de mim, mas também de familiares e amigos, as amigas que estavam comigo sempre me incentivaram em tudo, tive muito apoio. Jamais quiseram que me acomodasse por ter deficiência, recebesse apenas benefício, porém sempre quiseram que fosse além.

ENTREVISTADOR: Você considera que sofreu capacitismo por ser cadeirante?

ENTREVISTADO 1: Não.

ENTREVISTADOR: Você acha importante um curso de auxiliar administrativo de curta duração para pessoas com deficiência física, para possibilitar a entrada no mercado de trabalho?

ENTREVISTADO 1: Acho extremamente importante porque essa é uma área em que

a condição física não é um fator muito relevante e sim a capacidade mental e intelectual da pessoa. Com um curso desse, a pessoa com deficiência fica apta a concorrer a uma vaga que não seja apenas para PCD e sim para qualquer vaga. A chance vai está lá, o indivíduo não vai ser penalizado porque é cadeirante, mas levando em consideração a condição física não impacta em nada em concorrer com outras pessoas. Então, é uma área muito ampla que pode atuar em vários setores. Acho extremamente importante, porque além de qualificar a pessoa com deficiência para o mercado de trabalho essa interação da pessoa com deficiência com outras.

ENTREVISTADOR: Menos de 1% das vagas de PCD são ocupadas, comente sobre.

ENTREVISTADO 1: O problema não é porque o PCD não está trabalhando, é que menos de 1% das vagas estão preenchidas, o problema ainda é das empresas, da estrutura das empresas. Muitas empresas, principalmente as pequenas, não são aptas ainda para receber pessoas com deficiência.

ENTREVISTADOR: Existe lei para as empresas referente às vagas para PCD. O que você acha sobre isso?

ENTREVISTADO 1: A adesão é pouca. um exemplo é a coelba.

ENTREVISTADOR: Quando você foi fazer a entrevista na coelba e não tinha como acessar ao andar, você não assumiria o papel de fiscalizador e denunciar a empresa?

ENTREVISTADO 1: Eu nunca fiz isso. Eu não sei como faria isso, eu sou uma pessoa muito pacífica, não gosto de ficar me estressando, esquentando minha cabeça, eu sempre deixei tudo muito pra lá, mas entendo que é importante que a própria pessoa com deficiência denuncie esse tipo de coisa, seja um tipo de fiscal, porém às vezes não adianta, por mais que a gente faça uma denúncia, haja como fiscal, nós não temos o poder de multar e fazer nada contra a empresa. Então é preciso uma fiscalização mais forte vindo das autoridades, muita gente faz denúncia, mas a gente vê que equivale a 1% apenas. Hoje em dia é muito comum as empresas colocarem rampas que teoricamente é mais seguro do que escadas. certa vez, saí com meus amigos em algum lugar que tem rampa a gente desce pelas escadas ou pelo passeio pois é muito

mais seguro, algumas rampas parecem até “montanha russa, uma montanha que tem que escalar”, sendo que também tem leis que regem para fazer essas rampas e o ângulo é o mais importante. Fazem as rampas sem as medidas adequadas, não é funcional. Já passei por diversas situações com meus amigos, por vezes tem uma rampa boa que dá pra usar, mas a gente nem enxerga mais, a gente desce pela escada, pelo passeio. Eu e meus amigos subimos e descemos escadas sem precisar da rampa, subindo e descendo, tudo isso mediante a tantas situações que passamos por não ter rampa nas normas certas, isso é muito comum. Muitas vezes colocam uma adaptação, não tem funcionalidade nenhuma, só para maquiar quando chegar a fiscalização e ter como se justificar.

ENTREVISTADOR: Em toda a entrevista o ponto forte que você trouxe foi a falta de acessibilidade, a estrutura e banheiros acessíveis. Comente um pouco sobre.

ENTREVISTADO 1: Quanto aos banheiros eu até entendo quando chego em um local e o banheiro está trancado. Às vezes até prefiro. É que a galera também não respeita o banheiro, porque se deixar o banheiro aberto muitas pessoas que não precisam usar, vão usar, então ou vai estar ocupado ou muito sujo. Ter que ficar correndo de quem está com a chave é isso é horrível, já que vai ficar trancado deveria ter alguém próximo com a chave. Por exemplo, a minha lesão que foi medular, eu não tenho controle da bexiga, eu tenho horário para fazer o procedimento que é o cateterismo e não consigo segurar, tenho que ir no banheiro rápido para já iniciar o procedimento, mas ficar correndo atrás de um atrás de outro é capaz de eu não segurar e me urinar todo como já aconteceu muitas vezes comigo. Já aconteceu muito de eu ir ao banheiro exclusivo, aquele mais largo e a porta não fechar, não ter as medidas certas, mas o banheiro está lá, sabe!? fazer com que o cadeirante dobre a cadeira toda para caber. Precisa melhorar bastante, não apenas para ingressar no mercado de trabalho, mas, para sair mais, que respeite mais, melhorar a autoestima e realmente melhorar a acessibilidade nos locais.

ENTREVISTA 2

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre sua história de vida. Como foi a sua infância?

ENTREVISTADO: Meu nome é Yuri de Araújo Bonfim Ribeiro , tenho 23 anos ,nasci com uma deficiência chamada Artrogripose múltipla congênita, que é atrofiação dos membros inferiores. Quando minha mãe me teve, os médicos não descobriram de imediato, apenas quando me retiram da barriga mesmo, só que teve todo aquele processo de tratamento, e minha mãe só veio me ver depois de cinco dias por conta desse tratamento. Foi uma situação muito difícil e complicada, mas eu tive o apoio da minha família e dos meus amigos e tenho esse acolhimento até hoje. Entrei na escola com 4 anos por conta do tratamento. Quando completei um ano, entrei num processo de reabilitação no Hospital SARAH, tive todo um processo de tratamento, eu fazia fisioterapia todos os dias, colocar gesso nas pernas, tirar gesso, foi uma situação muito difícil, mas graças a Deus eu venci essa luta.

ENTREVISTADOR: Como eram as brincadeiras na sua infância? Você era acolhido? Como você lidou com isso?

ENTREVISTADO: Eu entrei no colégio Compasso e fui uma das primeiras pessoas com deficiência a entrar lá e esse processo de adaptação foi muito bom para eles, porque como fui o primeiro, eles tiveram todo o cuidado comigo, participava de todas as brincadeiras, atividades dinâmicas, era muito bom. Quando adquiri a cadeira de rodas, eu tinha 4 anos e aí minha ficha caiu real porque nunca tinha andado em cadeira de rodas, minhas professoras me carregavam, mesmo com os gessos nas pernas e na época eu usava fralda, tinha todo o procedimento de me trocar, etc. Para mim foi muito bom essa relação com a unidade escolar.

ENTREVISTADOR: Quais eram seus sonhos naquela época e quais são seus sonhos hoje?

ENTREVISTADO: Meu sonho naquela época era completar o ensino médio porque futuramente com certeza eu iria precisar, como hoje preciso até hoje completar o nível superior, adquirir minha casa, meu emprego, ter estabilidade e não depender de

ninguém, porque essa é uma luta da pessoa com deficiência, quando falamos de pessoas com deficiência, a maior dificuldade é depender do outro, entende? Porque às vezes a gente precisa do outro, e esse outro nem sempre está disponível 100% para você e depender do outro é um pouco complicado.

Ter estabilidade, emprego, filhos, vou lutar para ter essa independência que eu sempre sonho.

ENTREVISTADOR: Como foi a sua escolarização? Começou a estudar com que idade? Como foi o processo para concluir o ensino médio?

ENTREVISTADO: Minha relação com a escola foi muito boa porque meus professores me acolheram do jeito que eu sou, tiveram todo o cuidado, carinho e proteção comigo, tanto os professores como também meus amigos.

ENTREVISTADOR: Tinha acessibilidade na escola?

ENTREVISTADO: Tinha sim. Tinha rampa de acesso, banheiro adaptado. Como eu era a primeira pessoa com deficiência a entrar no colégio, eu era o único que tinha acesso exclusivo a esse banheiro, eu fui muito acolhido lá no colégio compasso e também no Estanisia sales, que fica no comércio, atrás da linha do trem. Esse processo foi muito bom.

ENTREVISTADOR: Como você fazia para chegar no colégio?

ENTREVISTADO: Eu ia de transporte escolar particular, eles tiveram todo o cuidado de me colocar na lista de alunos para o transporte escolar. Eu era deslocado da cadeira pelo motorista, ele me colocava no banco e chegando na escola já tinha uma cadeira de rodas me esperando, eu deixava uma cadeira lá na escola.

ENTREVISTADOR: Como foi o seu ingresso no mercado de trabalho? Se você já trabalhou, como foi sua experiência? Relate um pouco sobre suas vivências.

ENTREVISTADO: Nunca trabalhei até o momento. Por enquanto eu estou estudando, faço faculdade de administração, mas por enquanto não estou trabalhando ainda.

ENTREVISTADOR: Você já participou de alguma entrevista?

ENTREVISTADO: Já participei, foi no Hospital Municipal de Catu e estou aguardando a resposta da entrevista.

ENTREVISTADOR: Além dessa entrevista, você já participou de outra?

ENTREVISTADO: Até o momento não.

ENTREVISTADOR: Considerando sua atual situação, quais são as suas perspectivas futuras para sua atuação no mercado de trabalho?

ENTREVISTADO: Minha expectativa é ser e me tornar competente para que eu possa ajudar a empresa crescer e evoluir junto.

ENTREVISTADOR: Sabemos a importância da qualificação profissional para o mercado de trabalho. Comente sobre seu processo de qualificação e aponte as perspectivas para os futuros ingressantes.

ENTREVISTADO: Eu costumo dizer que a faculdade é só uma porta de entrada, porque a gente tem que procurar outras formas de aprendizado, eu sempre fui esforçado e busquei outros conhecimentos, fiz um curso mãos que ensinam voltado para pessoas com deficiência, e essa forma de aprendizado contribuiu muito para o currículo. Acho muito importante as pessoas se capacitarem, fazer cursos, palestras, participar de workshops, essa questão de qualificação no trabalho é muito importante. A qualificação ajuda a pessoa a se destacar no mercado de trabalho porque o indivíduo com deficiência pode ocupar diversos cargos no mercado de trabalho, na política, em vários lugares na sociedade, só basta querer e se esforçar para que se realize.

ENTREVISTADOR: Você já sofreu algum capacitismo?

ENTREVISTADO: Sim, já sofri capacitismo. Na escola principalmente, porque sempre

vai ter aquele aluno que vai fazer uma piadinha sem graça, né? Não são todos, mas sempre tem aquele que faz piadinhas sem graça. Quando eu estava na 7ª série, um colega pediu para eu ligar a luz, apertar o interruptor, mas era muito alto e isso eu levei para o coração, porque ele sabia que o interruptor era alto e mesmo assim ele pediu para ligar a luz, então falei com a professora a respeito disso e ela reclamou com ele e levou para a direção, e todos os alunos que estavam ao redor dele riam da minha cara, de imediato fui na direção e reclamei com a diretora e ela chamou ele para conversar, mas os alunos que estavam presentes deram risada da minha cara . Infelizmente, o capacitismo é presente na sociedade.

ENTREVISTADOR: Como você se percebe como PCD físico?

ENTREVISTADO: Me vejo como uma pessoa normal. Sendo pessoa com deficiência, vou para festas, saio com meus amigos, com minha família, sempre dou conselho a meus amigos e eu me enxergo como uma pessoa normal, mas infelizmente nem sempre foi assim porque quando eu era mais novo eu não me aceitava como pessoa com deficiência, mas ao decorrer do tempo, quando entrei na escola tive uma visão diferente do que eu tinha antes, me perguntava: “Porque eu não posso fazer isso? Porque eu não posso fazer aquilo? ”. Quando entrei na escola, me vi totalmente diferente, minha forma de pensar, de agir como pessoa com deficiência. Hoje em dia eu rompi esse obstáculo e pretendo romper ainda mais.

ENTREVISTADOR: Você se sente militante da causa?

ENTREVISTADO: Sinto sim, porque uma pessoa com deficiência, nem todas, mas a maioria não se aceita, e eu não me aceitava, ficava me perguntando porque eu tinha nascido assim, mas graças a minha família e amigos tive outra visão diferente, uma outra perspectiva de mundo.

ENTREVISTADOR: Sua família e amigos foram peças fundamentais nesse processo?

ENTREVISTADO: Sim! Foi e continua sendo.

ENTREVISTADOR: O que você faz para disseminar essas questões de conscientização das pessoas com deficiência?

ENTREVISTADO: uma das coisas que eu faço é administrar uma página nas redes sociais de pessoas com deficiência onde crio conteúdo para esse público, onde falo um pouco da minha vida, sempre estou por lá motivando as pessoas a se aceitarem do jeito de são, porque são poucas pessoas que se aceitam, até chegar a esse estágio de liberdade a pessoa precisa se cicatrizar muito.

ENTREVISTADOR: O que te motivou a criar esta página? Quais foram os gatilhos?

ENTREVISTADO: O gatilho foram os meus amigos. Um dia estava na casa de um deles, e um deles falou: “poxa, porque você não faz uma página no Instagram falando um pouco sobre sua vida já que você é tão comunicativo”!? E então pensei: De fato, porque não criar uma página para motivar pessoas com deficiência? Achei a ideia ótima e no dia seguinte com a ajuda dos amigos, eles decidiram o nome e o slogan da página, o nome é Duas rodas, então comecei a criar meus conteúdos relatando sobre a minha vida e as pessoas que fizeram parte da minha trajetória e vida.

ENTREVISTA 03

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre sua história de vida. Como foi a sua infância?

ENTREVISTADO: Eu já nasci com problema congênito. Durante o sétimo mês de gestação da minha mãe, ela sofreu um acidente, uma queda e isso acabou me afetando. Nasci com problema congênito. Naquela época, ninguém fazia acompanhamento médico durante a gravidez, na roça não tinha acesso a muita coisa, era tudo por lá mesmo, foi então que nasci e com seis meses de vida ainda não equilibrava o pescoço como uma criança normal, comecei a andar com cinco anos de idade, mas sempre com dificuldade, sem muita coordenação motora. Aos quinze anos de idade tive catapora e a partir dessa catapora perdi mais os movimentos, o movimento da perna direita e não tive mais condições de andar. Diante da dificuldade da época, a falta de recurso, falta de informação também, não tinha um tratamento adequado, acabei ficando na cadeira de rodas mesmo.

ENTREVISTADOR: Quais eram seus sonhos naquela época?

ENTREVISTADO: Naquela época não pensava praticamente em nada, eu era adolescente, tinha quinze anos, não entendia nada da vida, não tinha noção do que estava acontecendo. Não cultivei sonhos, com tanta dificuldade[...]

ENTREVISTADOR: você não cultivou sonhos?

ENTREVISTADO: Não, não tive.

ENTREVISTADOR: Você já morava na zona rural nessa época?

ENTREVISTADO: Não. Já morava aqui em Alagoinhas. Vim da zona rural para cá aos sete anos de idade.

ENTREVISTADOR: Como foi a sua escolarização? Começou a estudar com que idade? Como foi o processo para concluir o ensino médio?

ENTREVISTADO: Comecei a estudar aos nove anos de idade, fiz o primário. Por conta da transição de cidade aos sete anos, fiquei um ano sem estudar, quando comecei a estudar de fato, eu já estava para fazer nove anos. Quando tive a catapora, eu já estava no ginásio, na quinta série e então precisei parar os estudos, fiquei de cadeira de rodas, não tinha condições de ir à escola, naquele tempo era tudo mais difícil. Fiz supletivo em 2005 e completei o primeiro grau, estudava em casa e ia no colégio fazer as provas. Em 2011 consegui comprar minha cadeira motorizada e então fui para o colégio e consegui fazer o EJA e concluir o segundo grau através do EJA.

ENTREVISTADOR: Você não quis fazer faculdade? Curso técnico?

ENTREVISTADO: Eu até tentei fazer faculdade, fiz o Enem em 2012 e consegui até nota para um curso, porém a faculdade não formou turma na época e aí não fiz o curso.

ENTREVISTADOR: E hoje, quais são seus sonhos?

ENTREVISTADO: Não sei nem o que falar de sonho, mas hoje tenho expectativa de conseguir algo na vida, mas sonho, está difícil.

ENTREVISTADOR: Como foi seu ingresso no mercado de trabalho? Relate um pouco suas vivências como empregado.

ENTREVISTADO: Eu nunca trabalhei.

ENTREVISTADOR: Já teve vontade de trabalhar? Já houve a tentativa de trabalhar?

ENTREVISTADO: Na verdade, nunca houve essa tentativa de ingressar no mercado de trabalho. Acho que foi acomodação mesmo, isso eu reconheço.

ENTREVISTADOR: Considerando sua atual situação, quais são as suas perspectivas futuras para sua atuação no mercado de trabalho?

ENTREVISTADO: Minha expectativa acredito que seja mais para o lado de empreender, porque com a idade que eu tenho para o mercado de trabalho acredito que seja mais complicado também. Uma oportunidade para o empreendedorismo seria interessante.

ENTREVISTADOR: Você pensa em empreender?

ENTREVISTADO: No momento não, mas não posso deixar de pensar no futuro.

ENTREVISTADOR: Então, você não tem perspectiva no mercado de trabalho?

ENTREVISTADO: No momento não.

ENTREVISTADOR: Sabemos a importância da qualificação profissional para o mercado de trabalho. Comente sobre seu processo de qualificação e aponte as perspectivas para os futuros ingressantes.

ENTREVISTADO: A qualificação profissional em alguma área é fundamental para o mercado de trabalho.

ENTREVISTADOR: Para você fez diferença terminar o ensino médio?

ENTREVISTADO: Sim, fez muita diferença, a gente aprende mais um pouco.

ENTREVISTADOR: Você sente falta de ter tido acesso ou queria ter acesso algum curso que você desejava? Qual curso você desejou e ou deseja?

ENTREVISTADO: Gostaria de ter acesso a área de Análise de Sistema.

ENTREVISTADOR: Você já sofreu capacitismo?

ENTREVISTADO: Sim! Isso sempre acontece, as pessoas julgam muito pela aparência, veem uma pessoa na cadeira de rodas julgam a capacidade do outro.

ENTREVISTADOR: Você acha que isso dificulta a pessoa com deficiência física

acessar o mercado de trabalho por conta do julgamento das pessoas em não acreditarem que o indivíduo não tem capacidade de exercer determinada função?

ENTREVISTADO: Dificulta sim, com certeza! É como se a pessoa tivesse que se superar a cada dia para provar a sua capacidade.

ENTREVISTADOR: Como você se percebe como PCD físico, no contexto social, em família, etc.?

ENTREVISTADO: Me percebo sempre tentando ser alguém normal, mas a maneira como nós, deficientes físicos somos vistos pelas pessoas acaba que a gente se percebe menos. Por conta do preconceito alheio me percebo inferior as demais pessoas, porque o tratamento é diferente.

ENTREVISTADOR: Então você se percebe inferior as outras pessoas?

ENTREVISTADO: É porque as pessoas sempre tratam de maneira diferente, não tratam como uma pessoa normal, entende? As pessoas demonstram um cuidado excessivo, um certo excesso de zelo.

ENTREVISTADOR: Isso por parte dos amigos, da família, ou de alguém que você nunca viu na rua?

ENTREVISTADO: Praticamente de todos.

ENTREVISTADOR: E como você se coloca, quando alguém vem com todo esse cuidado excessivo?

ENTREVISTADO: Eu ando de cadeira motorizada, e as vezes paro em algum local e as pessoas já chegam perguntando se quero ajuda. As pessoas já olham como se a gente sempre precisasse de ajuda de alguma forma.

ENTREVISTADOR: Isso te incomoda?

ENTREVISTADO: Incomoda um pouco. Apesar de estar acostumado e habituado com isso, mas incomoda.

ENTREVISTADOR: Quando você vai ao banco, você faz tudo? Acontece abordagem por meio das pessoas oferecendo ajuda?

ENTREVISTADO: Quase não vou ao banco, não vou com muita frequência, só quando há de fato necessidade.

ENTREVISTADOR: Você costuma ir ao supermercado? Feira?

ENTREVISTADO: Sim, geralmente eu vou, faço mercado, mas há necessidade peço ajuda, para pegar um produto no alto por exemplo, mas ao mercado eu vou.

ENTREVISTA 4

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre sua história de vida. Como foi a sua infância?

ENTREVISTADO: A minha infância foi com meus pais me levando para a fisioterapia, porque eu não andava, não engatinhava, então meus pais me levavam para a fisioterapia para melhorar o físico, com o tempo eu fui melhorando e ganhando equilíbrio. Minha mãe me carregava.

ENTREVISTADOR: Sua mãe te carregava?

ENTREVISTADO: Sim, carregava. Eu tinha entre oito e nove anos. Depois ela não aguentou mais e eu tive que fazer fisioterapia. Eu fui para uma escola especial.

ENTREVISTADOR: Nesse período de oito a nove anos, você brincava com os colegas?

ENTREVISTADO: Eu não brincava muito.

ENTREVISTADOR: Com quantos anos você começou a frequentar a escola?

ENTREVISTADO: Entre quinze e quatorze anos, mas foi na escola especial. A princípio foi minha mãe que me matriculou na José Carvalho e a escola negou a matrícula por eu ser deficiente, eu tinha cinco anos. Quando tinha quatorze anos, houve uma reunião de mães e me colocaram numa escola especial. Como estava na escola especial eu tinha um desenvolvimento muito maior do que os outros alunos. Eu concluí o curso na Fundação e agora enquanto adulto, fiz faculdade e agora estou trabalhando há três anos.

ENTREVISTADOR: Quais eram seus sonhos naquela época?

ENTREVISTADO: Meu maior sonho era estudar, porque eu via meu irmão que ia e eu não ia, então eu queria ir para o colégio assim como os outros. Eu queria ter as oportunidades que meu irmão tinha.

ENTREVISTADOR: você tem nível superior?

ENTREVISTADO: Sim. Fiz uma faculdade à distância. O curso que fiz foi de dois anos e meio, análise de sistemas. Como é uma área de tecnologia, eu queria aprender mais para desenvolver programas.

ENTREVISTADOR: Como foi o seu ingresso no mercado de trabalho?

ENTREVISTADO: Nessa época eu já estava estudando, ajeitei o currículo, meu pai levou e eu consegui uma vaga na SERBASA.

ENTREVISTADOR: Foi seu primeiro emprego?

ENTREVISTADO: Sim, foi meu primeiro emprego.

ENTREVISTADOR: Você começou a trabalhar com quantos anos?

ENTREVISTADO: com trinta e três anos.

ENTREVISTADOR: Comente um pouco sobre sua experiência como empregado. Você gosta da empresa, se sente confortável, tem acessibilidade? Você sente que vai conseguir avançar para um cargo maior?

ENTREVISTADO: No início foi um pouco diferente de como eu imaginei, eu ia até lá uma vez por mês e recebia pelos trinta dias, outros dias fazia tudo de casa. Eu fui muito bem acolhido lá.

ENTREVISTADOR: Atualmente você vai quantas vezes por semana lá?

ENTREVISTADO: Eu vou duas vezes por semana. Como eu tenho que ir para a fisioterapia ele me liberam, mas o trabalho é uma coisa que realmente eu desejava, mas eu gostaria de fazer mais coisas e sinto que às vezes eles não me propõem a desenvolver mais o meu desempenho.

ENTREVISTADOR: Você tem alguma situação que te marcou no trabalho?

ENTREVISTADO: Teve um que eu fiquei bem satisfeito com o resultado, eu consegui gravar o nome dos equipamentos e depois decifrar o código de cada máquina e eles conseguiram ver todos os bugs que as máquinas tinham.

ENTREVISTADOR: Considerando sua situação atual, quais são suas perspectivas futuras para a sua atuação no mercado de trabalho? Onde você pretende chegar?

ENTREVISTADO: Quero fazer mais cursos para desenvolver cada dia mais meu conhecimento e somar na empresa e também quero mais dinheiro.

ENTREVISTADOR: Na empresa onde você trabalha tem um setor de Ti, você faz parte dessa equipe?

ENTREVISTADO: Eu faço parte do setor de ti.

ENTREVISTADOR: Sabemos a importância da qualificação profissional para o mercado de trabalho. Comente sobre seu processo de qualificação e aponte as perspectivas para os futuros ingressantes.

ENTREVISTADO: A princípio eu ia para a escola e levava máquina de escrever. A guerra era para comprar um notebook e meu pai tinha uma máquina de escrever, porque antigamente quem tinha uma máquina era o “bambambã”, minha mãe já tinha a máquina. Os colegas copiavam os exercícios e eu colocava o papel e começava a digitar na máquina de datilografar. Para fazer uma prova eu levava mais de quatro horas, enquanto os outros levavam uma hora para fazer.

ENTREVISTADOR: Qual a contribuição do papel da sua família e a importância no seu processo de escolarização da sua carreira profissional? Como foi o processo?

ENTREVISTADO: Foi fundamental. O apoio familiar para eu ir para a escola me ajudou a desenvolver, se eu não tivesse o apoio familiar seria mais difícil ainda.

ENTREVISTADOR: Como você se percebe como PCD físico? Como você se enxerga como Cidadão PCD do município de Pojuca?

ENTREVISTADO: Eu me percebo como PCD militante e procuro me engajar na causa das pessoas com deficiência. Aqui em Pojuca, falta muita acessibilidade, é muito pouco ao nível que deveria ser. Atualmente, tem uma avenida de quase dois Km e está faltando várias coisas, inclusive rampas que não tem quase nenhuma. Com isso, quero me engajar ainda mais na causa porque não é só eu que necessito, pessoas que também necessitam de acessibilidade e está faltando em nosso município. Eu procuro divulgar o que está errado, o que está faltando melhorar para ajudar a melhorar a vida de todos. A gente ainda precisa avançar e muito ainda nessa questão de trabalho e qualificação, porque o apoio que deveria ter é muito pouco.

ENTREVISTADOR: Quais as suas habilidades além do trabalho?

ENTREVISTADO: Eu escrevo poesias, pinto, dirijo, sou um pouco carpinteiro

ENTREVISTA 5

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre sua história de vida. Como foi a sua infância?

ENTREVISTADO: Tive uma vida escolar boa, uma excelente escolarização, que é o mais importante, a base. Meus pais são comerciantes de calçados, minha infância foi tranquila, jogava muita bola, brincava com meu irmão que tinha mais ou menos a minha idade, brincávamos e brigávamos mais do que tudo.

ENTREVISTADOR: Quais eram seus sonhos?

ENTREVISTADO: Meu sonho sempre foi ser jogador de futebol, é um sonho que quase todo brasileiro tem. Eu também sempre gostei do empreendedorismo, desde criança eu já fazia isso.

ENTREVISTADOR: Você tinha muitos amigos?

ENTREVISTADO: Sim, sempre fui uma criança com muitos amigos, muitos tios, mais de vinte tios, então tinha muitos primos tudo da mesma faixa etária de idade, era muito bom.

ENTREVISTADOR: Como era na escola? Você era aluno regular?

ENTREVISTADO: Eu sempre fui brigão, mas sempre fui aluno de notas boas. Eu era aquele aluno de confusão que já foi expulso da escola, mas que sempre mantinha notas boas, sempre tive notas boas.

ENTREVISTADOR: Como foi seu ingresso no mercado de trabalho?

ENTREVISTADO: Quando ingressei no mercado de trabalho eu já era deficiente. Antes de ter a deficiência eu nunca tinha trabalhado. Até hoje, só trabalhei uma vez que não foi concurso público, as outras experiências foram todas concurso público. Graças a Deus, sempre tive a oportunidade de estudar, nunca tive a necessidade de trabalhar para me sustentar.

ENTREVISTADOR: Você tinha quantos anos quando aconteceu o acidente?

ENTREVISTADO: Vinte e quatro.

ENTREVISTADOR: Qual o curso que você fez?

ENTREVISTADO: Enfermagem e Direito. Em direito eu iniciei sem ser cadeirante e terminei cadeirante, quando terminei enfermagem eu já era cadeirante.

ENTREVISTADOR: Qual foi a sua experiência como empregado efetivo, e os desafios enquanto enfermeiro cadeirante?

ENTREVISTADO: É um desafio por conta da falta de acessibilidade, preconceito, a deficiência traz uma certa dúvida nas pessoas da capacidade do outro pelo fato de ser cadeirante, porque não é comum ainda ver pessoas cadeirantes no trabalho, no dia a dia, às vezes o julgamento por achar que o intelecto de quem é cadeirante é menor do que quem não é, mas ainda falta muito para ter uma real inclusão. Se eu fosse lutar para uma real inclusão lá no meu trabalho eu já teria saído, às vezes tem cursos, palestras no primeiro andar e não tem acessibilidade.

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre sua vivencia no seu trabalho. Pontos positivos e negativos, com paciente e colegas.

ENTREVISTADO: Os colegas têm respeito graças a Deus, entre os colegas não vejo preconceito nenhum, quem demonstra preconceito são os pacientes, às vezes se recusam a fazer algum procedimento comigo, mas encaro de forma normal.

ENTREVISTADOR: É frequente o fato dos pacientes se recusarem a fazer os procedimentos com você?

ENTREVISTADO: Não, não é tão frequente, mas já aconteceu diversas vezes.

ENTREVISTADOR: Como você se sentiu?

ENTREVISTADO: Já estou lá há oito anos, já aconteceu por volta de umas vinte vezes. Levo de forma normal e se não levar de forma normal passamos a ter problemas na vida, porque é algo cultural. Antigamente, a pessoa com deficiência, os nascidos assim, eram mortos. Existem lugares ainda no mundo que pensam que a pessoa com deficiência não pode trabalhar, ainda são mortas, existem lugares em que as pessoas julgam como Castigo de Deus. No Brasil, até hoje tem muito disso. Algo recente, década de 90, o censo IBGE não foi possível contar o número de pessoas com deficiência porque as famílias escondiam, e ainda existem familiares que escondem dos parentes, amigos. Na verdade, precisa de uma real inclusão, que não existe.

ENTREVISTADOR: Você já escreveu um livro. De onde veio essa inspiração?

ENTREVISTADO: Sempre gostei muito de escrita, escrevia muitas piadas quando mais novo, mas como eu não via tanta graça, parei. Depois do acidente um primo me deu a ideia de escrever um livro contando a minha história e na época comecei a escrever. No momento, estou escrevendo um livro novo e percebi muito depois das vendas do meu primeiro livro, que eu trago pessoas com depressão para perto de mim, pessoas que enfrentam a depressão, muita gente, amigos, tive várias namoradas depois do acidente que durante o percurso da relação demonstrava estar com depressão. Acho que as pessoas se perguntavam: poxa! Como é que uma pessoa que sofreu um acidente, ficou cadeirante, perdeu mãe, perdeu irmã, e superou isso? Acho que as pessoas têm um pouco disso –“ vou encostar nele aqui para saber como ele fez para superar tudo isso? Qual o segredo? O meu novo livro traz e fala exatamente sobre isso, apesar de que não existe fórmula pronta, o que acontece comigo não vai servir para outras pessoas, porque não adianta enganar as pessoas, falar que é uma fórmula que todo mundo vai usar aquela fórmula e vai dar certo para todo mundo. Um exemplo é quando a gente gosta de um determinado alimento, daqui a um mês, podemos não gostar mais, na verdade, somos uma mudança constante de ciclo de vida.

ENTREVISTADOR: Ainda falando sobre sua Escolarização na Faculdade De Enfermagem, como era esse período, a acessibilidade, aceitação dos colegas e Professores?

ENTREVISTADO: Quando comecei o curso de enfermagem eu não tinha deficiência, depois que adquiri a deficiência, a universidade não queria me aceitar. Entrei em contato com a universidade e informei que gostaria de continuar a cursar enfermagem, no início eles colocaram dificuldade, mas na época eu tinha uma namorada que trabalhava no Ministério Público, ela fez os trâmites e o Ministério Público entrou em contato com a Universidade e eles me aceitaram de volta, então começou um projeto de acessibilidade lá na universidade. Na UEFS são sete módulos, começaram a colocar acessibilidade em todos os módulos, rampas, etc. A coordenadora do curso colocou dificuldade para a minha volta, disse que não sabia se a universidade estava preparada para me receber. Depois de da entrada no Ministério Público, retornei para a universidade e então fui acolhido, reformou a residência universitária, morei lá mesmo na universidade, a faculdade disponibilizou veículo para me levar nos estágios e começou a construir banheiros acessíveis onde tinha aulas do curso, o módulo 6, por exemplo, construíram banheiro acessível, colocaram rampas atrás dos módulos.

ENTREVISTADOR: você foi o primeiro?

ENTREVISTADO: Do curso de enfermagem acredito que sim, de outros cursos já tinha, mas não como no meu caso que fui barrado no curso de enfermagem.

ENTREVISTADOR: Considerando sua situação atual quais são suas perspectivas futuras para a sua atuação no mercado de trabalho?

ENTREVISTADO: Ingressar na política e negócios. Estamos com uma startup de TELEMEDICINA com alguns amigos. Tem um programa voltado para pessoas com deficiência nessa startup, que é o acompanhamento médico, enfermeiro, psicólogo, especialista em feridas e toda assessoria jurídica, o objetivo é o atendimento integral para pessoas com deficiência.

ENTREVISTADOR: Sabemos a importância da qualificação profissional para o mercado de trabalho. Comente sobre seu processo de qualificação e aponte as perspectivas para os futuros ingressantes.

ENTREVISTADO: Entrei via concurso público como auditor do Planserv e da

Prefeitura de Salvador. Fui auditor do Hospital Dom Pedro em Feira de Santana, não foi concurso, mas consegui a vaga através do cargo de auditor do Planserv. Acredito que as cotas para pessoas com deficiência nos concursos públicos são primordiais para inclusão dessas pessoas, porque é muito difícil conseguir emprego numa empresa privada, a maioria das empresas quando contrata, contrata nível médio apenas para atingir a cota.

ENTREVISTADOR: Você acredita que a lei de cotas ainda precisa ser melhorada?

ENTREVISTADO: Sim! Precisa justamente para isso, para tentar incluir pessoas com deficiência que tenham alguma qualificação, porque quando tem alguma qualificação, o sistema de cotas prioriza apenas as pessoas de nível médio, não pegam nível superior e quando é nível superior são para pessoas sem deficiência.

ENTREVISTADOR: Como você se percebe como PCD físico?

ENTREVISTADO: Eu acho que não faço o que eu poderia fazer para ajudar as pessoas com deficiência. Nunca me coloquei como coitado, sempre fui assim desde o início. Consegui estudar, me formar, trabalhar, moro sozinho, quando aprendi a dirigir adaptei o carro para me virar sozinho e seguir minha vida. Sempre tive essa determinação e graças a Deus estou aqui. Passei um ano trancado no quarto lendo a Bíblia, pedindo a Deus proteção, força e coragem e estou aqui.

ENTREVISTA 6

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre sua história de vida. Como foi a sua infância? Quais eram seus sonhos e como foi a sua escolarização?

ENTREVISTADO: Tenho vinte e oito anos, sou uma criança dos anos 90, nasci em 95. Eu tenho osteogênese imperfeita, doença rara que a cada vinte mil nascimentos a probabilidade é que uma pessoa nasça com osteogênese. Digamos que fui a premiada dentre essa probabilidade, é uma doença conhecida como ossos de vidro e a principal característica dela é a fragilidade óssea, mas minha mãe teve uma gestação comum, típica, sou a segunda filha, somos um casal aqui em casa. Quando nasci, minha mãe trabalhava na CDI e pré-natal, ela trabalhava diariamente com aqueles períodos gestacionais e períodos de primeiro momento da infância. Minha mãe teve gestações de oito meses, tanto eu quanto meu irmão, mas quando eu nasci ela percebeu algo diferente, como alguns reflexos, movimentações e a partir daí começou aquela pulga atrás da orelha dos pais vendo que tinha algo diferente com sua filha, mesmo os médicos, o pediatra dizendo que estava tudo normal, mas ficou buscando, buscando e até então eu tinha um desenvolvimento típico como qualquer outra criança, mas só o movimento eu não me mexia tanto, dormia a maior parte do tempo, não tinha tantos movimentos e nem força muscular, só que aos oito meses minha mãe percebeu o fêmur esquerdo inchado e eu chorando muito, foi quando tive a primeira fratura. A partir daí começou uma busca mais ainda para saber o que eu tinha, fomos ao SARAHEM em Brasília, mas o SARAHEM não conseguiu diagnosticar, fomos a Recife, Fortaleza, Natal e nada, quando completei um ano e 10 meses fecharam o diagnóstico com osteogênese imperfeita, a partir daquele momento é aquele choque, né? Mesmo sabendo que tinha algo diferente, porém, foi quando começaram a direcionar um tratamento em relação ao que eu tinha. É uma doença que não tem cura, genética e eu sou a primeira da família a ter. Fiz tratamentos, cirurgias para melhor qualidade de vida, coloquei astros intramedular nos fêmures, paralelo a isso eu cresci como qualquer outra criança, brincava com meus amigos na rua, com meu irmão que é três anos mais velho do que eu, tivemos uma infância muito ativa, fim de semana íamos para a casa dos avós, para o sítio, mesmo com todos os cuidados, mas minha família sempre teve maior preocupação referente a inclusão, sabia dos cuidados, estava sempre por perto, mas a maior preocupação era justamente de não

me isolar do restante das crianças, principalmente pelas crianças que não tinham essa consciência do que era essa condição de deficiência. Fui crescendo, tendo convívio como qualquer outra criança, participando, indo para o trabalho da minha mãe, do meu pai e sempre estive presente em eventos comemorativos da cidade. A partir dos meus cinco anos, observando meu irmão tendo uma rotina diária e amigos, primos indo para a escola eu disse ao meu pai e a minha mãe o meu desejo, que também queria estar na escola, e quando completei cinco anos eles me matricularam na escola regular e comecei a ir. Teve toda instrução por parte do meu pai e da minha mãe, principalmente da minha mãe porque meu pai sempre trabalhou mais externamente, porém minha mãe conseguia conciliar casa, trabalho e meus cuidados, desde então tive uma vida escolar como qualquer outra criança. Minha mãe sempre ia nos intervalos, me levava para o parquinho, mas mesmo assim estava inserida naquele contexto, estava desenvolvendo muito bem, nunca reprovei de ano, por conta das fraturas cerca de um terço do ano letivo eu tinha aula em casa, porque precisava engessar, recuperar e todos os dias ou uma vez na semana minha mãe comparecia no colégio para pegar as atividades, eu fazia em casa, nunca deixei de ser acompanhada por conta da escola. Quando terminei o ensino médio veio a vontade de fazer vestibular, passei e fui para o ensino superior que eu digo que começou a trilhar outro percurso da minha vida e que foi quando comecei a desenvolver meu lado profissional também, até mesmo do processo de reconhecimento enquanto pessoa com deficiência.

ENTREVISTADOR: Como foi seu ingresso no mercado de trabalho e como foi suas experiências como empregada? Relate um pouco sobre suas vivências.

ENTREVISTADO: Sou formada em serviço social, tenho mestrado em educação, sou apaixonada pelo ensino superior ao qual passei, a instituição, porque digo que lá foi meu divisor de águas e comecei realmente a trilhar uma perspectiva mais individual e profissional. No mercado de trabalho é algo recente, na verdade. Me formei em 2018, conclui o mestrado em 2021, mas somente agora, 27 de março conquistei meu espaço no mercado de trabalho que foi fruto de um departamento que foi criado na Prefeitura de Mossoró e como o secretário é da universidade e por reconhecer todo o trabalho da inclusão da Universidade Estadual Do Rio Grande Do Norte (UERN), pediram uma indicação de pessoa com deficiência, de fato, não apenas para promover a inclusão,

mas para estar atuando nessa área e meu primeiro nome foi lançado porque era uma assistente social com conhecimento técnico, operacional e eu tenho capacitações, formações mais que necessários para estar na coordenação e também por ser uma pessoa com deficiência, principalmente. Hoje estamos com 4 meses de atuação na prefeitura e está sendo um momento de muito aprendizado, é algo novo, desafiador, ainda mais por ser um ambiente político é algo que sabemos que é um tanto caótico alguns pontos e instáveis, mas estamos conseguindo desenvolver fruto de uma formação não apenas profissional, mas humana que aprendi também na universidade, conseguindo construir parcerias, trabalhos, pontes, inclusive com as Mãos que Ensinam que foi de lá, então é diálogo, as pessoas dizem que o diálogo não constrói nada e eu digo: constrói! Dialogando, se unindo, passivamente, de forma construtiva.

ENTREVISTADOR: Logo após a conclusão da sua formação, como foi a sua experiência na procura de trabalho?

ENTREVISTADO: Sim, tentei bastante em alguns processos seletivos quando conclui o mestrado, minha paixão e afinidade pela docência via quanto estava atrelado, enviei diversos currículos para universidades seja EAD, seja presencial busquei muitas oportunidades, até de tutora de disciplinas, mas eu vi como o quanto a deficiência pesava nisso, porque viam muito quando olhavam meu currículo achavam muito bom, entraram em contato e quando eu relatava que era uma pessoa com deficiência diziam que posteriormente entrariam em contato novamente e não entrava e depois recebia no meu e-mail a mensagem que a vaga já tinha sido fechada e muitas vagas a gente encontra de pessoas com poucas qualificações, ensino médio e para nível superior a gente vê poucas vagas sendo ofertadas para pessoas com deficiência, em meu caso foi buscando ativamente trabalho mais de um ano e meio.

ENTREVISTADOR: Você sentiu que isso foi capacitismo?

ENTREVISTADO: sim.

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre suas vivências nesses quatro meses.

ENTREVISTADO: Eu sempre ouço, inclusive lá, as pessoas dizerem: “é a primeira vez que uma pessoa com deficiência assume um cargo desse”. Fico feliz e triste, primeiro

fico feliz pela oportunidade de algo novo, começar uma nova perspectiva, mas triste às vezes no sentido de justamente a gente nunca ter tido este espaço, a oportunidade, mas nesses quatro meses a gente vem construindo principalmente com paradigmas do capacitismo das pessoas com deficiência, somos capazes, temos nossa formação técnica, operacional, nós estamos construindo diálogos, principalmente nas secretarias na qual tem alguns embates no sentido de achar que a gente vai querer algo ou mudar, digamos, exigir algumas coisas, mas, na verdade, a gente quer educar, educar no sentido de que a pessoa vem antes de qualquer outra coisa, a deficiência é apenas uma característica a mais ou não, então a gente vai mostrando, sensibilizando que o indivíduo com deficiência tem um direito, às vezes muitas são conhecidas como pessoas que gostam de briga, mas é porque é um contexto que a gente sabe que infelizmente as coisas vão acontecendo somente no processo já bem desgastado, muitos não, as vezes não tem nem acessibilidade de chegar a determinados serviços, por muitas vezes as pessoas têm essas visões distorcidas, acredito que com a minha participação lá estão começando a mudar essa visão sobre nós, pessoas com deficiência.

ENTREVISTADOR: Considerando sua situação atual, quais são suas perspectivas futuras para a sua atuação no mercado de trabalho?

ENTREVISTADO: Tudo isso que estou vivendo atualmente é estágio muito grande, estou trabalhando, mas quero voltar para o ambiente que sei que vou conseguir contribuir mais, que é na educação, eu me sinto muito à vontade e preparada para atuar. Meu próximo anseio é estar construindo essa perspectiva educacional, seja ela superior ou ensino básico, quero ir para educação, é um sonho, um projeto.

ENTREVISTADOR: Sabemos a importância da qualificação profissional para o mercado de trabalho. Comente sobre seu processo de qualificação e aponte as perspectivas para os futuros ingressantes.

ENTREVISTADO: O processo de qualificação do ensino superior foi na Universidade Estadual, me graduei no período regular de quatro anos. Diante disso, tive a oportunidade de estar sempre alinhada com o departamento de inclusão; DAIN que é direcionado pela Professora Ana Lúcia Aguiar, uma grande referência na causa da

pessoa com deficiência, pesquisadora, estimuladora demais e durante meus anos de graduação, foram quatro anos como bolsista de projeto de pesquisa, três de iniciação científica e uma de tecnológica, esses projetos me alicerçaram muito para estar nesse ambiente de pesquisa, da pós graduação, principalmente da causa dos direitos humanos da pessoa com deficiência. Nesse meio científico foi portas abertas curricularmente falando para o ingresso na pós-graduação, no mestrado, o currículo já estava bem alimentado, já estava bem preparada, estava naquela rotina, naquele ritmo de produção.

ENTREVISTADOR: Quais foram os projetos que você fez durante a graduação?

ENTREVISTADO: O primeiro foi, rodas de conversa em cadeira de rodas, era contando a trajetória, a metodologia, a gente sempre usava a autobiografia, Gilsseau uma grande pesquisadora da causa, autora muito referenciada e ela traz muito a questão do sujeito participar, de ser autêntico, o próprio autor ser o sujeito da pesquisa também, então começamos nessa perspectiva autobiográfica desde o primeiro projeto que foram as rodas de conversa e fizemos um trabalho de dez momentos da minha vida, fiz a separação categorizei, fizemos cada uma em torno de uma hora, uma hora e meia de narrativas de pessoas que compunha aqueles processos comigo na infância, adolescência até o ensino superior. Entrevistei, familiares, professores, diretora de escola, vários profissionais que me acompanharam durante esses dez momentos. No segundo, nós fizemos a ressignificação da visão do professor com a pessoa com deficiência, foi focado na parte docente do meu curso, buscando saber como foi o preparo, se teve algum instrumento, como foi o processo de capacitação, o processo de capacitação em estar com a diversidade em sala de aula, foi mais voltados para os docentes, descobrimos que o resultado foi que aqueles que passavam por capacitação, educação continuada, o trabalho era bem mais desenvolvido, estava bem mais preparados e conseguiam, de fato, corresponder aquelas demandas não somente pessoas com deficiência, mas a diversidade em geral, conseguia ter o melhor convívio e desempenho dos alunos, realmente foi bem importante essa pesquisa. Inclusive, esses quatro anos de pesquisa sempre nossas pesquisas estavam entre as cinco melhores da universidade e tiveram dois anos que concorremos ao primeiro lugar, houve um ano em que inclusive a quarta, na época eu estava passando por um processo bem complicado, perdi minha mãe e fomos eleitas a melhor do nacional, só

que eu não pude viajar porque estava no processo de luto, então não passamos as etapas. A terceira pesquisa foi sobre inovação tecnológica, tecnologias assistivas, buscamos dados de alunos com deficiências visuais, auditivas e físicas, quase tecnologia assistiva estava sendo utilizado para o melhor acompanhamento da graduação. Fizemos uma pesquisa com cinco estudantes e elencamos algumas tecnologias que subsidiavam a permanência daquele estudante. A quarta e última pesquisa, fizemos sobre as narrativas de ascensão social de um estudante com deficiência do ensino básico até o superior, as formas de ascensão social que a estudante teve para ascender socialmente, foi comigo e mais dois alunos, foi desse projeto que eu comprei um pouco o meu projeto de pesquisa do mestrado que foi falando sobre estratégias e métodos para ascensão social de um estudante com deficiência no ensino superior. É como se fosse uma trajetória de construção de trabalhos que resultou no meu projeto de pesquisa.

ENTREVISTADOR: como você se percebe como uma pessoa com deficiência física?

ENTREVISTADO: Hoje eu vejo como algo realmente desmistificado, encaro como uma característica. Eu sempre me aceitei, mas nunca me enxergava, sabia que eu tinha algo diferente, minhas condições eram diferentes, mas nunca conseguia me ver e me perceber dessa forma, foi fruto dos estudos da legislação e da própria formação que percebi que eu era como qualquer outra pessoa. Por isso, o ambiente educacional para mim, é tão importante, pude ressignificar minha visão sobre eu mesma, contribuiu bastante para me ver com outros olhares. Hoje, me vejo como qualquer outra pessoa, a questão da deficiência, de fato não é algo que, por exemplo, o deficiente sou eu, mas os espaços que às vezes não estão adequados, a própria LBI traz isso, dessa nova visão do ambiente, não o sujeito, mas hoje vejo que a minha deficiência é algo meu, vejo que é forma de se expressar diferente também, mas que não me limita em nada na minha vida, família, dos meus projetos e dos meus sonhos.

ENTREVISTA 7

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre sua história de vida. Como foi a sua infância?

ENTREVISTADO: Foi uma infância natural. Brinquei muito com o que eu podia. Na infância, eu mesmo construía meus brinquedos porque nossa família tinha poucas condições. Brincava com o que podia e quando fui crescendo fazia meus carrinhos de madeira e eu brincava.

ENTREVISTADOR: Quais eram seus sonhos?

ENTREVISTADO: Quando criança eu sonhava em trabalhar numa empresa, sonho de criança, queria trabalhar em banco, só que eu fui crescendo e a profissão do meu pai é barbeiro então, meu pai começou a me levar para a barbearia e comecei a trabalhar com cabelo também, passei a cortar cabelo. Quando completei dezesseis anos saí da barbearia e fui trabalhar em um salão em Catu por conta própria, trabalhei em dois salões em Catu, salão Homem e o salão Marisa Cabeleireira, próximo ao banco do Brasil, no centro.

ENTREVISTADOR: Você ainda corta cabelos?

ENTREVISTADO: Eu consigo cortar, mas não exerço mais para trabalhar por causa da dificuldade e da deficiência que eu tenho, hoje não atuo mais, porém consigo cortar.

ENTREVISTADOR: Como foi a sua escolarização? Começou a estudar com que idade? Como foi o processo para concluir o ensino médio?

ENTREVISTADO: Estudei até a 5ª série, às vezes chegava do trabalho muito cansado e acabei desistindo de estudar por conta do trabalho aqui em Alagoinhas, e quando cheguei em Catu eu até tentei retornar aos estudos à noite no colégio Pedro Ribeiro que fica na Rua Nova, só que muitas vezes eu chegava muito tarde e cansado do salão e lá no Pedro Ribeiro eu estava fazendo duas séries, porque como parei na 5ª eu estava fazendo a 5ª e a 6ª série juntas e acabei parando também, então eu não

estudei. Hoje, eu estou tentando voltar aos estudos para tentar correr atrás do prejuízo, mas estou tendo uma certa dificuldade.

ENTREVISTADOR: Você tinha quantos anos quando desistiu?

ENTREVISTADO: Dezesesseis anos.

ENTREVISTADOR: Hoje você estaria em que série?

ENTREVISTADO: Continuo na 5ª série do fundamental, porque tive que parar no meio do caminho, então não concluí, continuo no fundamental.

ENTREVISTADOR: Como foi o seu ingresso no mercado de trabalho? Como foi sua experiência? Relate um pouco sobre suas vivências.

ENTREVISTADO: Antes do acidente eu sempre tive uma boa convivência com todo mundo no trabalho, nunca tive dificuldade nenhuma para interagir com as pessoas, com o dono do salão, porque, na verdade, eu não trabalhava de carteira assinada, era avulso, o salão não era meu, eu trabalhava lá e ganhava uma porcentagem, mas era muito bom, sempre tive uma boa comunicação com as pessoas do salão e os clientes.

ENTREVISTADOR: Seu primeiro trabalho foi o salão?

ENTREVISTADO: Isso, foi no salão.

ENTREVISTADOR: Depois da experiência no salão, você teve algum trabalho de carteira assinada?

ENTREVISTADO: Não, nunca trabalhei de carteira assinada, sempre foi de forma autônoma.

ENTREVISTADOR: Relate um pouco como foi o acidente. Comente suas vivências de trabalho depois do acidente.

ENTREVISTADO: Na verdade, meu acidente foi um incidente. 24 de outubro de 2008 eu estava saindo da adolescência, já tinha dezenove anos e por questão de influência, deixando bem claro ninguém me obrigou a nada, foi questão de influência de amizade ruim mesmo, acabei me envolvendo com coisas que não devia e acabei levando uma facada no pescoço e acabou me deixando paralisado, fiquei internado três meses entre a vida e a morte no HGE-Hospital Geral Do Estado, levei a facada na sexta-feira a noite e fui transferido para o HGE no sábado com a faca ainda cravada no pescoço. Fui transferido de helicóptero para a UTI, senão já era. Após isso, paralisei todos os movimentos, depois de algumas sessões de fisioterapia que fui recuperando alguns movimentos e então me vi sem poder trabalhar, principalmente como barbeiro, como eu sempre fui uma pessoa ativa, sempre gostei de estar fazendo alguma coisa, sempre gostei de arte, desenho, essas coisas. Comecei a pesquisar vídeos no YouTube em busca de algo que me interessasse para poder estar trabalhando, então encontrei alguns vídeos de corel Draw, programa de design gráfico, illustration, photoshop, fiquei assistindo, até que baixei os programas e fui conhecendo, criando algumas artes, primeiro trabalho que fiz, foi um cartão de visitas, me cadastrei numa gráfica, mas para a gráfica é bem difícil de fazer o cadastro, fazem algumas perguntas dentro do próprio site, tem que acertar todas as perguntas, em caso de não acertar todas ou 90% o cadastro não é aceito, depois ligam. Eu consegui responder tudo certinho e o cadastro e fiz meu primeiro trabalho que foi o cartão de visita, como foi o primeiro, os nomes atrás ficaram muito pequenos e tive que fazer outra remessa para poder acertar, porque primeiro tinha que fazer para mim, para ver se saia tudo normal e depois poder divulgar para os clientes, aí deu certo. A cada dia vou tentando melhorar a qualidade do serviço, graças a Deus.

ENTREVISTADOR: Onde foi sua reabilitação?

ENTREVISTADO: No Hospital Sarah. Lá foi o local onde abriu a minha mente em relação a tudo referente aquele momento que estava vivendo porque em casa depois do período que eu tive alta eu achava que não poderia fazer mais nada por um período, como por exemplo, sair. Até os dezenove anos eu tinha uma vida comum, saía, jogava bola, andava de moto, subia e descia, mas depois que fui para a reabilitação no Sarah ,que eu vi pessoas ali em situação melhor e algumas também pior do que eu lutando para sobreviver eu comecei abrir minha visão fazendo a reabilitação física e

motora, tive alguns cursos e oficinas de arte e fotografia lá dentro do Sarah e foi muito bom, um start, e daí percebi que eu conseguia ainda fazer alguma coisa, depois disso que comecei a abrir minha visão e pesquisar coisas para fazer alguma atividade.

ENTREVISTADOR: Considerando sua atual situação, quais são as suas perspectivas futuras para sua atuação no mercado de trabalho?

ENTREVISTADO: Caso eu ache uma oportunidade de emprego boa, com um salário viável para mim, eu quero trabalhar em alguma empresa, mas meu pensamento é montar minha empresa e fluir meu negócio.

ENTREVISTADOR: Sabemos a importância da qualificação profissional para o mercado de trabalho. Comente sobre seu processo de qualificação e aponte as perspectivas para os futuros ingressantes.

ENTREVISTADO: Eu estou fazendo o 4º curso já, mas para mim é um dos primeiros e o melhor que tem, está me trazendo conhecimento e agregando bastante que é o Mãos que ensinam, inclusive esse que eu estou fazendo agora que achei que não iria gostar, o de auxiliar de Rh, e estou gostando bastante, estou bem empenhado nesse curso. Agrega muito o conhecimento e a qualificação também, porque tem certificado e conta muito, apesar que por não ter concluído os estudos, ainda tenho um pouco de dificuldade, por mais que eu tenha experiência nos cursos de design gráfico, se alguma empresa quiser me contratar vai pedir experiência em carteira, coisa que eu não tenho ou formação. Tem pessoas que fazem curso de informática, por exemplo, como muitos me procuram para fazer algum tipo de serviço, falam que já fez curso até avançado, mas não sabem de nada do que faço, porque a experiência mesmo é a prática. Não adianta a pessoa tomar um curso hoje e passar um ano sem mexer no computador.

ENTREVISTADOR: O curso Mãos que ensinam agregou na sua vida?

ENTREVISTADO: Sim, muito! A troca de experiência, agora com a modalidade online, pessoas de outros estados com outras experiências também, a gente pode estar ali conversando, é uma aula bem explicativa, eu gosto muito.

ENTREVISTADOR: Depois do acidente você tentou frequentar alguma escola regular?

ENTREVISTADO: Eu tentei agora recente, fiz cadastro na CPA digital e encaminhei meu histórico escolar e não sei por qual motivo foi indeferido duas vezes, me matriculei aqui no CMA para fazer o EJA à noite, me matriculei, peguei a farda tudo certinho, mas quando fui à secretaria ver a questão do transporte, simplesmente me falaram que só tinha transporte adaptado para o dia, não tinha para a noite. Então como é que eu vou sair daqui de onde moro para ir até lá com minha cadeira ruim, não tem condição. Cheguei a ir na SEDUC, o rapaz disse que iria ver o que poderia fazer, ficaram de me ligar e até hoje nada e também já estamos próximos ao final do ano já, mas ano que vem vou rever isso de novo e vou correr atrás até que eu consiga, porque eu quero estudar, quero concluir. Eles falam muito dessa questão da inclusão, e essa semana eu fui para reunião da associação, sou diretor da associação e se fosse para ir por conta própria eu não iria, porque não somos pessoas com deficiência apenas por quatro dias, a gente é o ano todo e o ano todo não vê nada, falam de inclusão durante quatro dias e passando os quatro dias cadê a inclusão? A gente não vê, estou querendo estudar, mas um transporte com elevador não tem.

ENTREVISTADOR: Como você se percebe como PCD físico?

ENTREVISTADO: Hoje me percebo como uma pessoa ativa, mesmo com a dificuldade que tenho consigo fazer bastante coisa, claro que tenho algumas limitações, mesmo hoje em dia estando na cadeira de rodas, fazer o que eu faço, eu digo para mim mesmo que sou meu fã.

ENTREVISTADOR: Quando você fala “Hoje eu me sinto assim” é porque antes você não se sentia dessa forma?

ENTREVISTADO: É porque no início, como é tudo novo, a gente tem aquela certa dificuldade e pensamento: “Poxa! Eu andava, fazia tudo e hoje não vou conseguir fazer mais nada”. Hoje estou casado, casei há dois anos, graças a Deus, estou bem, trabalhando, ainda não atingi a minha meta, porque tenho minha meta, mas graças a Deus está tudo certo. Me sinto capaz e com os mesmos direitos que todos.

ENTREVISTA 8

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre sua história de vida. Como foi a sua infância?

ENTREVISTADO: Minha infância foi um pouco difícil porque no início da minha vida eu tinha um problema nos ossos e eu fraturava muito, era muito difícil para fazer qualquer atividade, os médicos disseram que eu tinha ossos de vidro, tanto eu quanto meus pais tinham muito medo e eu fazia poucas coisas devido a isso. Hoje, tenho quarenta e um anos, comecei a estudar um pouco tarde devido ao medo de ir para a escola, etc.

ENTREVISTADOR: Como foi a sua escolarização? Começou a estudar com que idade? Como foi o processo para concluir o ensino médio?

ENTREVISTADO: Não lembro bem a idade que comecei, lembro que concluí em 2012, me lembro vagamente entre os anos 90, eu tinha cerca de dez anos.

ENTREVISTADOR: Como você aprendeu a ler?

ENTREVISTADO: Eu fui aprender quando comecei a ir para o colégio, a parte de educação infantil não tive, comecei a estudar já tinha dez anos, estudei no colégio Cícero Reis.

ENTREVISTADOR: Quais eram seus sonhos naquela época e quais são seus sonhos hoje?

ENTREVISTADO: Naquela época, eu não tinha desejo de ter sonhos por conta do medo, com o passar do tempo fui pegando o gosto e não pensei mais em desistir.

ENTREVISTADOR: Você tinha amigos na infância visto que não saia muito?

ENTREVISTADO: Devido ao meu problema, até para ter amizade eu tinha medo, porque tinha aquela coisa de que se tocassem em mim, até para tocar em mim, tinha

que ter cuidado para não machucar, como eu vivia bem isolada, apenas a família sabia como lidar com a situação.

ENTREVISTADOR: Como foi o seu ingresso no mercado de trabalho? Se você já trabalhou, como foi sua experiência? Relate um pouco sobre suas vivências.

ENTREVISTADO: Comecei a trabalhar com informática, no início comecei fazendo trabalhos escolares, digitação, essas coisas.

ENTREVISTADOR: Você já tinha concluído o ensino médio nessa época?

ENTREVISTADO: Não, isso foi antes de me formar. Logo depois, fui para o Colégio Pioneiro para fazer o nível médio, porque aqui não tinha e quando fui para lá coloquei uma lan house e já foi mais acessível. Para mim já tinha ficado mais fácil, fiz uma campanha e já estava com a cadeira de rodas motorizada que para mim já facilitava bastante, porque antes eu não tinha a cadeira motorizada, vim adquirir quando estava no 1º ano do ensino médio quando estudava no ABS.

ENTREVISTADOR: Você já trabalhou com carteira assinada?

ENTREVISTADO: Não, sempre trabalhei para mim mesma, o máximo que já fiz foi dar aula de informática numa associação, mas não foi de carteira assinada, foi uma prestação de serviço aqui no bairro mesmo.

ENTREVISTADOR: Comente sua experiência como empregado.

ENTREVISTADO: No caso, sou empregado de mim mesmo, sou empregado e patrão tudo ao mesmo tempo.

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre suas vivências como empreendedor. Quais foram os desafios?

ENTREVISTADO: O desafio maior para alguém começar um negócio quando não se tem uma condição para comprar os equipamentos tem que ter um fundo, mas graças

a Deus sempre tive apoio da família, eu tinha um primo que sempre me emprestava o cartão para comprar as coisas e quando chegava a data de pagar, ele também via que me esforçava, juntando o dinheiro para honrar os compromissos. Eu sempre fui uma pessoa que quando era procurado para fazer algum tipo de trabalho mesmo que eu não soubesse eu nunca dizia que não, eu dizia: “Olha, eu nunca fiz, mas vou tentar fazer” -, quando vinha surgindo a procura eu tentava sempre aprender.

ENTREVISTADOR: Considerando sua atual situação, qual as suas perspectivas futuras para sua atuação no mercado de trabalho?

ENTREVISTADO: No mercado de trabalho em si, eu não tenho aquele projeto de trabalhar para os outros, só se eu tiver condições em expandir mais, porém sendo para mim mesmo. Pretendo continuar sendo empreendedor.

ENTREVISTADOR: No seu caso, mesmo sendo empreendedor nós sabemos a importância da qualificação profissional para o mercado de trabalho, comente sobre seu processo de qualificação e aponte as perspectivas para os futuros ingressantes.

ENTREVISTADO: Como trabalho para mim, é importante se qualificar, ter cursos, sempre faço, me ajudaram muito, muitas coisas que aprendi já dá para colocar em prática, então cursos qualificantes sempre é bom, porque o mercado de trabalho a cada dia que passa está cada vez mais desenvolvido, mais avançado se não acompanhar fica para trás e se não conseguir acompanhar fica para trás.

ENTREVISTADOR: Você busca? Tem dificuldade? Acredita que deveria ter mais qualificação?

ENTREVISTADO: Sempre estou procurando fazer algum curso para ir aperfeiçoando, para essas áreas de sublimação, vendas é necessário sempre está acompanhando o mercado, porque vendas hoje em dia a maioria praticamente tudo é online, o comércio hoje em dia tem que acompanhar as tecnologias das vendas online, redes sociais, etc.

ENTREVISTADOR: Voltando um pouco sobre sua escolarização, você sofreu capacitismo?

ENTREVISTADO: Olha, não foi bem preconceito por parte dos colegas, mas sim de pessoas de alta patente. Quando fui para o ABS tive sérios problemas com a diretora, porque o colégio não tinha acessibilidade, comecei a ter problemas quando fui me matricular, na época não era obrigatório, então não queriam aceitar, tinha aquela resistência e me justificaram que como eu era uma pessoa especial, o colégio não estava preparado e como precisava de cuidados especiais o colégio também não tinha acessibilidade para cadeirante. Quando fui estudar no colégio ABS não tinha rampa nenhuma, o colégio tem dois pavimentos e quando fui fazer o 1.º, 2.º e o 3.º ano eram no pavilhão de baixo e aí já foi aquela guerra, a maioria das pessoas achavam que seria fácil de resolver, colocaria no pavilhão de cima, só iria trocar 1.º, 2.º e 3.º no pavilhão de cima e até a 8.ª série no pavilhão de baixo, mas a diretora disse que iria infringir numa política que toda vida foi ao contrário. Sei que no início foi assim, no pavilhão de baixo, para eu conseguir ir para o pavilhão de baixo todos os dias os colegas tinham que carregar a minha cadeira para descer os degraus que tinha, até que um momento eu falei que não aceitava mais aquilo, o colégio estava em reforma e eu aproveitei e falei que como o colégio estava em reforma nada melhor do que fazer a rampa, a diretora acatou, se passaram três meses, acabou a reforma e não foi feita a rampa, chegou ao ponto de eu não ir mais ao colégio, me reunir com os alunos e decidimos que ninguém iria entrar para as salas e ficamos esperando ela no pavilhão, ela chegou e perguntou o que estava acontecendo e eu disse a ela: "Falei com a senhora e a senhora me informou que iria fazer e não fez, a partir de hoje não vou aceitar mais ir para a sala de aula sendo carregado pelos outros e os alunos decidiram junto comigo fazer essa paralisação para saber da senhora o que vai ser resolvido". Ela me disse que não era daquele jeito que se tratava, e que a diretora ali era ela, não era eu que iria decidir se os alunos passariam para as salas ou não. Falei que não era eu, mas que eles estavam ali de livre espontânea vontade, que eles disseram que iriam fazer esse protesto me apoiando e estão aí, não sou eu que estaria empatando ninguém de passar e cada um era responsável por si. Após isso, ela me levou para a secretaria disse que iria me dar advertência e eu não me intimidei e disse que iria assinar, ela informou que minha mãe que teria que assinar e eu disse que não: — "sou maior de idade e quem vai assinar sou eu porque vou sair daqui diretamente para a secretaria", — eu disse que iria assinar, mas que iria direto para a secretaria, na hora ela falou: "você está me desafiando" — e eu disse. Não! Estou apenas exigindo um direito que é meu, a reforma do colégio foi feita e a rampa não foi feita, então a partir

de hoje será assim. A diretora decidiu não me dar advertência, mas iria me encaminhar para a secretaria e ver no que iria dar, nesse dia todo mundo tinha sido liberado para casa, quase mil alunos, foi todo mundo embora, os meninos não aceitaram ir para a sala. No outro dia que cheguei no colégio a diretora disse que falou com a secretaria e que a secretaria informou que não poderia liberar outra reforma no colégio porque a reforma já havia sido feita, no mesmo momento cobrei outro posicionamento dela, ela disse: — "só será possível em dezembro!", não concordei porque estávamos no mês de março, praticamente no início do ano e ficou esse impasse no salão. O pessoal voltou de novo e decidiu que ninguém iria assistir aula e ela disse que iria aplicar advertência em todo mundo, mas todos os alunos se dispuseram a descer para a secretaria comigo e aí ela recuou e me chamou para a diretoria e me pediu mais um prazo, eu logo disse: — "A senhora precisa de quantos dias"? — Ela disse: "De uma semana" ; ela colocou a sala que não poderia descer para subir e ficou no 1.º andar do pavilhão, a sala do 1.º ano subiu e me pediu a tal semana.

Passou uma semana e quando cheguei havia sido feito uma rampa apenas no portão, quando entrei no pavilhão, continuava a mesma coisa ela disse que agora não poderia fazer outra rampa, que só poderia fazer a da frente e a de dentro continuaria da mesma forma, eu questionei: — "A senhora está brincando comigo?", como eu já estava chateado, falei com um pessoal da rádio e já estava preparado para qualquer coisa e eu disse que agora eu não aceitava a sala lá em cima e que queria a sala embaixo, mas que queria a rampa, levei o pessoal da rádio e fizeram a reportagem, ela disse: — "É, agora ou eu faço essa rampa, ou vou sair da direção do colégio, porque até a secretaria já me chamou atenção" ; contestei: — "Não sei o que a senhora vai fazer, se a senhora vai sair, só sei que quero a rampa e essa briga não volto atrás mais não". Resumindo, dentro de dois dias a rampa foi feita, fizeram duas e eu havia solicitado uma, porque estava certo para o pavilhão onde eu iria estudar, mas tinha um outro pavilhão que dava acesso para o campus e outras áreas. Depois a própria diretora me perguntou como eu tinha convencido os alunos, porque nem ela tinha aquele poder todo como eu tive, falei para ela que os alunos viram que ela estava de brincadeira e eles vendo a questão decidiram abraçar a causa, colaram comigo e fomos à luta. No ano seguinte teria eleição para diretora e ela pediu meu apoio na campanha porque disse que eu estava com o colégio nas mãos, eu neguei, disse que ela faria a campanha dela e os alunos iriam votar em quem quisesse e eu não permitiria ser usado para eleger ela e nem ninguém. Foi uma guerra que eu comprei, mas deu certo

e depois disso aí não aceitei mais nenhum obstáculo.

ENTREVISTADOR: Como você se percebe como PCD físico?

ENTREVISTADO: No início, eu me sentia um pouco inferior e mediante a sociedade me abatia muito com determinadas coisas, mas com o passar do tempo aprendi a lidar e a levar como aprendizado certas situações que a gente passa e mostrar que a gente não deve se achar superior nem inferior a ninguém. Me sentia inferior, porque antes as pessoas queriam saber, perguntavam muito o que eu tinha e eu não gostava de ficar relatando, quando eu chegava nos locais eu era sempre o alvo das atenções, mas era sempre para saber porque eu sou do jeito que sou, mas com o passar do tempo fui aprendendo a lidar e até mostrar para muitos que sou capaz. Hoje, já consigo lidar com críticas e comentários e que não devo me achar inferior e incapaz, se a gente for a luta a gente consegue, temos dificuldades, mas nunca perder aquela chama dentro de nós de nos sentirmos capazes. Digo sempre: " Nossa maior deficiência está na mente, por se achar inferior, se deixar abater".

ENTREVISTADOR: Com que idade você tomou consciência disso e aprendeu a lidar com capacitismo, comentários maldosos, etc.

ENTREVISTADO: Quando eu passei a estudar e passar por determinadas situações e fui vendo e aprendendo com aquelas situações oportunidade de aprender.

ENTREVISTADOR: A escola foi importante nesse processo?

ENTREVISTADO: Sim, a escola foi muito importante nesse processo.

ENTREVISTA 9

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre sua história de vida. Como foi a sua infância?

ENTREVISTADO: Minha infância foi bem tranquila, tinha alguns amigos que eram praticamente da mesma idade que eu.

ENTREVISTADOR: Quais eram seus sonhos?

ENTREVISTADO: Meus sonhos eram trabalhar e constituir uma família.

ENTREVISTADOR: Como foi seu processo de escolarização?

ENTREVISTADO: Sempre fui um bom aluno, estudei na mesma escola até o ensino médio onde me formei em contabilidade, me formei no período certo, meu colégio era bem popular na cidade.

ENTREVISTADOR: Como foi sua experiência no mercado de trabalho, relate um pouco sobre suas vivências.

ENTREVISTADO: Depois do acidente não consegui mais trabalhar.

ENTREVISTADOR: Antes do acidente você trabalhava ou estudava?

ENTREVISTADO: Eu trabalhei. Mas depois que fiz a faculdade comecei a me dedicar e consegui ter desenvolvimento e não consegui mais trabalho, mas também não gosto muito de trabalhar na minha área.

ENTREVISTADOR: você gostaria de trabalhar com o quê?

ENTREVISTADOR: Você já procurou emprego?

ENTREVISTADO: já fiz algumas entrevistas e eles disseram que não tinha acessibilidade.

ENTREVISTADOR: Quais as desculpas que dão?

ENTREVISTADO: A falta de acessibilidade é o que mais escuto e também o fato de eu ser deficiente, eles dão logo alguma desculpa. É muito difícil arranjar emprego.

ENTREVISTADOR: Você já sofreu capacitismo?

ENTREVISTADO: Acho que já.

ENTREVISTADOR: considerando a sua atual situação, quais as suas perspectivas para o mercado de trabalho?

ENTREVISTADO: Abrir meu próprio negócio.

ENTREVISTADOR: Sabemos da importância da qualificação no mercado de trabalho. Aponte quais as perspectivas para os futuros ingressantes.

ENTREVISTADO: Eu vou me qualificar profissionalmente estudando bastante.

ENTREVISTADOR: como você se percebe como pessoa com deficiência física?

ENTREVISTADO: Eu me percebo não podendo trabalhar, mas busco evoluir ao máximo e quebrar barreiras, é muito importante quebrar barreiras e paradigmas da vida. Acho que todo mundo é igual.

ENTREVISTADOR: Como você se sentia no início do acidente?

ENTREVISTADO: Eu evolui muito.

ENTREVISTA 10

ENTREVISTADOR: Relate um pouco sobre sua história de vida. Como foi a sua infância?

ENTREVISTADO: Eu costumo dizer que eu tive muito suporte da minha família, isso foi muito importante para que eu pudesse desenvolver tanto autoconfiança quanto autonomia. Tive acesso à educação formal de qualidade que sem dúvidas foi um divisor de águas na minha vida, tive a oportunidade de estudar em colégio particular com bolsa integral durante toda a minha formação básica, o apoio dos profissionais da educação também foi fundamental para que eu pudesse me desenvolver, enfim, ter direito assim como as crianças sem deficiência, a um processo de desenvolvimento com a minha idade, então, a tudo que demandava ali naquele momento., tanto o apoio da minha família, esse engajamento deles atuarem para que eu me desenvolvesse, quanto ao acesso à educação formal de qualidade, o compromisso dos profissionais da educação eu considero como fundamentais para o meu processo de desenvolvimento.

ENTREVISTADOR: Quais eram seus sonhos?

ENTREVISTADO: Eu queria ser uma grande profissional, ainda não tinha uma formação muito direcionada ou específica, mas sempre fui muito falante, então, de fato, queria ter uma carreira muito promissora, quando eu comecei a escrever, eu sentava na porta da casa da minha avó e ficava perguntando o nome das pessoas, todo mundo que passava eu anotava: — Qual seu nome? , então, quando eu era criança eu era bastante comunicativa e isso despertava em mim um desejo de ocupar posições de estratégicas na minha carreira ao longo da minha vida, eu não tinha o sonho de uma formação específica, mas tinha o sonho muito grande de ter uma carreira que eu considerava de sucesso, de ocupar vários espaços e isso de certo modo se concretizou, então fico muito feliz não só por ter conquistado esse espaço que conquistei quando era criança, mas também contribuir para transformar para que outras crianças não precisem passar por tantos desafios, crianças, jovens, para poder ocupar esses espaços ao longo de sua vida.

ENTREVISTADOR: Como foi seu processo de escolarização?

ENTREVISTADO: Em termo de aprendizagem eu não tive dificuldade, então, foi muito parecido com que as outras crianças e jovens sem deficiência enfrentavam. A grande questão, de fato, que dificultava muito era a falta de acessibilidade, a escola não estava preparada para me receber em termos arquitetônicos e isso dificultou sem dúvidas o desenvolvimento da minha autonomia, essa dependência muito grande que eu tinha das pessoas, porque a escola não era uma escola acessível, sem dúvidas trouxe uma série de desafios não só na educação quanto no ensino superior. Eu estudei no instituto federal, numa instituição de ensino que nunca tinha recebido uma aluna cadeirante. Eu costumo dizer que enquanto os meus amigos e colegas estavam preocupados com qual estágio eles iam escolher onde eles iriam fazer o intercâmbio, por exemplo, eu estava preocupada com minha aula e uma sala de aula acessível, então, é isso, essa desigualdade ela vai se acumulando ao longo da vida das pessoas com deficiência e culminam nesse cenário de desigualdade no ingresso e na permanência no mercado de trabalho, os desafios relativos à acessibilidade arquitetônica, principalmente, foram muito grandes.

ENTREVISTADOR: Como foi seu ingresso no mercado de trabalho, sua experiência como empregada? Relate um pouco sobre suas vivências.

ENTREVISTADO: No começo foi extremamente desafiador apesar da gente ter uma lei de cotas que existe há mais de trinta anos, grande parte das empresas ainda querem contratar as pessoas com deficiências consideradas leves, né? Então, tem uma deficiência física, mas consegue se locomover sem a necessidade de uma cadeira de rodas, por exemplo. No início da minha carreira eu fui reprovada em todos os processos seletivos que eu passei e os feedbacks que eu recebia não estavam associados a minha qualificação técnica, mas sim a minha deficiência e aí tive que começar a estudar para concurso para efetivamente conseguir exercer minha profissão, conseguir ingressar no mercado de trabalho, isso só aconteceu porque no meu caso eu consegui passar em um concurso público, porque na iniciativa privada infelizmente eu fui reprovada em todos os processos seletivos, depois que eu ingressei no mercado de trabalho outras barreiras acabaram surgindo, que é o despreparo das pessoas na inclusão desses profissionais com deficiência porque

você já rotula o profissional antes mesmo de conhecê-lo, limita o que a pessoa pode ou não fazer a partir de suas características físicas, isso foi muito evidente na minha vida,mas depois de um tempo entendendo qual era o meu papel também para transformar essa realidade, eu consegui me tornar um agente transformador dentro desse processo e tanto é que isso combinou com a minha produção de carreira para empreender e apoiar outras organizações nesse processo de transformação.

ENTREVISTADOR: Você fez o concurso, passou, como foi esse processo?

ENTREVISTADO: Lá no começo, eu ainda estava na graduação, entendi que realmente eu teria pouquíssimas ou nenhuma chance de ingressar na iniciativa privada e aí decidi começar a estudar para concurso e fui logo aprovada nos primeiros concursos, passei em cinco concursos e dos cinco, passei por três organizações, então, isso sem dúvidas foi muito importante porque me trouxe de certa forma uma estabilidade financeira e eu pude desenvolver outras áreas da minha vida, como morar sozinha, aprender a dirigir. O acesso a essa condição financeira um pouco melhor que o concurso me trouxe foi fundamental porque eu também pude ter uma melhor qualidade de vida e então fiquei dez anos atuando em empresas de médio e grande porte, nessas três empresas pelas quais eu passei, todas os ingressos a partir de concurso público e aí depois desse período eu fiz a transição de carreira, pedi demissão e muita gente também acaba criticando a pessoa com deficiência por ter conquistado um espaço que em tese deveria ser dela, assim como de qualquer outro profissional que não só deveria estar associado a sua deficiência, "ela está sendo ingrata ou está se arriscando demais" e quando a gente fala de pessoa sem deficiência não necessariamente isso acontece, pode acontecer, mas não necessariamente, é um desafio, sem dúvidas. Empreender no Brasil é super desafiador sendo uma mulher com deficiência o desafio é ainda maior, mas eu estou muito feliz com que a gente vem construindo.

ENTREVISTADOR: Você sofreu capacitismo nas instituições onde você passou? Tanto de ensino quanto de trabalho?

ENTREVISTADO: Capacitismo não, mas acho que os profissionais da educação mesmo quando eles não tinham necessárias, como falta acessibilidade arquitetônica

que foi uma grande barreira, foi um grande desafio tanto na educação básica, quanto na superior, foi muito desafiador, mas o capacitismo na educação, não. Mesmo sem os preparos adequados, os profissionais de educação sempre me acolheram, sempre entenderam seu papel no processo de desenvolvimento da minha autoestima, da minha autonomia. No mercado de trabalho sim, eu cheguei a sofrer assédio moral, mas por uma profissional que praticava com outros profissionais, não só comigo que era uma profissional com deficiência, só que a organização identificou que isso acontecia e entendeu que no meu caso havia uma gravidade maior porque estava se tratando de uma pessoa com deficiência, por exemplo, ela praticava o assédio moral em determinada circunstância comigo era limitar o que eu poderia fazer ou não, dar interrupções constantes em reuniões, isso aconteceu e leva uma maturidade de entender que o meu papel dentro daquele contexto, talvez se eu não tivesse passado por isso, eu não tivesse entendido como poderia contribuir, o quão enraizado isso está em nossa sociedade e como eu poderia contribuir para transformar isso, então apesar de ser uma situação extremamente inadequada, eu entendi também qual era o meu papel dentro daquele contexto e acho que é importante a gente entender que muitas vezes as pessoas praticam o capacitismo, isso não está relacionado a Amanda, apesar de ferir Amanda, excluí Amanda, isso está associado ao que a pessoa é e o que a pessoa entende de um mundo, então quando a gente consegue dissociar isso, de entender que tá tudo bem, ela pode querer reduzir a minha capacidade, mas quem ela vê não sou eu, Amanda é uma outra pessoa, com suas qualidades, limitações, não tomar isso para si eu entendo como muito importante, porque se você recebe essa avaliação do outro e absorve essa avaliação fica muito mais difícil de entender qual o seu valor, suas potencialidades, como você pode se desenvolver, isso é muito importante.

ENTREVISTADOR: considerando a sua atual situação , quais as suas perspectivas futuras para o mercado de trabalho ?

ENTREVISTADO: A perspectiva é que o instituto no qual eu sou cofundadora, continue crescendo, continue expandindo, escalar o nosso negócio para expandir o nosso impacto, o nosso propósito maior é esse, continuar abrindo portas, abrindo espaço para que as próximas gerações possam ocupar esse espaço, sem passar por tantos desafios, tanto preconceito, então realmente contribuir para transformar o

mercado de trabalho para que ele tenha efetivamente mais inclusivo.

ENTREVISTADOR: Você relatou que pediu demissão e resolveu empreender. Como se deu esse processo? Como surgiu a ideia de criar o instituto AB?

ENTREVISTADO: Eu já estava no estágio bem avançado na minha carreira, já estava ocupando posições mais estratégicas, principalmente na última organização pela qual eu passei, mas sempre ficava muito quieto e não encontraram outras pessoas com deficiência ocupando esses espaços. Em 2017/2018 eu decidi lançar um blog junto com meu marido, ele ficava responsável pelos registros fotográficos e eu pela escrita, era o Destino Acessíveis, era um Hobby, a gente começou a compartilhar nossas experiências nos lugares onde a gente frequentava, as viagens que a gente fazia e acabou tomando uma proporção e uma visibilidade que a gente não imaginava porque foi algo muito orgânico, eu comecei a dirigir, eu não encontrava exemplos de pessoas que estivesse nas redes que compartilhasse as suas experiências dirigindo. Fui morar sozinha, tinha várias dúvidas; se eu caísse? Como eu vou adequar meu apartamento? Eu não encontrava exemplos de outras pessoas com deficiência que tivessem passado por isso. Quando decidi casar, não encontrava exemplo de outras mulheres escolhendo vestido, escolhendo quais critérios a gente fornece para os fornecedores, enfim, e aí a gente decidiu, se a gente não tem, vamos compartilhar o que a gente tem, se a gente tem, vamos compartilhar ou se a gente tem pouco, vamos compartilhar o pouco de nossas experiências, e aí várias empresas começaram a procurar a gente para que pudéssemos apoiá-las no processo de conscientização e naquele momento a gente entendeu que a gente tinha um negócio em potencial, mas a gente precisou olhar para o nosso mercado e entender, de fato, quais eram os serviços, como íamos atuar no mercado e a gente sai um pouco desse lifestyle de compartilhar as nossas vivências e trouxe uma abordagem mais corporativa de fato, que era o que a gente tinha mais, bagagem técnica e foi daí que surgiu o instituto.

ENTREVISTADOR: Sabemos da importância da qualificação para o mercado de trabalho, comente sobre seu processo de qualificação e aponte quais as perspectivas para o futuro ingressante.

ENTREVISTADO: A qualificação técnica sem dúvida é importantíssima, eu costumo

dizer que eu tive a oportunidade de estudar num dos melhores cursos de administração da Bahia. Tive acesso à educação formal de qualidade, só que isso é fundamental, sem isso a inclusão não acontece, mas não é o suficiente, a qualificação técnica é fundamental, mas ela não é o suficiente. Se a gente não prepara a sociedade, se a gente não prepara as empresas para incluir as pessoas com deficiência, você pode ser a pessoa mais qualificada do mundo, vai continuar fora do mercado de trabalho, se ela não tem condições de sair de casa, ir num transporte público de qualidade, se ela não tem condições de se locomover de uma maneira adequada, se a empresa não tem condições de receber esse profissional, tanto em termos arquitetônicos, quanto atitudinais em todas as dimensões e possibilidades, a inclusão não acontece. É uma responsabilidade de todo mundo, é a responsabilidade da pessoa com deficiência se comprometer com sua carreira, é uma responsabilidade da sociedade garantir que essa pessoa, de fato, tenha direito de ir e vir garantido, tenha direito à saúde garantido e a organização por sua vez também tem a sua responsabilidade de garantir que os seus espaços sejam acessíveis e inclusivos para pessoas com deficiência.

ENTREVISTADOR: Qual foi o papel da sua família na sua construção como pessoa e como profissional?

ENTREVISTADO: Sem dúvidas foi fundamental, sem dúvidas minha família teve uma contribuição muito significativa, principalmente minha mãe, meus pais se separaram quando eu tinha três anos e essa é uma das estatísticas relativas das pessoas com deficiência, geralmente quando as pessoas com deficiência nascem a taxa de divórcio aumenta de maneira muito significativa se comparado a famílias que não tem filhos com deficiência. Meus avós maternos, minha mãe, a família da minha mãe de uma forma geral muito importante para que eu pudesse desenvolver a autonomia, então esse é o primeiro espaço onde a criança cria essa confiança de entender que ela precisa se sentir respeitada pelas outras pessoas, que ela sim, precisa se posicionar e exigir isso das outras pessoas, porque se ela não tem isso em casa, dificilmente consegue desenvolver isso em outros espaços e não tem nenhuma pesquisa que evidencie isso, mas eu vejo isso muito de uma forma prática, geralmente as pessoas com deficiência que tem comportamentos mais reativos ou que de fato, acabam reproduzindo comportamentos de vítima, de não consigo e não posso, muito

provavelmente quando vai olhar o histórico familiar, é um histórico familiar que não apoia e que não entende o seu papel dentro desse contexto. Então, o papel da família é fundamental e é o primeiro espaço onde a pessoa com deficiência vai desenvolver sua autoconfiança.

ENTREVISTADOR: Como você se percebe como PCD físico?

ENTREVISTADO: Bom, tem a minha percepção e a percepção das outras pessoas que não conhecem pessoas com deficiência, por exemplo. Eu me percebo como uma mulher como outras que desejam ocupar esses espaços e que também enfrentam desafios, a gente sabe que a sociedade também é opressora para as mulheres e desigual, mas hoje eu me sinto muito realizada, realizada não significa que os desafios não existem, eles existem, liderar um negócio é um desafio, trazer uma perspectiva de diversidade a pensar em inclusão de uma forma estratégica é um desafio, porque muitas organizações entendem como uma questão só social ou apenas cumprimento legal, então os desafios existem, mas eu de fato me sinto uma mulher realizada porque eu estou exatamente onde eu gostaria de estar, quando eu olho para a Amanda do passado que tinha uma série de sonhos e expectativas, eu não estaria em outro lugar a não ser onde estou hoje em termos tanto pessoais quanto profissionais, em termo de relacionamento saudável, cercada de pessoas que acreditam no que eu acredito e profissional também. Hoje eu sou extremamente realizada com o trabalho que eu faço e acho que isso é muito importante, mas sem dúvidas a sociedade ainda naturalmente acaba reproduzindo essa perspectiva de que “ah! Amanda vai vir aqui para fazer uma palestra motivacional”, eu tenho o papel de sempre tentar desconstruir isso de que “ah! será quem é essa garotinha de 1,05 na cadeira de rodas? O que ela vai contribuir para nossa organização”? Isso ainda pode acontecer, mas a gente vai fazendo esse exercício, né? O julgamento do outro diz mais sobre o outro do que sobre mim, nem sempre naturalmente é fácil porque podem ser cruéis, principalmente nas redes sociais, mas eu faço constantemente esse exercício de entender que o julgamento que o outro faz sobre mim não é sobre mim, é sobre ele mesmo, mas não que eu não tenha pontos de melhoria, estou falando na condição de pessoa com deficiência, de me limitar ou de me colocar numa caixinha muito específica, então é um exercício muito importante para que a gente mantenha nossa autoestima, nossa autoconfiança.

ENTREVISTADOR: Sempre foi assim? Ou foi uma construção?

ENTREVISTADO: Acho que para cada grau de maturidade que eu tinha foi. É claro que a gente vai se transformando e essa construção vai se transformando ao longo do tempo compatível com a nossa maturidade eu trago como exemplo, eu estava participando de um aniversário de um tio meu, estava usando uma sandália que eu detestava e minha mãe me obrigava a usar, uma criança começou a dizer; “- Você não pode correr atrás de mim e a sua sandália é do tiririca” — ela corria, voltava e me abusava, aí eu falei que tudo bem, mantive a minha pose ali e pedi um copo de refrigerante, eu estava com o copo de refrigerante e quando ele voltou ele falou: -“ A sandália do tiririca.” — eu joguei o refrigerante na cara dele e falei: — “Eu não posso correr, mas posso jogar refrigerante na sua cara”- e pá, joguei o refrigerante nele, por ele também ser criança ele não esperava a minha reação, ele achou que ia ficar me constrangendo e ia ficar tudo bem, começou a chorar e foi para casa chorando porque ele não esperava a minha reação. Não estou orientando que as crianças com deficiência sejam crianças agressivas, mas foi a forma que eu encontrei ali de me defender, então foi um exemplo de que eu entendi de que como naquele momento eu não poderia permitir que as pessoas falassem comigo de qualquer jeito por conta da deficiência, mas sim compatível com a minha maturidade, joguei o refrigerante na cara do garoto, mas a medida em que você vai amadurecendo, você vai entendendo que nessa circunstância eu tenho que me posicionar, mas não dessa forma, então, é uma construção, mas é uma construção que já acontece desde de criança, não por Amanda, mas porque a circunstância me fez. O acolhimento da família, por exemplo, é fundamental, talvez se eu estivesse em uma outra família eu naturalizar aquilo, aquela violência e dissesse: -“ Não, eu sou uma pessoa com deficiência, então eu tenho que chorar aqui, pedi ajuda de alguém, me acolher e repreender ele”; naquele momento eu entendi que eu poderia fazer isso sozinha e fui lá e fiz, não por Amanda apenas, mas eu estava inserida num contexto que me encorajava a me posicionar independente da situação de tivesse.

ENTREVISTADOR: Tem uma frase que você sempre diz. Comente um pouco.

ENTREVISTADO: A frase é “Eu trabalho para fazer parte da última geração das primeiras”. Isso porque eu fui a primeira aluna com deficiência do IFBA, fui a primeira

profissional de nível superior na grande parte das empresas que eu passei e geralmente hoje, eu sou a primeira, consultora, empreendedora com deficiência nas empresas onde eu palestro ou participo de fóruns. Costumo dizer que não é sobre mim, é sobre todas as pessoas com deficiência que olham para esses espaços e acreditam que esses espaços não são para elas, porque foram negados historicamente para essas pessoas, então quando eu ocupo esse espaço, eu estou promovendo a transformação para que outras pessoas com deficiência também ocupem, principalmente as gerações que vão vir depois de mim, então é a minha geração contribuindo para que nós sejamos a primeira de muitas outras que estão por vir. "Trabalho para fazer parte da última geração das primeiras".

Documento Digitalizado Público

Dissertação para depósito

Assunto: Dissertação para depósito
Assinado por: Patricia Oliveira
Tipo do Documento: Diversos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

▪ **Patricia de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 16/01/2025 13:15:38.

Este documento foi armazenado no SUAP em 16/01/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 998223

Código de Autenticação: 5bbddb19d2

